



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE**

GIRLEIDE DA SILVA XAVIER

**MULHERES DO QUILOMBO: IDENTIDADE ÉTNICA, GÊNERO E
EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE PORTO DOS CAVALOS – ILHA DE
MARÉ/BAHIA**

Salvador

2018

GIRLEIDE DA SILVA XAVIER

**MULHERES DO QUILOMBO: IDENTIDADE ÉTNICA, GÊNERO E
EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE PORTO DOS CAVALOS – ILHA DE
MARÉ/BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação e Contemporaneidade.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Luciano Lopes Messeder

Salvador

2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Dados fornecidos pelo autor

X3m

Xavier, Girleide da Silva

Mulheres do Quilombo: Identidade Étnica, Gênero e Educação na comunidade Porto dos Cavalos - Ilha de Maré /Bahia / Girleide da Silva Xavier -- Salvador, 2018.

130 fls: il.

Orientador (a): Prof.: Dr. Marcos Luciano Lopes Messeder.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC, Campus I. 2018.

1. Mulheres Quilombolas. 2. Identidade Étnica. 3. Gênero e Educação.

CDD: 370

TERMO DE APROVAÇÃO

**MULHERES DO QUILOMBO: IDENTIDADE ÉTICA, GÊNERO E
EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE PORTO DOS CAVALOS – ILHA DE MARÉ
/ BA**

GIRLEIDE DA SILVA XAVIER

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 28 de setembro de 2018, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Prof. Dr. Marcos Luciano Lopes Messeder
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Sociologia e Antropologia
Universite Lumiere Lyon 2, U.LYON 2, França



Prof. Dr. Andrio Alves Gatinho
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia, Uneb, Brasil



Profa. Dra. Ana Claudia Lemos Pacheco
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Ciências Sociais
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil

AGRADECIMENTOS

Os trabalhos da pesquisa etnográfica me possibilitaram a realização de um sonho acadêmico, fortalecendo o meu amadurecimento intelectual, profissional e pessoal na construção de um saber desejado por todo educador. Visto assim, o Mestrado me proporcionou novos saberes para aprofundar a compreensão do mundo da educação e dos seus protagonistas, entendendo que a disciplina e a perseverança do discernimento investigativo devem continuar por toda a minha vida a fim de sempre descobrir ou redescobrir a vitalidade de novas abordagens educativas importantes para a sociedade. Por isso, sou muito grata às pessoas que durante esses dois anos me ajudaram na construção dessa pesquisa.

Primeiramente, agradeço a Deus e a todos os anjos e santos que fortaleceram o meu espírito acadêmico.

Ao companheiro, Ary Rocha, pelo apoio e incentivo durante minha trajetória no mestrado.

A minha família, que me fez enxergar que a educação é a base para a construção de um mundo melhor e para libertação do sujeito.

A todos moradores da Comunidade Porto dos Cavalos, muitos nomes já mencionados ao longo do trabalho e, em especial, a Dona Zenilda, Dona Odete e D. Dona pela confiança de dividir comigo suas valiosas histórias de vida.

Ao meu filho amado, Matheus Xavier, pela compreensão nos momentos que precisei estar ausente durante a pesquisa e por ser minha fonte inspiradora ao notar em mim, desde o primeiro momento que estive na comunidade, a minha felicidade com os trabalhos realizados na Ilha de Maré.

Ao meu estimado orientador, professor Dr. Marcos Luciano Messeder, a quem tenho gratidão por ter compreendido a importância do meu projeto de pesquisa, concretizando a realização do meu sonho de mestrado na UNEB. Agradeço-lhe pela confiança e autonomia que me proporcionou na condução da pesquisa, trazendo reflexões importantes sobre os ensinamentos da Etnografia.

À estimada professora Dr^a Ana Cláudia Pacheco, com quem aprendi muito no meu estágio de tirocínio docente, demonstrando ser um exemplo de profissional intelectual competente, no seu comprometimento, especialmente com as lutas em prol das mulheres negras no Brasil.

Ao estimado professor da graduação do curso de pedagogia da UFBA, Dr. Álamo Pimentel, pois trago comigo os seus ensinamentos e comprometimento com a educação que influencia até hoje a minha práxis pedagógica.

A toda equipe de professores e funcionários do PPGEDUC da UNEB, pelo fino respeito e seriedade.

A Matheus, meu filho, minha dádiva.

“É a luta para continuarmos vivas que nos coloca de pé todos os dias.”

Eliete Paraguaçu

RESUMO

Essa pesquisa objetivou compreender a participação das Mulheres Quilombolas na valorização dos saberes locais, na formação educacional e no fortalecimento da identidade étnica na Comunidade Porto dos Cavalos, localizada na região Norte da Ilha de Maré, município de Salvador, no Estado da Bahia, a 5 km da capital. A trajetória dessa investigação começou a se delinear a partir da minha experiência com a comunidade, em 2013, quando ministrei aulas na turma de Alfabetização Intensiva, que reuniu estudantes do quilombo do Ensino Fundamental I. Foi nesse contexto que observei a presença marcante das mulheres em atividades sociais, o sustento das famílias, a mobilização política, as situações de conflitos sociais e tomada de decisão referentes a assuntos comunitários. Para realizar a pesquisa, foram mobilizados diversos conceitos contemporâneo, tais como: gênero, identidade étnica, raça e território, articulados dentro de um quadro teórico que envolve os estudos de Landes (1967), Hall (2005), Munanga (1996), Arruti (2006) entre outros. A questão que norteou essa pesquisa foi: Qual a participação das Mulheres Quilombolas no fortalecimento da identidade étnica na comunidade? Para respondê-la, bem como alcançar o objetivo mencionado, a etnografia foi a metodologia utilizada, e como estratégias de coleta de dados foram feitas observação participante e entrevistas semiestruturadas, com os sujeitos da comunidade, destacando quatro entrevistas indicadas pelas pessoas da comunidade ao longo deste trabalho. As interpretações e análises dos dados apontam para o protagonismo das mulheres e sua presença em si na formação da identidade étnica do grupo.

Palavras-chave: Mulheres Quilombolas. Identidade Étnica. Gênero e Educação.

ABSTRACT

This research aimed to understand the participation of Quilombola Women in valuing local knowledge in education and strengthening of ethnic identity in the Porto dos Cavalos Community, located in the northern region of *Ilha de Maré*, an island in the municipality of Salvador in the State of Bahia, 5 km from the capital. The trajectory of this research began to be outlined from my experience with the community in 2013, when I started teaching for the Intensive Literacy class, which brought together students from the quilombo of Elementary School I. It was in this context that I observed the outstanding presence of women in social activities, the support of families, political mobilization, situations of social conflicts and decision-making about community affairs. In order to do so, several contemporary concepts have been mobilized, such as: gender, ethnic identity, race and territory, all of them articulated within a theoretical framework involving the studies of Landes (1967), Hall (2005), Munanga (1996), Arruti (2006). The question that guided this research was: What is the participation of Quilombola Women in the strengthening of ethnic identity in the Community?. To answer it, as well as achieve its goal, Ethnography was the methodology used, and as data collection strategies were made participant observation and semi-structured interviews with the subjects of the community, highlighted four interviews indicated by the people in the community. The interpretations and analyzes of the data point to the protagonism of women and their presence in the formation of the ethnic identity of the group.

Keywords: Quilombola Women, Ethnic Identity, Genre and Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Croqui da Ilha de Maré e seu entorno.....	28
Figura 2 - Interseccionalidade	45
Figura 3 - Porto de Aratu/Ilha de Maré	47
Figura 4 - Zona Portuária de Aratu.....	48
Figura 5 - Mapa de Localização da Ilha de Maré.....	61
Figura 6 - Macrozoneamento PDDU e Zonas Especiais	63
Figura 7 - Acidente com o navio Golden Miller, no Porto de Aratu.....	64
Figura 8 - Mancha de óleo na praia	64
Figura 9 - Área de Mangues	66
Figura 10 - Comunidade de Itamoabo	67
Figura 11 - Capelinha de São Jorge e coreto ao lado	68
Figura 12 - Ponte de acesso à Comunidade de Porto dos Cavalos	69
Figura 13 - Terreiros de Candomblé presentes na Ilha de Maré	73
Figura 14 - Cavalos aguardando a maré baixar para passar rumo a cidade de Candeias-BA	74
Figura 15 - Engenho Freguesia – Caboto/Candeias	77
Figura 16 - Diagrama Genealógico	78
Figura 17 - Chegada das canoas	84
Figura 18 - Contagem dos peixes	85
Figura 19 - Equipe Vencedora.....	85
Figura 20 - Equipe Perdedora.....	86
Figura 21 - Árvore Genealógica	91
Figura 22 - Sociólogo português participando da Tóxico Tour por Ilha de Maré.....	101
Figura 23 - Eliete Paraguaçu	102
Figura 24 -Bandeira do movimento pescueiro	104
Figura 25 - Dona Odete	107
Figura 26 - Dona Zenilda.....	109
Figura 27 - Andor de São Jorge.....	112
Figura 28 - Procissão do mar.....	114
Figura 29 - Missa de São Jorge	116
Figura 30 - Procissão	116
Figura 31 - Corrida de Canoas das Mulheres	119
Figura 32 - Corrida de Canoas das Mulheres	119

TABELAS

Tabela 1 - Certidões Expedidas	32
Tabela 2 - Pirâmide Etária de Ilha de Maré – Salvador (BA) no ano de 2010.....	62
Tabela 3 - Censo da Comunidade Porto dos Cavalos.....	70
Tabela 4 - Censo da Faixa Etária e Descendência.....	71
Tabela 5 - Censo Raça	71

LISTA DE ABREVIATURAS

- ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as)
- BR - Rodovia Brasileira
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade
- CRQ - Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- LEME - Laboratório de Estudos em Movimentos Éticos
- MMN - Movimento das Mulheres Negras
- PDDU - Plano de Desenvolvimento Urbano
- PPGEDUC - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade
- REDA - Regime Especial de Contratação Administrativa
- RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
- UFSC - Revista Estudos Feministas – Universidade Federal de Santa Catarina
- UNEB - Universidade Estadual da Bahia
- FSM - Fórum Social Mundial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 UMA RECONSTRUÇÃO DO CAMPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE QUILOMBOS, TERRITÓRIO, IDENTIDADE ÉTNICA E EDUCAÇÃO NO BRASIL ...	20
1.1 A ORIGEM E CARACTERÍSTICAS DOS QUILOMBOS NO BRASIL.....	20
1.2 RAÇA E TERRITÓRIO QUILOMBOLA.....	25
1.3 EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS QUILOMBOLAS E GÊNERO NO BRASIL.....	33
1.4 BREVE REFLEXÃO SOBRE A IDENTIDADE ÉTNICA CULTURAL.....	36
1.5 MULHERES QUILOMBOLAS INTERSEÇÕES DE GÊNERO ETNIA, RAÇA E CLASSE	40
2 MULHER E EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA NO QUILOMBO PORTO DOS CAVALOS – ILHA DE MARÉ.....	50
2.1 A IMERSÃO NO CAMPO: TENSÕES/ DESAFIOS E APROXIMAÇÕES	51
2.2 ENTRANDO NA RODA: A COMUNIDADE QUILOMBOLA PORTO DOS CAVALOS - ILHA DE MARÉ.....	61
2.3. COTIDIANO E EXPERIÊNCIA VIVENCIADA	66
3 MULHERES QUILOMBOLAS: EDUCAÇÃO, SABERES LOCAIS E IDENTIDADE ÉTNICA.....	78
3.1. O CONTEXTO DA ESCOLA QUILOMBOLA	78
3.2 ORGANIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS.....	82
3.3. MULHERES MARISQUEIRAS: UMA TRADIÇÃO DAS ÁGUAS.....	92
3.4 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA.....	97
3.5 MULHERES QUILOMBOLAS E SABERES LOCAIS	105
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	129
APÊNDICE B - Roteiro da entrevista	131

INTRODUÇÃO

O propósito dessa pesquisa é investigar a participação das Mulheres Quilombolas na valorização dos saberes locais na formação educacional e no fortalecimento da identidade étnica na Comunidade Porto dos Cavalos, localizada na região Norte da Ilha de Maré Salvador-Bahia, distante 5 km de Salvador.

A trajetória dessa investigação começou a se delinear a partir da minha experiência com a Comunidade, em 2013, quando fui contratada pela Prefeitura Municipal de Salvador, através do Processo Seletivo Regime Especial de Contratação Administrativa (REDA), para ministrar aulas na turma de Alfabetização Intensiva, que reuniu estudantes quilombolas do segundo até o quinto ano do Fundamental I que não alcançaram a alfabetização.

Para lecionar, precisei deslocar-me do Continente para Ilha de Maré toda semana. O transporte era realizado por trabalhadores quilombolas, moradores de Maré, em canoa de fibra com capacidade para sete pessoas. No entanto, existe o transporte em barcos maiores com capacidade para cinquenta pessoas, mas esses barcos chegam a poucas localidades costeiras como Botelho, Santana, Praia Grande e outras. O restante do percurso era feito a pé ou por animal, já que praticamente não existem estradas e, por isso, optei pelo transporte em canoa. As embarcações seguem a partir da Base Naval de São Tomé de Paripe e a travessia dura, em média, de dez a cinquenta minutos, dependendo do destino final. No caso de Porto dos Cavalos, a travessia dura cinquenta minutos.

No primeiro dia de trabalho, em 11 de novembro de 2013, sai de casa, na Cidade Baixa em Salvador, por volta das cinco horas da manhã para pegar o barco na Base Naval de Aratu, porque precisava acertar o transporte particular com o barqueiro que, segundo informação dada por telefone de uma moradora e funcionária da escola, o transporte sairia às sete horas pontualmente e assim aconteceu. Ao longo da viagem, resolvi perguntar ao barqueiro o significado de ser quilombola. Foi uma pergunta intencional porque apostei na “ignorância” dele, e eu, enquanto professora, poderia “ensiná-lo” quanto ao significado da palavra, já que acreditava que quanto mais desenvolvida uma comunidade, maior seria o acesso à informação. Minha intuição dizia que na comunidade quilombola eles não sabiam nem mesmo sua própria história. Subestimação da minha parte e vestígios de minha formação eurocêntrica de subjugar o outro. Então, o barqueiro respondeu-me: - “quilombolas somos nós descendentes de escravizados e que somos donos dessas terras que foram quilombos dos nossos antepassados, porque o governo deu o direito às terras de ‘papel passado’”. Depois

dessa aula tratei de refletir por todo o restante do caminho sobre minha postura de pré-julgamento e logo conclui que, se quisesse trabalhar ali, teria que revisar as minhas leituras porque precisaria me inserir em uma nova realidade, até então desconhecida por mim.

Convivi e trabalhei na comunidade no período de 11 de novembro de 2013 a 30 de março de 2015, observando as práticas educativas formais e informais onde as crianças eram inseridas e o trabalho da liderança comunitária e, em especial, o trabalho das marisqueiras.

O interesse de investigar esse tema começou a ser traçado com a minha participação na elaboração e execução do *Projeto Nossa Gente, nossa História*, juntamente com a equipe escolar. O Projeto foi um procedimento didático que tinha como objetivo valorizar a cultura local, tendo-a como referencial para compreensão da história dos antepassados, reconstrução do elo entre o passado e o momento presente dos moradores da comunidade e contribuir para elevação da autoestima das meninas. Além disso, foi levado em conta a unidade escolar de ensino situada em área remanescente de quilombo, por isso, foram trabalhadas as questões relacionadas à diversidade cultural, considerando que o espaço escolar inserido no contexto sociocultural da vida comunitária pode ajudar na compreensão da afirmação da identidade quilombola.

A minha iniciativa, na execução do Projeto, foi entrevistar mulheres mais antigas nascidas na comunidade como forma de valorizar seus saberes relativos às práticas culturais e suas vivências. Escolhi as mulheres porque observei um certo destaque delas nas ações comunitárias, e o resultado dessa prática foi a reformulação do Projeto Político Pedagógico da Escola, tomando como base as especificidades da comunidade quilombola alicerçada nas Diretrizes Nacionais para Educação Escolar Quilombola. Em janeiro de 2015, inscrevi o *Projeto Nossa Gente, Nossa História* na sétima edição do Prêmio Nacional Educar para Igualdade de Gênero e de Raça, promovido pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT), com apoio do Ministério da Educação, e fui vencedora na Categoria Professor – Abordagem de Gênero.

Foi nesse contexto que surgiu o interesse em investigar a presença das mulheres em atividades sociais, sustento das famílias, mobilização políticas, situação de conflitos e tomada de decisão referente a assuntos comunitários.

Observei, ainda, em atividades seculares, como o Samba de Roda, a herança dos antepassados indelével e transmitida por meio da tradição oral, acerca do respeito aos mais velhos e às normas de convivência passada de geração em geração por mulheres e homens aos mais jovens.

Atuando como professora, percebi a presença destacada das mulheres na sustentação das famílias, na educação das crianças pelos processos educativos de transmissão de saberes comunitários, nas negociações internas e externas sobre questões políticas e de disputa territorial e na tentativa de diálogo com a equipe pedagógica.

Na escola, as mulheres participavam ativamente da educação escolar das crianças e era uma rotina diária passar na escola para perguntar sobre aprendizagem e comportamento de seus filhos. O discurso era sempre o mesmo por parte das mães: “Respeite a professora!”

Observei também um respeito preponderante entre os quilombolas com relação aos conselhos e ensinamentos dados por pessoas mais antigas aos mais jovens, ligado aos costumes locais. Convivi, aprendi com a comunidade e percebi a presença das mulheres nas ações comunitárias, especialmente no sustento das famílias pelo trabalho das marisqueiras e no acompanhamento e ensinamento das crianças.

No aspecto conceitual de gênero e raça, vivenciei uma experiência que marcou a minha vida e despertou a minha atenção que, conseqüentemente, me direcionou ao estudo sobre o sexismo e racismo, enquanto professora da Rede Pública de Educação Infantil de uma escola fora da comunidade quilombola. Ocorreu, em maio de 2015, quando eu chegava à escola, recebia os estudantes e fazia uma roda de conversa para que as crianças de quatro anos sentissem a liberdade de expressar-se a partir da socialização de suas narrativas livres, quando falávamos sobre a família de cada um.

Durante esse momento, uma criança dirigiu-se até a mim chorando bastante. Sentei-a no meu colo e perguntei o motivo do choro. A criança respondeu que a coleguinha havia xingado. Eu perguntei do que ela havia xingado, e a menina, prontamente, respondeu: “Sua Preta”. Naquela sala todas as crianças eram negras. Em princípio, fiz uma intervenção imediata chamando as duas e solicitei que elas fossem até o canto da sala onde havia um espelho e se olhassem nas suas imagens a fim de reafirmar a identidade pela cor e os traços estéticos da beleza negra. Diante disso, expliquei, resumidamente, que chamar a coleguinha de “preta” não é um xingamento, porque somos todos iguais. Isso ocorre pelo fato de haver raízes dos padrões eurocêntricos, ainda existentes na sociedade, muitas vezes, reproduzidos pela própria família. Em seguida, as outras crianças observaram a ação e logo um menino gritou: “Eu não sou preto porque meu tio falou que preto não toma banho e eu tomo banho todo dia”.

No dia seguinte, tratei de mudar completamente meu planejamento e inserir as características físicas de cada um, pois a turma era formada por crianças negras e,

consequentemente, a história dos nossos ancestrais africanos com o livro *Núbia Rumo ao Egito*, da Maria Aparecida da Silva Bento, fazia-se importante. Utilizei de filmes como *Cabelo de Lelé* e *Kiriku e a Feiticeira*, imagens e construção de máscaras africanas e atividades com música e movimento do Samba de Roda. Logo, o plano de aula foi completamente alterado para atender a essa demanda, que foi trabalhar com as crianças a questão racial. Foi a partir de então que percebi a importância de abordar a questão racial durante todo ano letivo e não apenas no dia da Consciência Negra.

Esse pequeno relato me fez refletir como as meninas negras são induzidas a construir uma imagem negativa de si próprias, partindo da suposta “inferioridade” da cor. Culturalmente, não encontramos princesas negras nos livros didáticos nem nas histórias de princesas como a Branca de Neve. Dessa forma, as meninas negras são conduzidas dentro e fora da escola, desde a educação infantil, a negar sua identidade negra, inferiorizando-se e brincando com bonecas brancas, por exemplo, que não as representam.

Certa feita, em sala de aula, chamei uma garota negra de princesa e ela disse que não era princesa e apontou para a coleguinha branca dizendo que aquela era princesa. Logo, a discriminação é socialmente construída nas relações entre os pares, nas famílias, grupos sociais na escola, na sociedade como um todo.

Diante de tal cenário descrito, esses dados chamaram a minha atenção e me motivaram a escolher o tema desta pesquisa. Também, impulsionaram alguns questionamentos nesta investigação, tais como: Qual a participação das Mulheres Quilombolas na valorização dos saberes locais na formação educacional e no fortalecimento da identidade étnica na comunidade? A indagação contribuiu para a escolha da investigação de cunho etnográfico na direção de compreender melhor a vida no Quilombo, onde a presença das mulheres se destaca.

Essas observações despertaram meu interesse em investigar as mulheres quilombolas e sua importância sociocultural no contexto do Quilombo de Porto dos Cavalos, o que me levou necessariamente a analisar as relações de gênero, a etnicidade e seu vínculo com o território e as práticas educativas da vida cotidiana dos quilombolas. Para embasar esta pesquisa, fiz um levantamento de produções acadêmicas referentes à temática a fim de verificar o que já foi publicado sobre mulheres negras e, especificamente, as mulheres quilombolas e sua importância na formação da identidade cultural dos povos quilombolas. O levantamento teve como objetivo o registro da produção científica para nortear a construção do quadro teórico e a reflexão da vivência no campo da pesquisa.

Nesse contexto, destaca-se a contribuição da antropóloga americana Ruth Landes com sua obra “A cidade das mulheres” (1947). Essa obra, embora não se trate de mulheres quilombolas, mas sim de mulheres negras no contexto do candomblé baiano do começo do século XX, é considerada um trabalho pioneiro sobre o empoderamento feminino. A obra de Landes é marcada pela valorização da experiência etnográfica de campo, rica em detalhes e descrição, demonstrando ter um olhar sensível para as questões de gênero ao considerar o sujeito em sua singularidade no processo de construção do conhecimento, destacado ao longo da narrativa etnográfica. Na Era de Getúlio Vargas, Landes tocou em três questões que não estavam no centro dos debates antropológicos: o feminismo em uma sociedade patriarcal, homossexualidade e religiosidade africana, dentro do Terreiro de Candomblé de mãe Menininha do Gantois.

Além do exposto, segundo Abreu (2002), “falar do outro é encontrar um lugar para falar de si próprio e para construir a si mesmo enquanto pessoa”. Dito isso, na obra de Landes ficou evidente que o olhar subjetivo sob o sujeito é o significado que apreendemos sobre o outro, isto é, o sentido que nossa interpretação pode mostrar para o que entendemos do outro. Isso significa que as nossas percepções e sensações, resultam das nossas vivências na comunidade, pois elas nos permitem interpretar e produzir sentidos através das observações experimentadas, buscando, através das análises dos dados, encontrar uma compreensão ou sentido maior para os fatos pesquisados.

Ainda, em outras palavras, quando observamos fazemos leitura do outro, quando este nos proporciona experiências com as quais poderemos não apenas captar, produzir ou reproduzir sentidos frutos das sensações e ideias experimentadas, mas resultantes do contato vivenciado, ou seja, a leitura do outro nos permite projetá-lo em nós, nos permite produzir sentido do outro naquilo que a experiência convvida permite.

Em uma relação dialógica, quando conhecemos o outro, conhecemos em nós o tanto que podemos descobrir ou produzir a partir dele, assim a nossa compreensão se modifica, resultado das novas experiências.

A descrição e análise feitas por Landes certamente nos possibilita pensar na complexidade da subjetividade do sujeito e na sua singularidade no processo de construção da pesquisa etnográfica. Essa abordagem aponta, inclusive, para a relação de alteridade que não pode ser desvinculada das experiências construídas ao longo da vida, já que explica as atitudes e as maneiras com as quais se estabelecem as relações com o outro no contexto social.

Outra publicação que merece destaque por tratar da temática de gênero e raça é o livro *Mulher Negra: Afetividade e Solidão*, da Professora Dr^a Ana Cláudia Lemos Pacheco. A obra é fruto da tese de doutorado apresentada na Universidade Estadual de Campinas-SP, no ano de 2008. A autora escolheu como metodologia a pesquisa qualitativa, direcionada por análise de trajetórias e narrativas, a qual foi realizada em Salvador com dois grupos de mulheres negras: ativistas e não ativistas. A partir do conceito de raça e gênero, a autora mostra que a herança colonizadora racista e sexista é fator preponderante nas escolhas afetivas das pessoas e atinge diretamente as mulheres negras.

Nessa abordagem, torna-se relevante observar as questões de gênero e etnicidade enquanto conceitos importantes para dialogar com teoria e prática da pesquisa de campo, quando se valoriza e destaca a participação das mulheres quilombolas nos processos de produção, transmissão e afirmação das especificidades identitárias e culturais da comunidade negra tradicional, enfatizando suas vivências e saberes na resistência e luta por igualdade e contra a discriminação de gênero e étnico-racial.

A fim de situar a temática no campo geral das publicações, busquei, na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento à pessoa de Nível Superior (CAPES), produções acadêmicas na Área do Conhecimento da Educação, usando como tema as palavras “mulheres quilombolas”, quando encontrei mais de cem obras entre Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado.

Pesquisei, também, na Revista Estudos Feministas (UFSC) e nada foi encontrado utilizando as mesmas palavras. Mas, ao utilizar as palavras “mulheres negras” encontrei vinte e uma publicações, enfatizando a trajetória de vida, a luta e resistência das mulheres negras.

Ainda usando as palavras mulheres quilombolas, encontrei na Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) o artigo *Liberdade, Violência, Racismo e Discriminação: Narrativas de mulheres negras e quilombolas da mesorregião centro-sul da Bahia /Brasil*, do ano 2015.

Além desses, coletei um trabalho importante sobre o tema no Laboratório de Estudos em Movimentos Étnicos (LEME) da Universidade Federal de Campina Grande-SP. Trata-se do artigo do professor Nivaldo Aureliano Léo Neto, do ano de 2006, cujo título é “Mulheres que ousam lutar: A Construção da Identidade como Mulher Quilombola”. Esse trabalho foi realizado no município do Conde, Litoral Sul do Estado da Paraíba na Comunidade Quilombola de Ipiranga. O autor destaca a importância das mulheres remanescentes do

Quilombo na organização sociopolítica por conduzirem a manifestação cultural de Coco-de-roda¹ e pela luta para sustentar suas famílias.

O trabalho mais recente que aborda mulheres quilombolas, identidade e gênero é o da Mestre Adriana Cardoso Sampaio, do ano de 2017, realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. A autora faz um estudo etnográfico sobre Mulheres Griôs e sua importância para a formação da identidade étnica e de gênero no Quilombo Urbano Barro Preto em Jequié-BA. Ela escolheu como sujeito mulheres nascidas no Quilombo, acima de 60 anos, que exerciam práticas de tradição oral para investigar as contribuições delas na vida cotidiana dos quilombolas.

Nas pesquisas sobre a relevância do tema mulheres quilombolas e sua importância para a formação da identidade cultural dos quilombolas podemos perceber uma lacuna, por isso, também, o interesse de investigar sobre a temática. Então, a presente investigação pretende conhecer o dia a dia e os fazeres das mulheres na Comunidade Quilombola de Porto dos Cavalos relacionando-os aos processos de formação da identidade cultural e do sentimento de pertencer a uma comunidade quilombola.

Para tanto, estabeleci como objetivo principal a participação das Mulheres Quilombolas na valorização dos saberes locais para a formação educacional e no fortalecimento da identidade étnica na Comunidade Porto dos Cavalos, localizada na região Norte da Ilha de Maré. E como objetivos específicos: identificar as atividades laborais das mulheres quilombolas, identificar e analisar as formas de organização das mulheres quilombolas no contexto dos conflitos étnico-raciais e sociais na comunidade. Busquei também analisar as experiências cotidianas e ações propriamente políticas e culturais das mulheres das diversas gerações e suas contribuições para as conquistas dos direitos quilombolas. Neste sentido, tratamos de descrever e analisar os processos de transmissão de saberes e práticas culturais realizadas pelas mulheres na comunidade Porto dos Cavalos e seus significados para elaboração do sentimento de pertencimento étnico (samba, história e histórias, contos, danças).

A pesquisa que ora se apresenta está dividida da seguinte forma: no capítulo um, construí o referencial teórico no qual o trabalho se alicerça e que auxiliará na compreensão da temática. Reconstituo os conceitos mobilizados nesse estudo como quilombo, raça, território, identidade étnica e gênero no Brasil. No capítulo dois, apresento minha experiência

¹ Coco-de-roda é um ritmo típico da Região Nordeste do Brasil, sendo citado nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas. É uma dança de roda com influência africana e indígena.

etnográfica, relatando a minha imersão no campo diante do desafio da pesquisa do ponto de vista antropológico. Para isso, faço uma descrição completa do campo e da vida cotidiana dos meus interlocutores. No capítulo três, intitulado Mulheres Quilombolas: Educação, saberes locais e identidade étnica, faço uma descrição do contexto de formação do espaço escolar empreendido por mulheres e, em seguida, descrevo a atividade das marisqueiras, a organização política, bem como os saberes locais relatados por 3 mulheres mais antigas da comunidade, além dos processos de socialização por meio dos festejos local. Por fim, nas considerações finais, retomo a análise interpretativa dos dados coletados e destaco as dimensões mais importantes da pesquisa.

1 UMA RECONSTRUÇÃO DO CAMPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE QUILOMBOS, TERRITÓRIO, IDENTIDADE ÉTNICA E EDUCAÇÃO NO BRASIL

Neste capítulo, descrevo alguns fatos sobre o aparecimento e caracterização da origem dos quilombos. Mobilizei os conceitos de raça e território, identidade étnica e gênero a partir da experiência desta comunidade tradicional, partindo do diálogo com as pesquisas acadêmicas sobre comunidades de quilombos no Brasil. Para isso, serão apresentados conceitos de identidade, de cultura e de gênero que orientam a abordagem dessa investigação.

1.1 A ORIGEM E CARACTERÍSTICAS DOS QUILOMBOS NO BRASIL

Entender hoje a participação das Mulheres Quilombolas na valorização dos saberes locais na formação educacional e no fortalecimento da identidade étnica implica percorrer os caminhos da transplantação cultural realizada no Brasil pelo sistema colonial português, processo que se deu na base da dominação e escravização das sociedades africanas. Na verdade, trata-se de uma longa e penosa travessia além-mar com porões cheios de pessoas escravizadas da África, pois, quando os portugueses puseram em prática sua expansão marítima, no século XVI até o XIX, milhões de pessoas capturadas inicialmente no litoral e, posteriormente, no interior africano, foram escravizadas e trasladadas para o Brasil, sendo forçados ao trabalho escravo. Como relata a história da colonização do Brasil, os negros escravizados geralmente eram tratados com severos e violentos castigos, enfrentando jornadas diárias exaustivas, recebendo péssima alimentação e, por fim, morando em senzalas úmidas, escuras e inóspitas. Portanto:

A escravidão nas Américas consumiu cerca de 15 milhões de homens e mulheres arrancados de suas terras. O tráfico de escravos através do Atlântico foi um dos grandes empreendimentos comerciais e culturais que marcaram a formação do mundo moderno e a criação de um sistema econômico mundial. A participação do Brasil nessa trágica aventura foi enorme. Para o Brasil, estima-se que vieram perto de 40% dos africanos. (REIS, 1996, p. 9).

Quem retratou e, ao mesmo tempo, de forma *sui generis*, chamou a atenção para essa situação degradante dos escravizados foi o poeta Castro Alves (1880), no Poema Navio Negroiro. O Poeta dos escravos, como ficou conhecido e immortalizado, bradou aos quatro ventos do mundo os maus tratos a que eram submetidos homens, mulheres e crianças escravizados e trasladados para o Brasil, na sórdida travessia do Oceano Atlântico. As condições de miséria dentro do navio eram tantas que numerosos escravizados não resistiam e morriam antes mesmo de chegarem ao solo brasileiro. O texto, então, mostra os horrores dramáticos do que significou viver sob o domínio da fé e da cultura impostas pelo sistema colonialista português.

O trecho, abaixo, de Castro Alves (1868) foi escolhido por retratar especificamente a forma como as mulheres africanas foram trazidas para o Brasil em situação de humilhação e penúria. Mulheres que agora são os sujeitos dessa pesquisa.

[...] Tinir de ferros... estalar de açoite...
 Legiões de homens negros como a noite,
 Horrendos a dançar...
 Negras mulheres, suspendendo às tetas
 Magras crianças, cujas bocas pretas
 Rega o sangue das mães:
 Outras moças, mas nuas e espantadas,
 No turbilhão de espectros arrastadas,
 Em ânsia e mágoa vãs!
 E ri-se a orquestra irônica, estridente...
 E da ronda fantástica a serpente
 Faz doídas espirais ...
 Se o velho arqueja, se no chão resvala,
 Ouvem-se gritos... o chicote estala.
 E voam mais e mais...
 Presa nos elos de uma só cadeia,
 A multidão faminta cambaleia,
 E chora e dança ali!
 Um de raiva delira, outro enlouquece,
 Outro, que martírios embrutece,
 Cantando, geme e ri!
 Existe um povo que a bandeira empresta
 Para cobrir tanta infâmia e cobardia! ...
 E deixa-a transformar-se nessa festa

Em manto impuro de bacante fria! ...
 Meu Deus! Meu Deus! Mas que bandeira é esta,
 Que impudente na gávea tripudia? (ALVES, ANO, p. 1868)

Diante disso, resultou a revolta e a resistência de comunidades negras, pois o processo de escravidão havia lhes imposto a dominação sobre sua liberdade e sua cultura, submetendo-os a um regime de exploração, impedindo a existência e impondo os costumes europeus. Vários foram os momentos de resistência das comunidades africanas contra o sistema colonial lusitano e, depois, brasileiro. Podemos observar, por exemplo, as Revoltas Abolicionistas de Búzios (1798) e a dos Malês (1835) até meados do século XIX, que trouxeram preocupações para os senhores latifundiários e fugas constantes dos escravizados para formarem pequenas comunidades denominadas de Quilombos onde o ideal de liberdade estava arraigado à posse da terra, já que assim eles podiam plantar e colher livremente. Já no ano de 1740, o Conselho Ultramarino trouxe a definição de quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (ALMEIDA, 1996, p 12).

Segundo Munanga (1996), a palavra “kilombo”, aportuguesada de “quilombo”, é originária dos povos Bantu² e significa “acampamento guerreiro na floresta”. Posteriormente, os quilombos foram se caracterizando como organização militar no processo migratório de alguns povos pertencentes ao continente africano. A população dos quilombos pode ser originária do resultado das migrações tanto territoriais como culturais, como recorda Munanga (1996, p. 60):

A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas: lunda, imbangala, mbundu, kongo, wovimbundu, etc. Os ovimbundu contribuíram com a estrutura centralizada de seus campos de iniciação, campos esses que ainda se encontram hoje entre os mbundu e cokwe de Angola central e ocidental.

Ainda segundo Munanga, podemos encontrar características semelhantes tanto nos quilombos da África quanto nos da América, tais como a agricultura itinerante onde a terra é

² Bantu – conceito linguístico utilizado pelos europeus para classificar povos que utilizavam palavras mais importantes com as mesmas raízes de uma mesma raiz linguística. Os reinos Bantu corresponde a uma área geográfica contínua, fronteira entre Camarões e Nigéria, e complexo cultural específica dentro da África (séculos XVI e XVII) onde alguns povos utilizavam algumas palavras com mesmas raízes linguísticas. Em: Origem e Histórico do Quilombo na África (MUNANGA, 1996, p. 58).

queimada e as cinzas utilizadas como adubo. Os principais produtos cultivados são o milho, licuri, abóbora, mandioca, amendoim, batata doce e aipim. Logo:

O quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. (MUNANGA, 1996, p. 63)

Outro dado importante descrito pelo autor é o fato da organização social de descendência da maioria dos povos africanos ser sistematizada pelo parentesco matrilinear, ou seja, somente a ascendência materna poderia ser considerada para fazer parte de uma classe e para o legado das gerações futuras. Em tempos remotos, nos primeiros quilombos, os relacionamentos eram o casamento entre parentes, uma prática comum nos quilombos da África e nos do Brasil.

Os primeiros mocambos ou quilombos surgiram no Brasil no século XVI e representaram um lugar estratégico, dentro da floresta, de luta de homens e de mulheres pela sobrevivência. Podemos notar que já nessa comunidade de refugiados começou a formar o interesse por expressar-se culturalmente como comunidade africana, pois, vivendo ali, os sujeitos podiam compartilhar suas práticas culturais e religiosas.

O quilombo pode ter sido o primeiro sinal de empoderamento de comunidade africana no Brasil, pois, nessas comunidades, era possível desenvolver ações que, gradativamente, desembocavam em organizações socioculturais de resistência, com experiências solidárias desde as estratégias de fugas até a manutenção da comunidade e liberdade quilombola.

A maioria das comunidades quilombolas brasileiras foram formadas em lugares longínquos e de difícil acesso, como é o caso do Quilombo dos Palmares (1597-1694), localizado na Serra da Barriga, próximo ao município de União dos Palmares, distante cerca de 80 Km de Maceió, no Estado de Alagoas.

Ora, para compreender a origem das comunidades quilombolas, noto como importante a presença atuante e marcante de algumas mulheres historicamente pontuadas pelas suas participações e ações decisivas em comunidades africanas, contribuindo, portanto, para o rumo que pôde ou poderia ter tomado as mulheres e indivíduos dessas comunidades.

Um exemplo bem evidente foi Dandara, esposa e aliada de Zumbi na luta pela preservação do Quilombo dos Palmares. De acordo com a história oficial, essa mulher em vários momentos demonstrou que o conceito de sexo frágil atribuído às mulheres era

questionável. Símbolo de coragem e resistência contra ao regime escravista estabelecido pela coroa portuguesa e detentora da arte da capoeira, Dandara lutou pela permanência do Quilombo dos Palmares e contra a opressão imposta pela coroa portuguesa.

Seguido o exemplo de Dandara, Zeferina foi outra mulher negra que resistiu, mostrou sua força e liderou a luta contra os Capitães do Mato que intencionavam invadir o Quilombo do Urubu, no atual bairro da Mata Escura em Salvador.

Outro exemplo foi Maria Felipa, que lutou pela Independência do Brasil. Essa mulher é um destaque para a história baiana. Na verdade, Maria Felipa viveu no século XIX, era marisqueira³ e pescadora nativa da Ilha de Itaparica, município localizado na Baía de Todos os Santos, a cerca de mais ou menos 38,4 km de Salvador. Ela comandou a luta contra os invasores pela Independência do Brasil, mobilizando um grupo de mulheres, homens, negros e índios. Segundo a história oficial, a estratégia foi simplesmente seduzir os portugueses que chegaram nas embarcações para depois surpreendê-los com uma surra de folhas de cansaço cuja propriedades causa forte ardência em contato com a pele e, finalmente, dominá-los e vencê-los.

Além disso, destaco também o Quilombo das Onze Negras, localizado no Município de Santo Agostino em Pernambuco, onde onze negras se destacaram na tentativa de proteger os costumes da comunidade africana. Segundo a história oficial, essas negras, por assumirem ações de liderança, foram consideradas líderes pela comunidade, conforme relatos e fatos históricos marcantes, quando intentaram proteger costumes importantes da comunidade quilombola.

Então, diante do exposto, destacando a importância de algumas mulheres quilombolas, pretendo continuar a falar sobre o sujeito da minha pesquisa, que são as mulheres quilombolas da Comunidade Porto dos Cavalos. Essas mulheres, enquanto foco e objeto principal da minha investigação, são consideradas protagonistas pelas ações e contribuições observadas através de entrevistas, imagens e ações comunitárias registradas.

As comunidades negras quilombolas foram se construindo, portanto, através da resistência. A resistência quilombola pode ser considerada como um símbolo que norteou e deu origem aos territórios quilombolas espalhados em vários Estados brasileiros, localizados na Zona rural e Urbana, deixando seus legados para gerações negras que perduram até hoje, trazendo à tona os conflitos fundiários pela certificação dos territórios.

³ Marisqueira são as mulheres que catam mariscos nos manguezais, em muitos casos, principal fonte de renda dessas mulheres.

1.2 RAÇA E TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Ultimamente são muitas as contribuições de estudiosos acerca do conceito de raça para o entendimento de comunidades tradicionais, especialmente quando se trata de uma comunidade negra, onde as características baseadas no fenótipo são consideradas determinantes para os processos de classificação social e individual.

Segundo Munanga⁴ (2003, p. 03) “como a maioria dos conceitos, o de raça tem seu campo semântico e uma dimensão temporal e espacial” que variou de acordo com contexto histórico. Do ponto de vista biológico, o conceito de raça para classificação de populações humanas não encontra amparo científico, no entanto, é preciso tratar as relações raciais como um fenômeno socioantropológico, considerando o conceito um classificador importante para se entender a realidade social.

Do ponto de vista analítico precisa-se entender de que modo e em que circunstâncias é possível falar sobre o conceito de raça, considerando as interações sociais e as relações de poder. Trata-se de entender que os demarcadores raciais se aliam a posição de classe para acentuar as desigualdades sociais, econômicas e políticas.

Nas comunidades de quilombos, o conceito de raça está para além das características do fenótipo e vincula-se ao conceito de etnia, tendo em vista as relações históricas com um território e a memória e práticas culturais a ele associadas. Tais relações são dimensões fundamentais para se entender os processos de identificação coletiva e de subjetivação dos membros destas comunidades. Uma comunidade é sempre fruto de relações de alteridade com alteridades circundantes.

Segundo ARRUTI (2006, p. 93), “O conceito de grupo étnico surge, então, associado à ideia de uma afirmação de identidade (quilombola) que rapidamente desliza semanticamente para a adoção da noção de autoatribuição” ou autodefinição, ligada ao espaço do território de quilombo. Nesse mesmo sentido, é enquanto ocupante de um território que o grupo se reproduz cultural, política e simbolicamente como organização distinta no meio rural (SILVA, 1999).

Em meio à emergência dos debates sobre quilombos no Brasil, a Antropologia se torna uma leitura obrigatória para uma compreensão mais assertiva sobre o tema. Vale destacar que no ano de 1994 a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) formou o Grupo de Trabalho

⁴ MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05 nov. 2003.

Terra de Quilombola, com o objetivo de discutir mais amplamente essa pauta, tornando-se referência consultiva sobre os conflitos territoriais dos quilombos brasileiros.

Nessa perspectiva, os diversos territórios ocupados por comunidades negras estão vinculados a um complexo processo histórico, ideológico, cultural e político que define e orienta as práticas culturais que o grupo exerce no seu espaço, imprimindo assim suas especificidades étnicas estreitamente relacionadas a sua memória coletiva. Portanto trata-se de entender a dimensão simbólica que atravessa a constituição de um território de quilombo.

O território também é um fenômeno imaterial e simbólico, ainda que tramado sobre um suporte e sob constrangimento material. Ele é constituído pelas relações entre agentes, agências, expectativas, memória e natureza. Todo elemento, físico ou histórico, que entra na sua composição, passa pelo crivo de um processo de simbolização que o desmaterializa, ao mesmo tempo em que, por outro lado, a entrada de novos elementos provoca rearranjo no conjunto (ARRUTI, 2006, p. 323).

Desta forma o reconhecimento legal dos territórios dos quilombos e suas fronteiras deve considerar a apropriação material e simbólica dos seus ocupantes como essenciais para delimitá-lo, considerando as disputas fundiárias frequentes nestes contextos, mas, também, revela que o espaço do quilombo pode ser definido pelas estruturações de relações simbólicas de poder que afirmam a autoidentificação dos seus habitantes, sua dinamicidade e variações de experiências em diferentes épocas até a contemporaneidade no Brasil.

É nesse ponto que o processo de autoidentificação dos territórios quilombolas, estabelecidos pelos órgãos estatais responsáveis pelo reconhecimento e regularização fundiária - a Fundação Cultural Palmares e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) -, torna-se essencial para a compreensão dos quilombos atuais e está em consonância com a norma internacional de Direitos Humanos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que considera a consciência da pessoa que se autoidentifica como critério primordial. A Convenção foi ratificada pelo Congresso Nacional brasileiro através do Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, e promulgada por meio do Decreto presidencial nº 5.051, de 19 de abril de 2004, apresentando status de emenda constitucional. Essa consciência étnica coaduna com a teoria werberiana acerca da ação social, que busca entender o sujeito em sua singularidade dentro de um contexto social. Nos moldes de Weber (1994) a consciência étnica do sujeito está fortemente ligada ao sentimento de comunidade, que define o sujeito a partir do sentido de pertencimento a uma coletividade entendida como um grupo político.

Na Constituição Federal de 1988, do Brasil, encontra-se os termos legais, no artigo 68, do Ato da Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que reconhece a propriedade definitiva das terras ocupadas pelos quilombolas. Porém, o artigo 68 do ADCT é ratificado pelo Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003, e a partir dessa lei inicia-se a regulamentação e procedimentos de certificação das comunidades quilombolas. Este decreto reza o seguinte:

Art. 2 Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Além disso, o decreto presidencial constitui importante avanço para o reconhecimento dos direitos dos aquilombados. No entanto, o uso da palavra “remanescentes” para designar os atuais moradores dos quilombos é residual. Para Arruti (2006), o termo “remanescente” está arraigado ao tempo e espaço da reminiscência do passado que tem uma continuidade, ou se espera tê-la, até os dias atuais ou, melhor, do que ainda persiste em existir.

Tal termo, desconsidera a transitoriedade e as ações dos sujeitos políticos ao longo da história, especialmente na conjuntura contemporânea de mobilização por legitimação dos seus direitos, e tudo que possa ter influenciado, de alguma forma, a identidade quilombola e toda dinâmica de vida dentro do espaço territorial na contemporaneidade. Portanto, “faz-se mister trabalhar com os deslocamentos ocorridos nessa definição e com o que de fato é, incluindo-se nesse aspecto objetivo as representações dos agentes sociais envolvidos” (ALMEIDA, 2002, p. 55), bem como as experiências vivenciadas.

Então, nota-se a necessidade de uma reflexão mais ampla sobre o espaço geográfico em torno da problemática do termo “remanescente”. Nesse caso, consideraremos a adoção da autoidentificação como um marcador social e político importante para a organização desses grupos, sobretudo, a garantia dos direitos a partir dos quais os sujeitos podem agir politicamente, sendo a titulação das terras uma forma de atualizar a dívida histórica com essas comunidades, conforme propõe Arruti (2006). “O quilombo, então, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira, sobretudo, um direito a ser reconhecido e não somente apenas um passado a ser rememorado” (LEITE, 2002, p 2).

Outro ponto abordado por Arruti é a necessidade, também, de ressemantização do termo “quilombo”, porque trata-se de “um campo de disputa em torno da palavra (autorizada) ou da interpretação (hegemônica) capaz de impor um sentido à letra sem sentido da lei, que

No caso da população quilombola da Ilha de Maré, o Levantamento Fundiário realizado pelo INCRA (2016) determinou o Território de Quilombo dentro da Ilha de Maré, situado na Baía de Todos os Santos, com cerca de 644,7356 hectares de um total de 1.135,694 hectares. Vale lembrar que é de conhecimento público que as Ilhas são áreas pertencentes à União, sendo assim, o INCRA divide a responsabilidade de regulamentação do território com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), como consta no Levantamento Fundiário.

Em 2008 foi constituída uma equipe técnica do INCRA, formada por uma Antropóloga, Engenheiros Agrônomos, Engenheiros Agrimensores, para proceder a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). O laudo antropológico é parte integrante do RTID e, conforme o relatório, a primeira ação da equipe foi uma reunião no dia 19 de maio de 2008 na comunidade quilombola de Bananeiras. Essa reunião teve por objetivo prestar esclarecimentos sobre a certificação bem como a articulação para futuras ações da equipe técnica. Durante o estudo, a equipe seguiu toda metodologia estabelecida pelo INCRA, tais como: realização de entrevistas, grupos focais, oficinas de histórias, autoidentificação, registros de imagens, construção de croquis, cadastro das famílias, reuniões periódicas, audiências públicas, medição do perímetro e elaboração da planta no território, genealogias entre outras atividades.

Vale ressaltar o relato de um dos técnicos, após apresentação do tema, em uma das reuniões quando questionou aos presentes se os moradores da Ilha se consideram quilombolas. Os presentes afirmaram que sim, alguns enfatizando a presença dos seus ascendentes na localidade. Esse relato revela o alto nível da consciência de autoidentificação étnica dos vários grupos que se encontram historicamente na Ilha.

Segundo dados atualizados da Fundação Cultural Palmares, até 2017 existiam no Brasil 2.890 comunidades quilombolas certificadas. A certidão emitida pela Fundação, a partir da autodefinição da comunidade, reconhece que a população ocupante do território tem ligação histórica, carregada de princípios e valores com os antigos quilombos, constituindo o primeiro passo para que a localidade inicie o processo de titulação da terra. Assim, a autoidentificação é essencial para que o território seja certificado como quilombola.

No meu percurso itinerante na comunidade quilombola de Porto dos Cavalos, todas as pessoas com quem encontrei, inclusive crianças, a partir de 10 anos de idade, se autodeclararam como quilombolas. Isso acontece, especialmente, devido ao trabalho realizado pelas mulheres líderes das comunidades que buscam valorizar o sentimento de pertencimento étnico, inicialmente, por meio da atuação nas Associações de Moradores, que se intensificou a

partir da luta pela posse territorial, empreendida por homens e, em maior número, por mulheres através do processo de certificação emitido pela Fundação Palmares e a realização do RTID pelo INCRA, tendo início em 2008.

A relação territorial dessas pessoas tem início há mais de um século, segundo dados da história oficial e envolve terra e água e todo um conjunto de ecossistemas e biomas por se tratar de uma comunidade pesqueira. O marco dessa formação foi a chegada dos primeiros escravizados que vieram fugidos do Engenho Freguesia, atual Museu Wanderley Pinho, localizado em Caboto, pertencente ao Município de Candeias, bem em frente da Ilha de Maré e de navios que naufragaram próximo a localidade de Praia Grande, conforme relatos dos moradores.

Nesses episódios, os escravizados se jogavam ao mar e nadavam até chegar a Bananeiras, primeira comunidade quilombola ou eles se atiravam dos navios procuravam chegar até onde fosse possível. Depois, aos poucos, foram chegando mais pessoas até expandir e formar as Comunidades Quilombolas de Praia Grande, Martelo, Ponta Grossa, Bananeiras, Maracanã e Porto dos Cavalos, que conformam este território insular, tornando a Ilha de Maré um grande Quilombo.

É importante enfatizar que a Ilha de Maré pertence à União e que, portanto, suas terras não podem ser vendidas, em princípio. Mas, apesar disso, segundo relato de um morador descrito no relatório antropológico (2009), durante reunião, com a equipe do INCRA, algumas famílias adquiriram, de forma ilegal, por meio de recibo de compra e venda grandes extensões de terras, essas famílias foram denominadas pelos quilombolas de “os fazendeiros” e outras famílias que adquiriram casas de veraneio, denominadas de “os veranistas”. Segundo o relato dos nativos, muitos moradores venderam suas terras por falta de conhecimento ou por dificuldades econômicas.

De forma bem sucinta e conforme dados do laudo antropológico, na verdade, esses dois grupos citados acima são posseiros vindos de fora da Ilha e, ao “comprar” extensões de terras, estabeleceram fazendas de agricultura e criação de gado distribuídas por todas as comunidades. Por exemplo, na região das comunidades de Porto dos Cavalos, Ponta Grossa e Martelo existem dois posseiros. O Sr. Sérgio Barão é o “dono” de uma área que ele cercou nessa região para criação de gado, na qual há um poço de petróleo de onde passam os dutos que levam óleo para a refinaria em Mataripe.

Outros “donos” de fazenda são um sujeito apelidado Bau e Dona Isabel, sua mãe, que além da fazenda possuem uma mercearia (a única de Porto dos Cavalos) e um bar, atualmente

alugado à prefeitura para o funcionamento da escola. Eles moram com a família em Porto dos Cavalos e são identificados pelos nativos como posseiros não-quilombolas. Vale lembrar que a prefeitura de Salvador recebe os royalties do petróleo proveniente da exploração na Ilha de Maré. Segundo os moradores, esses royalties, historicamente, não são convertidos em benefícios para a comunidade como construção de escolas, postos de saúde, ou projetos para as atividades pesqueiras da comunidade.

Com base nesses dados, conversei com um nativo de Praia Grande, pois queria saber mais sobre “os fazendeiros” e a relação com os nativos. Esse me relatou que existiu uma relação conflituosa de trabalho entre eles porque as terras eram cedidas pelos “donos” para o plantio aos nativos, mas “os fazendeiros” impuseram a condição de divisão da metade de tudo que os agricultores arrecadassem na colheita com eles. Isso trouxe revolta e desestimulou bastante a agricultura na Ilha. Segundo o relato, muitos nativos foram expulsos ao longo de décadas de suas terras, pelos “fazendeiros” e foram se instalar em áreas periféricas do continente.

Relativo aos “os veranistas”, também são posseiros não-quilombolas e boa parte deles que mantêm “suas casas” na Ilha somente para passar temporadas de férias e outros estabeleceram comércios como pequenos restaurantes especializados em frutos do mar e botecos voltados para o fluxo de turistas na região, especialmente, nas localidades de Botelho, Itamuabo, Praia Grande e Neves.

Observei que são vários os interesses em jogo referentes à titularização do território quilombola da Ilha de Maré. Segundo Levantamento Fundiário (2016), no qual consta uma lista de todos os posseiros da Ilha, esses posseiros entram na Ilha a partir do início do século XX. No âmbito da Fundação Palmares (2017), dados atualizados revelam que o Estado da Bahia lidera o ranking brasileiro com maior número de localidades certificadas, com 736 comunidades. Assim sendo, a capital baiana possui seis comunidades certificadas pela Fundação Palmares (Maracanã, na Ilha não recebeu a certificação), uma na Zona Urbana e cinco na Zona Rural - Ilha de Maré.

Já no âmbito do Laudo Antropológico, as Comunidades pertencentes à Ilha de Maré são seis: Praia Grande, Bananeiras, Maracanã, Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa. A sétima comunidade quilombola é a única localizada no continente, mais especificamente dentro da Base Naval de Aratu, a saber: Alto do Tororó, situada no bairro de São Tomé de Paripe. Vale salientar que segundo relatos dos moradores, eles reconhecem que toda a Ilha de Maré é um grande quilombo histórico, porém existem comunidades que ainda não obtiveram

a certificação, mas há a pretensão de obtê-la, como é o caso das comunidades de Botelho, Itamoabo, Santana e Neves. Vejamos a tabela das Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ) em Salvador/Ba.

Tabela 1 – Certidões Expedidas

REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	Nº PROCESSO NA FCP	DATA DA ABERTURA DO PROCESSO
NORDESTE	BB A	SALVADOR	ALTO DO TORORÓ	01420.002946/2010-11	13/09/2010
NORDESTE	BB A	SALVADOR	BANANEIRAS	01420.000510/2004-31	13/08/2004
NORDESTE	BB A	SALVADOR	MARTELO	01420.001407/2005-99	28/06/2005
NORDESTE	BB A	SALVADOR	PONTA GROSSA	01420.001407/2005-99	28/06/2005
NORDESTE	BB A	SALVADOR	PORTO DOS CAVALOS	01420.001407/2005-99	28/06/2005
NORDESTE	BB A	SALVADOR	PRAIA GRANDE	01420.000388/2004-01	24/06/2004

Fonte: Fundação Palmares, 2017.

Chama a atenção o fato da comunidade de Maracanã não aparecer na tabela acima das certidões expedidas pela Fundação Palmares (atualizada até a portaria nº 240/2017, publicada no DOU de 31/17), no entanto, ela é apontada no Laudo Antropológico (2009) da Ilha de Maré como parte do território de quilombo, situando-se entre Bananeiras e Porto dos Cavalos.

De acordo com o depoimento da nativa Eliete Paraguaçu, transcrito em meu diário de campo, isso ocorreu porque a princípio Maracanã era entendida como uma extensão do território de Bananeiras. Por essa razão, na época da certificação ela não entrou no processo. Em compensação, no RTID, Maracanã consta como comunidade quilombola presente desde o início dos trabalhos antropológicos realizados no território da Ilha de Maré e, portanto, está dentro do processo de demarcação.

Então, pelo exposto, a certificação emitida pela Fundação Palmares é necessária, mas não é suficiente para garantir direitos territoriais dos quilombolas, para isso, é necessário que

o INCRA emita o RTID, como já foi exposto. Nesse relatório foi feito um estudo do território no qual a antropóloga fez um mapeamento completo constando elementos históricos e antropológicos relativos à ocupação tradicional com memória histórica e autoidentificação, que permitem a delimitação territorial e possibilita a emissão da posse definitiva das terras aos moradores da Ilha de Maré. Nesse caso, segundo informações do RTID da Ilha de Maré, posteriormente será emitido uma única certidão de demarcação contendo todas as comunidades quilombolas do estudo.

Portanto, o reconhecimento do direito à posse pode representar bem mais que o pertencimento da terra, bem como também o reconhecimento de uma identidade étnica marcada pela resistência, luta e relações de poder dentro do território negro.

Por fim, no dia 14 de março de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União o RTID da Ilha de Maré e, até a presente data de realização dessa pesquisa, o processo está em fase de notificação, ou seja, está aberto ao público para possíveis contestações.

1.3 EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS QUILOMBOLAS E GÊNERO NO BRASIL

O processo de ensino aprendizagem em comunidades tradicionais afro-brasileiras implica retomar o ponto da chegada dos povos africanos escravizados e trazidos para cá há mais de quinhentos anos. Ora, quando os africanos foram trazidos para o Brasil trouxeram consigo saberes culturais que, mesmo nas condições de escravizados, procuraram transmitir de geração em geração, via tradição oral, seus conhecimentos e costumes, quer do seu mundo linguístico, quer religioso, quer artístico, quer agrícola, quer pescueiro, entre outros. Então, o saber e a transmissão deste sempre estiveram presentes nas comunidades quilombolas, o que é perceptível quando observamos o quanto as famílias quilombolas souberam, ao longo dos tempos, transmitir muitos de seus valores e princípios.

Como se sabe, a história das comunidades afro-brasileiras é marcada no Brasil por forte segregação racial, social e de gênero. Por isso, falar de educação quilombola e de gênero no Brasil é tocar em uma questão marcada pela luta, pela sobrevivência e resistência contra a opressão e contra o racismo instituído e velado no país, porque ao longo da história se registrou e se registra tentativas de negar direitos fundamentais às pessoas, como o acesso aos serviços públicos essenciais como, por exemplo, escola e saúde pública e, ainda a recorrente desigualdade social de gênero, quando se impõe à mulher negra um tratamento inferior, acarretando-lhe condições de vida precária. Além disso, sabe-se que a história oficial

“maquia” as contribuições dos africanos e afro-brasileiros e seu legado para a formação da sociedade brasileira. Assim, como lembra Rocha (2011), “em sua trajetória histórica, os afro-brasileiros foram considerados máquinas de trabalho na escravidão, vagabundos no pós-abolição e hoje, na contemporaneidade, sua alteridade é negada na folclorização de suas manifestações culturais” (ROCHA, 2011, p. 1), especialmente nos espaços institucionais de ensino e aprendizagem.

Entretanto, sabemos que quilombos contemporâneos são espaços carregados de significados culturais e bens imateriais que revelam não só a manutenção de tradições por meio de valores e princípios presentes nas famílias em relação à educação de seus filhos e nas práticas culturais vinculadas ao trabalho, ao meio ambiente, ao lúdico e crenças religiosas. Tal relação com o passado vai além da dimensão cultural e considera o sujeito político que busca garantia de seus direitos. Nota-se que o espaço comunitário é também espaço de ensino e de aprendizagem enquanto exemplos de saberes locais fortalecidos e ensinados pelas famílias quilombolas contemporâneas e que, ao mesmo tempo, reivindicam o acesso ao conhecimento através da educação escolar formal para as crianças e jovens dessas comunidades tradicionais. Hoje em dia, a Educação escolar quilombola é uma realidade exigida pelos sujeitos desses espaços e conta com as Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombolas, Resolução nº 8/ CNE/CEB, para atender as especificidades dos moradores.

Diante disso, pode-se dizer que o contexto educativo no quilombo propõe dois questionamentos bem definidos nessa pesquisa, pois se trata de conceitos diferentes: o que é Educação Quilombola? E o que é Educação Escolar Quilombola?

Educação Quilombola são todos os ensinamentos, valores, princípios, costumes, práticas laborativas passadas pelas famílias aos seus membros, práticas essas que acontecem dentro do espaço territorial quilombola e estão ligadas fortemente à ancestralidade. Como lembra Nunes (2006), “o cotidiano quilombola, a exemplo de outros grupos étnico-raciais e sociais é a emergência das práxis porque o pensar e o fazer se corporificam: na forma de visões, pensamentos, ideias que orientam um portar-se diante do mundo” (NUNES, 2006, p. 141), afirmando sua identidade e particularidades étnicas, de gênero e classe social.

Já a Educação Escolar Quilombola é uma educação formal direcionada aos quilombolas. Nesse caso, é importante salientar a Resolução nº 8/ CNE/CEB, Título III, Art. 9º, a qual traz essa definição em dois modelos que são as escolas quilombolas, localizadas em território quilombola, e as escolas que ficam próximas ao território quilombola e, portanto, atendem os estudantes quilombolas.

Nessas duas categorias educacionais a mulher quilombola exerce uma participação central, já que são elas as responsáveis pela educação dos filhos e pela garantia do direito à educação formal, na maioria das vezes.

Desse cenário educativo quilombola eu conheço o bastante para relatar o que vi enquanto estive na comunidade de Porto dos Cavalos exercendo a função de professora. Na escola, as mulheres participam ativamente da educação escolar das crianças: as mães não esperam que a escola as procure ou as intime para falar de seus filhos. Na verdade, a preocupação dessas mulheres é tal que, de forma rotineira, é costume passarem na escola para perguntar sobre a aprendizagem e comportamento de seus filhos. O discurso parece sempre o mesmo por parte das mães: “respeite a professora”. Isso fortaleceu bastante a parceria da comunidade com a escola onde a presença das professoras que vêm de fora da comunidade, geralmente, é muito bem-vista e acolhida.

Observei que nessa comunidade, onde trabalhei, a professora é respeitada como uma verdadeira autoridade do saber. Isso me trouxe muitas alegrias porque ali eu senti a valorização da minha experiência enquanto profissional da educação e, especialmente, no processo de realização desse projeto de pesquisa etnográfica. Às vezes, eu costumo dizer que a Ilha de Maré é a minha segunda casa, porque foi extraordinariamente significativo realizar um trabalho pedagógico nessa comunidade.

Além disso, posso dizer que por conta desse cuidado das mulheres de estarem acompanhando e orientando as crianças e adolescentes na escola, problemas como indisciplina são inexistentes dentro da sala de aula. Isso não implica em dizer que essa escola jamais teve algum problema, pois há registro de conflitos, mas esses conflitos aparecem relacionados ao grau de parentesco entre eles, porque na sala de aula todos eram, de alguma forma, parentes entre si, o que não gerava ainda assim um comportamento desrespeitoso para com os educadores da escola, de modo que sempre apareceu inexpressiva a necessidade de realizar reunião entre as professoras para discutimos questões de indisciplina dos alunos.

Diante disso, realizei minha função de professora sempre atenta para uma aprendizagem significativa aos estudantes, dando importância ao contexto vivido pelo grupo, mas atenta ao que eles esperavam da escola, anseios e reivindicações das famílias por uma educação formal que possibilitasse aos seus filhos alcançar uma carreira de destaque social.

Era sempre prazerosa a presença atuante das mulheres. Por isso mesmo, nos momentos de reunião com as mães, os assuntos e as questões centrais eram sempre direcionadas para aquisição de conhecimento, pois era desejo das mães, expresso verbalmente, que seus filhos

se tornem futuros professores, médicos, engenheiros e representantes políticos da comunidade. Isso significa que essas mães são pessoas geralmente bastante politizadas e que reivindicam educação formal de qualidade para que seus filhos alcancem uma carreira de prestígio.

Lembro-me que uma vez, quando conversava em particular com uma mãe, cuja atividade laboral era a mariscagem, com base nos pressupostos teóricos do Construtivismo, falei para ela que a filha dela seria uma ótima comerciante marisqueira, visto que a menina tinha bom desenvolvimento na disciplina de Matemática, uma colocação um tanto infeliz da minha parte, porque a mãe retrucou na mesma hora dizendo:

Ela já é marisqueira porque eu ensinei, só que a mariscagem para sociedade não significa nada, por esse motivo ela está na escola para aprender uma outra profissão como a de professora, para que um dia não seja preciso vir professores de fora ensinar as nossas crianças, com todo respeito professora (referindo-se a minha pessoa) (MÃE DE ALUNO, 2014).

Esse depoimento proporcionou-me importantes reflexões sobre as novas demandas e anseios das famílias quilombolas do século XXI, que ultrapassam os limites do quilombo e enxergam na educação escolar uma forma de garantir a manutenção do espaço quilombola de acordo com as suas necessidades, uma educação para eles e executada por eles.

Entendi, portanto, que os diálogos interculturais devem ser considerados no processo educacional da escola quilombola no sentido de contribuir e articular saberes locais e saberes da escola formal que viabilizem a convivência reflexiva com a diversidade multicultural, étnica, de gênero e de classe social que se faz presente dentro e fora da escola. Para isso, os agentes da educação escolar precisam dialogar com as comunidades quilombolas nas quais estão inseridas para, a partir delas, repensar o fazer pedagógico dentro das especificidades comunitárias, possibilitando uma educação significativa para os estudantes em colaboração formativa de sujeitos questionadores de si próprios e de práticas de exclusão construídas ao longo da história do processo civilizatório dessas comunidades tradicionais.

1.4 BREVE REFLEXÃO SOBRE A IDENTIDADE ÉTNICA CULTURAL

Entende-se pelos estudos da Antropologia que a identidade cultural do ser humano implica em perceber o que o distingue dos outros animais, seja pelas ações que ele desenvolve na sociedade que pertence, através da aquisição e produção de cultura, seja através da sua luta ou estratégias para continuar existindo ou subsistindo ao sistema. Além disso, sabe-se também

que, depois da Antropologia, outras áreas do saber se interessam pela compreensão do ser humano, considerando a aquisição e produção cultural deste.

A Psicologia e a Educação destacam a importância da dimensão cultural para a formação do sujeito. Podemos observar que estudiosos da psicologia e da educação definem a cultura como eixo central para o desenvolvimento humano ao estabelecer que é por meio da internalização cultural que o sujeito aprende e se desenvolve, conforme afirma Vygotsky (1991).

Clifford Geertz (1989) em sua obra *A Interpretação das Culturas* apresenta o conceito antropológico de cultura como ciência das interpretações dos significados. Nessa obra, o autor apresenta uma contribuição sobre a cultura enquanto uma negociação de significados intermináveis, resultante de uma descrição minuciosa do contexto social. Para ele, o conceito de cultura deve ser entendido como uma interpretação dos significados das manifestações simbólicas de tudo que se apresente como expressão de diálogo, do modo de viver dos grupos sociais em geral e dos sujeitos em particular. Por isso, “termos como ‘significado’, ‘símbolo’ e ‘concepção’ exigem uma explicação, mas que deveria ocorrer aí o alargamento ou aprofundamento e a expansão desses termos” (GEERTZ, 2012, p. 66).

Por outro lado, Stuart Hall (2003), em sua obra *Da Diáspora*, apresenta o significado político da cultura enquanto um processo de identificações. Segundo ele, jogos de representações nas diferentes instâncias da vida pública podem nos levar ao pensamento dos processos de produção de múltiplas formas de identificações socioculturais na contemporaneidade. Na obra *Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (2005), Hall estabelece a contribuição da cultura para a formação da identidade do sujeito a partir da autoidentificação. Ele considera também que a identidade tem passado por transformações ao longo da história humana e, especificamente, na contemporaneidade, a identidade do sujeito é marcada pela descentralização. Além disso, o autor reforça que o sujeito na modernidade tinha uma identidade bem definida, estabilizada e bem localizada na sociedade. Porém, uma mudança que tem relação com as identificações de pertencimento sociais, comunitárias e culturais está fragmentando e deslocando as identidades das classes a depender do contexto sociocultural e político.

Segundo Hall (2005) fatores como sexualidade, etnia, raça e nacionalidade são desestabilizadores das noções de identidades fixas, unificadas e estáveis que entram em declínio gerando uma crise de identidade no sujeito. Nesse sentido, os processos de identificações desestabilizam as identidades, mas não as substituem, tornando-as incertas e

transitórias, ou seja, o sujeito poderá assumir identidades diferentes em momentos diferentes dependendo daquilo que ele se identifica culturalmente.

Nessa perspectiva, o processo de globalização vem contribuindo para a transformação e surgimento de novas identidades, uma vez que o acesso à informação permite que tenhamos conhecimento sobre diferentes culturas de locais diferentes que nos aproximamos e nos identificamos mesmo sem o contato presencial, mas simplesmente por identificação pessoal. Por isso mesmo,

A globalização explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como substituindo o local será mais acurado pensar numa nova articulação entre “o global” e “o local”. Este “local” não deve, naturalmente, ser confundido com velhas identidades, firmemente enraizadas em localidades bem delimitadas. Em vez disso, ele atua no interior da lógica da globalização. Entretanto, parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, novas identificações “globais” e novas identificações “locais”. (HALL, 2005, p. 45).

Podemos inferir que, no mundo contemporâneo e globalizado, as comunidades locais ganham forças de representatividade e de pertencimento das pessoas que vão se aproximando e formando novas formas de se relacionarem a partir das identificações sociais, culturais, políticas, ideológicas e por orientações sexuais. As relações conflituosas de alteridades tornaram-se uma marca dessa nova era, especialmente quando refletimos sobre as formações dos grupos e guetos por pessoas com identificações semelhantes, mas complexas ao mesmo tempo devido à singularidade de cada sujeito que pode implicar em pequenos conflitos dentro de um mesmo grupo, por exemplo.

Por outro lado, o propósito de Hall dentro da noção contemporânea do global e do local permite a reflexão sobre o significado de comunidade. “O termo comunidade reflete precisamente o forte senso de identidade grupal que existe entre grupos. Entretanto, isso pode ser algo perigosamente enganoso” (HALL, 2003, p. 65). Notamos que, no caso específico das comunidades negras tradicionais, elas saíram dos isolamentos e passaram por transformações atribuídas, em especial, ao contato com outras culturas, seja por acesso ao conhecimento através dos meios de informações e das novas tecnologias com o advento da internet, seja pelo contato físico e das formas de se relacionarem devido à proximidade geográfica dos antigos quilombos, agora não mais longínquos, que influenciam nos processos de identificações refletindo na identidade cultural das comunidades. Essas mudanças são expressas na maneira de ser e de viver e na autoafirmação da identidade que sofre influência

das identificações proporcionadas pela globalização, em outras palavras, é a autoidentificação que diz como o sujeito se vê.

Outra mudança que merece destaque é a presença da escola como espaço cultural e dinâmico de transformação da realidade, em que a identidade pode ser construída e reconstruída a partir das experiências multiculturais representadas pelas pessoas que ocupam esses espaços e, conseqüentemente, pela possibilidade de acesso ao conhecimento proporcionado pela relação com o “diferente outro”. Na contemporaneidade, tornou-se cada vez mais frequente que em cada comunidade de bairros periféricos, por exemplo, tenha uma escola para atender aquele público. No caso das comunidades tradicionais, as Escolas Quilombolas já fazem parte do cenário brasileiro e podem ser uma possibilidade importante para a disseminação do conhecimento e para novas possibilidades de identificações dentro do próprio quilombo. Outra perspectiva para o conceito de identidade é a de Munanga (2008, p. 102) ao estabelecer que “a identidade é um processo sempre negociado e renegociado, de acordo com os critérios ideológicos-políticos e as relações de poder”.

Em suma, a identidade é uma construção social circunstancial e relacional, sendo construída a partir do contraste, alicerçada pela dicotomia “nós e eles”. Em linha gerais, o fato de alguém pertencer a um dado grupo social possibilita identificar os membros do grupo e os não membros.

A identidade quilombola dessa investigação foi considerada como carregada por uma história de luta e resistência contra a opressão do sistema escravista. Essa identidade foi “maquiada” pela cultura europeia, mas continua presente de forma modificada nas comunidades quilombolas atuais. Segundo Castilho (2011, p.85) “a identidade desse grupo não se define pelo tamanho e pelo número de seus membros, mas pela experiência vivida e pelas versões compartilhadas de suas trajetórias comum e da comunidade como grupo”.

Podemos entender aqui como identidade negra quilombola aquela construída socialmente e circunstancialmente modificada ao longo do tempo, cujas manifestações culturais são expressões das ações dos sujeitos, reflexos de tudo aquilo que eles se autoidentificam dentro e fora dos quilombos, do seu modo de ser, de viver e de si relacionar com o outro e com o meio. Portanto:

[...] A construção dessa identidade dos excluídos supõe na perspectiva dos movimentos negros contemporâneos, o resgate de sua cultura, do seu passado histórico negado e falsificado, da consciência de sua participação positiva na construção do Brasil, da cor de sua pele inferiorizada e etc. Ou

seja, a recuperação de sua negritude, na sua complexidade biológica, cultural e ontológica” (MUNANGA, P 95).

Diante do exposto, buscamos entender a identidade étnica e cultural desta comunidade a partir das contribuições femininas, atentando para as características ancestrais em encontro com novas possibilidades de identificações que compõem a definição contemporânea de identidade étnica.

1.5 MULHERES QUILOMBOLAS INTERSEÇÕES DE GÊNERO ETNIA, RAÇA E CLASSE

O conceito de gênero proposto por Scott (1989) aponta que as relações entre homens e mulheres são construídas a partir do lugar de fala de cada um, e isso nos parece um pressuposto importante para responder ao questionamento inicial da pesquisa. Segundo esta autora, gênero não pode ser entendido como sinônimo de mulher, mas como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos e nas relações significativas de poder estabelecidas entre eles. Assim:

“Gênero”, como substituto de “mulheres”, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. (SCOTT, 1989, p.7).

Percebemos que, ao estabelecer o gênero como uma construção social, a autora evidencia os aspectos simbólicos e culturais do conceito em detrimento dos aspectos meramente biológicos. Além disso, enfatiza fortemente o aspecto relacional dos estudos sobre mulheres e homens.

Diante do exposto, refletimos sobre o fato de que nas abordagens teóricas que tratam da ação feminina na sociedade em geral aparecem muitas referências sobre as posições sociais ocupadas por mulheres que, na maioria das sociedades, são inferiores às dos homens e sobre questionamentos acerca de reivindicações por direitos iguais entre homens e mulheres.

Ora, em geral, quando se aborda sobre o poder que exercem os seres humanos na sociedade, surgem questionamentos acerca da necessidade de buscar entender de que maneira

e quando poderia existir um empoderamento feminino que refletisse a ocupação de lugares de poder de decisões por mulheres na estratificação social, especialmente por mulheres negras. Verifica-se que a presença feminina cada vez mais ocupa espaço na sociedade, inclusive lugares que antes eram exclusividade masculina, mas essa ocupação de fato demonstra carecer do reconhecimento desse direito conquistado, já que persiste a discriminação por gênero e a perceptível falta de ações de combate ao racismo.

O conceito de gênero tem estado presente nos debates do movimento feminista das mulheres negras da América Latina e traz à tona o conceito de discriminação interseccional vivido por mulheres do mundo inteiro, tendo seus direitos violados e sendo colocadas à margem da sociedade, criando uma situação de vulnerabilidade entre mulheres de diversas etnias, raça, casta, religião, entre outras.

Na contemporaneidade, o Movimento Feminista buscou direitos iguais entre mulheres e homens, mais especificamente, o Movimento das Feministas Negras da América do Norte, que postularam a necessidade de reflexão e análise das condições das mulheres negras que sofrem discriminação traduzida em subordinação, por serem mulheres e por serem negras.

Entender o feminismo no Brasil requer antes de tudo observar a situação social ocupada por mulheres brancas e negras dentro do processo histórico vivido nesse país. Verifica-se que desde o período colonial o lugar da mulher no Brasil foi se formando a partir de moldes europeus.

Historicamente, em geral, a mulher branca foi relegada ao ambiente doméstico, subalterna ao poder do pai e, posteriormente, do marido, enquanto resultado de uma sociedade patriarcal na qual se acentua a desigualdade entre gêneros. Entretanto, se por um lado, as mulheres das classes mais abastadas foram preparadas e preservadas para o casamento, por outro, notamos que para as mulheres negras isso não existiu. O casamento foi idealizado para as brancas e para as mulheres negras restou lutar pela sobrevivência, mesmo porque aos homens negros também só restou tal destino. Vale destacar um diálogo entre Ruth Landes e Édson Carneiro, referindo-se aos negros e negras, na obra *A Cidade das Mulheres*:

-São gente pobre, Édson?

-Pobre! Você jamais compreenderá como! A pele deles é áspera, como os dentes são careados? Há décadas que não comem suficientemente. A fêria média de uma mulher de candomblé é de uns cem mil réis por mês, se tanto. E isso para o sustento dela e dos filhos e para as suas obrigações com o templo...

- E os maridos, Édson?

- Maridos? Não há muitos, e de qualquer modo não são de confiança. Esta não é uma confortável sociedade burguesa, dona. Hoje em dia não há

trabalho bastante para todos os homens. Eles não ganham o suficiente para si, quanto mais para sustentar famílias. (LANDES, 1967, p.80-81).

A citação evidencia as posições ocupadas por homens e mulheres negras no período pós-abolicionista, sem oportunidades de trabalho e relegados à própria sorte, uma vez que, na tentativa de branqueamento da população, o governo brasileiro lançou mão do trabalho dos milhares de imigrantes de diferentes nacionalidades, que foram trazidos para trabalhar no Brasil no final do século XIX.

Ao refletirmos sobre as situações de discriminação racial, podemos inferir que as mulheres negras aparecem geralmente em evidência crítica, uma vez que, dentro de contextos históricos brasileiros, construídos na base das desigualdades sociais, são frequentemente vítimas de circunstâncias resultantes de tratamentos desumanos que nossa sociedade lhes confere.

No caso particular das comunidades quilombolas, as mulheres podem sofrer discriminação pela cor da pele, por ser mulher e por pertencer a uma comunidade quilombola, além do racismo ambiental. A discriminação é construída socialmente e traz consigo as marcas das relações de poder construídas pelas alteridades presentes no Brasil. As suas marcas estão indissolivelmente ligadas aos séculos de escravidão e do racismo que lhe deram suporte, forjando ainda os sentidos e atitudes presentes na vida social brasileira. Claro que os contextos especificam modulações e intensidades do racismo à brasileira, o que nos leva a um olhar atento para as experiências concretas das comunidades rurais negras, em geral, e da comunidade de Porto dos Cavalos em particular.

Em um contexto mais amplo, pode-se notar que, desde a infância, meninas e meninos negros e, posteriormente, mulheres e homens negros foram e são silenciados ao longo da história brasileira por conta de uma cultura eurocêntrica que, certamente, ainda não foi superada no sentido da igualdade social e de oportunidades entre as raças.

Segundo Pacheco (2013), poucas são as alternativas para homens e mulheres desse grupo racial no sentido de superação da pobreza, no âmbito do trabalho e do acesso à formação escolar básica e superior. Nessa falta de perspectiva, muitas mulheres negras aparecem relegadas ao trabalho informal. Algumas dessas mulheres ainda, conforme os fatos recorrentes mostrados pela imprensa brasileira, sofrem exploração sexual praticada frequentemente ao longo do litoral brasileiro. Mas esse é um outro assunto, pois o que se quer é mostrar a mulher enquanto dotada apenas de corpo destinado à exploração ou à escravização.

A propósito da presença e da função da mulher negra na sociedade, nota-se o quanto essa mulher foi ou tem sido reduzida apenas a um “corpo sem mente” imposto pela exploração da cultura masculina branca:

[...] Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas ‘só corpo, sem mente’. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as ‘mulheres desregradas’ deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. (HOOKS, 1995, p. 469 **apud** PACHECO 2013, p 23)

Então, evidentemente, não se pode deixar de remeter à célebre afirmativa: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980). Essa frase já foi e ainda é repetida no discurso de feministas brancas e negras do mundo inteiro e tem como alvo a sociedade patriarcal onde inúmeras mulheres ainda hoje são submissas ao poder do pai e posteriormente ao poder dos maridos, já que são educadas para o casamento e para a vida do lar.

Entretanto, dados os contextos sociais distintos, as reivindicações das feministas brancas são, certamente, diferentes das negras, uma vez que diversas dessas são as trajetórias de vida das mulheres negras. Por isso mesmo, o Movimento das Mulheres Feministas Negras da América apontou para uma luta distinta das feministas brancas a partir de 1980, questionando, principalmente, essa ideia de preparação para casamento e colocando em evidência as demandas das mulheres negras dentro dos debates raciais.

Para Azeredo (1994), o movimento feminista na Europa não contempla a totalidade e especificidades das demandas das mulheres negras da América. Assim, na Conferência da Associação Nacional de Estudos sobre Mulheres, realizada nos Estados Unidos, foi publicado em 1982 um relatório pelo Center for Third World Organizing, escrito por mulheres negras que relataram críticas ao exagero das feministas brancas que ao se concentrarem no debate das relações de poder entre homens e mulheres, por vezes, perderam o foco da luta pela igualdade de gênero, concentrando apenas na disputa exacerbada pelo poder, seja pelo homem, seja pela mulher.

As críticas tinham como objetivos estabelecer formas diferentes de se pensar o feminismo, considerando especialmente as condições e os posicionamentos discursivos negados às mulheres negras na sociedade, tomando como referência inicial a experiência da escravidão na América. Assim reitera Pacheco:

As reivindicações das negras não estavam em consonância com os projetos políticos de emancipação do feminismo; havia um desencontro histórico entre ambos. Enquanto as feministas brancas lutavam pelo direito ao aborto e pelo celibato, as negras denunciavam o processo de esterilização contra as mulheres negras e pobres; alegava-se a necessidade de planejamento familiar e não de esterilização, principal ponto de reivindicação do MMN. Enquanto algumas correntes do feminismo criticavam o casamento formal, a constituição de família, as mulheres negras falavam de “solidão” e da ausência de parceiros fixos, denunciando, assim, o racismo e o sexismo. (PACHECO, 2013, p. 27).

O movimento das feministas intelectuais da América do Norte, a partir da década de 1980, trouxe para o centro dos debates contra discriminação racial a discussão sobre temas como sexismo e interseccionalidade. Temas que nunca tinham sido discutidos ou pensados pelas feministas europeias que limitaram seus discursos apenas à oposição entre homens e mulheres. Dessa forma, elas não compreenderam que o movimento precisava lutar contra o sexismo, isto é, começou-se a perceber que discriminação social não é apenas do homem contra a mulher, quando aquele assume uma posição machista, mas que a mulher pode também vir a ter uma posição sexista, discriminando o homem quando ela busca um poder social exacerbado contra o homem e se desvia da luta pela igualdade de gênero, que não é e não pode ser a luta da mulher impondo restrições ao homem e nem do homem impondo restrições à mulher. Em suma, lutar contra o sexismo implica em entender que a busca de igualdade de gênero não significa a luta da mulher contra o homem e nem do homem contra a mulher. Implica na proposição de igualdade e de oportunidades para todos, quer para os homens e quer para as mulheres na sociedade. Como sugere Bell Hooks, "feminism is a movement to end sexism, sexist exploitation, and oppression" (HOOKS, 2000, p. VIII).

Para Kimberlé Crenshaw (2002), a palavra interseccionalidade propõe o cruzamento de marcadores de caráter sociológico e representa o estudo das interseções vividas por mulheres e suas especificidades frente às distintas estruturas de poder que as subjagam e as discriminam colocando-as em posição de subordinação. Podemos citar aqui como forma de dominação e conseqüente discriminação o racismo e o patriarcalismo. Segundo Crenshaw (2002), em um dos seus artigos publicado no Dossiê da III Conferência Mundial contra o Racismo (DURBAN, 2001), o conceito de interseccionalidade estuda os eixos de subordinação de mulheres que se inter cruzam e atingem outras pelo fato de pertencer a uma casta, classe, raça, etnia, orientação sexual, entre outros. Logo:

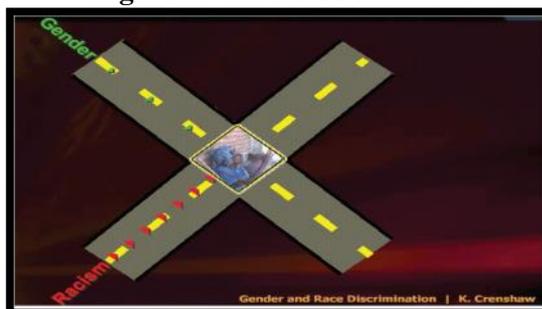
A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

O conceito de interseccionalidade, portanto, de acordo com o que Crenshaw aponta está na intersecção entre eixos de poder, como gênero, raça, etnia, classe, que se cruzam, subordinando mulheres.

A autora expõe o sexismo no cenário social das discussões raciais envolvendo a invisibilidade de gênero trazendo à tona a presença da mulher negra dentro dos debates contra discriminação racial, de gênero e classe. Nessas discussões, a proposta colocada a partir do conceito de interseccionalidade é que os debates contra o racismo, além de considerar as questões de desigualdade racial, devem considerar também as especificidades das mulheres uma vez que estas sofrem mais de um tipo de discriminação. Logo, “as discriminações racial e de gênero procuram por mulheres na interseção e as compactam e impactam diretamente” (CRENSHAW, 2002, p. 09).

Vejamos a ilustração 1, onde Crenshaw faz uma analogia entre interseccionalidade com uma encruzilhada de via urbana de carros com finalidade de um entendimento melhor sobre esse conceito.

Figura 2 – Interseccionalidade



Fonte: Crenshaw, 2002.

Discriminação de Gênero e Racial Gender = Gênero Racism = Racismo

A explicação fica evidente quando pensamos o conceito como uma interseção, ou um ponto onde duas ou mais palavras se cruzam. A discriminação é velada e acentua as desigualdades sociais, pois - em uma sociedade racista - as oportunidades não são as mesmas para negros e brancos e, ainda, é menor para as mulheres. Por isso, vale ressaltar a importância de se trazer para o debate sobre a discriminação racial a discriminação interseccional.

Diante desse conceito, surge um questionamento importante que reverbera dentro do cenário das desigualdades de gênero: como pensar a interseccionalidade no contexto vivido pelas mulheres quilombolas? Inicialmente, podemos considerar que as referidas mulheres são alvos de subordinação de raça, de classe e de etnia. Estamos falando de mulheres negras, pobres, do meio rural e pertencente às comunidades negras tradicionais que são invisibilizadas socialmente e historicamente.

Na verdade, essas mulheres muitas vezes não são lembradas pelas estudiosas do movimento feminista de mulheres negras, uma vez que existe uma lacuna nos debates sobre as discriminações sofridas por mulheres quilombolas, esquecidas em seus quilombos históricos e, mesmo quando são lembradas, ainda se tem, por parte da sociedade brasileira, uma visão primitiva de mulheres que vivem de forma isolada.

A mulher quilombola brasileira é uma mulher batalhadora e guerreira como as outras mulheres pobres e de classe economicamente “inferiores” no Brasil. A grande diferença talvez seja que, além de sofrer discriminação racial e de gênero, elas são discriminadas por pertencerem às comunidades tradicionais onde sua identidade muitas vezes aparece na periferia da circulação social ou discriminada por pessoas da sociedade.

Para entender as possibilidades reais de aplicação do conceito de interseccionalidade ao nosso contexto de pesquisa, vamos examinar as condições concretas das mulheres na comunidade que estudamos. Na Comunidade Porto dos Cavalos, notamos que as mulheres em geral se ocupam da atividade de mariscagem. Essas mulheres frequentemente sofrem o impacto da interseccionalidade de gênero, bem como também, enfrentam situações de racismo ambiental, uma vez que são submetidas aos impactos da falta de políticas públicas que fiscalizem a ação de empresas poluidoras do meio ambiente onde elas vivem e trabalham.

Na verdade, no entorno da Ilha de Maré, existe o imperativo do desenvolvimento econômico imposto pela supremacia econômica da Zona Portuária de Aratu que, durante as últimas cinco décadas, contribui com a poluição ambiental, causando danos à saúde de pescadores e marisqueiras que, frequentemente, têm seus corpos mergulhados nas águas e nos

mangues contaminados por produtos químicos ou metais pesados, como chumbo, arsênio, cádmio, cobre, cromo, entre outros.

Conforme denuncia o estudo do meio ambiente da UFBA (2016), observamos que os navios são lavados dentro do mar (como observei). E não é só isso: um forte odor trazido pelo vento emite um cheiro infecto resultado de produtos tóxicos lançados ao ar, como enxofre e gases de amônia, que prejudicam acentuadamente a respiração dos quilombolas.

Durante a realização dessa pesquisa de campo, por vezes, precisei utilizar um lenço no nariz por causa do odor irrespirável nos momentos em que fiz a travessia em canoa de fibra, porque a minha embarcação passava bem em frente à área industrial. Vejamos imagem abaixo.

Figura 3 - Porto de Aratu/Ilha de Maré



Fonte: Laudo Antropológico, 2009.

É nesse contexto que indaga o Prof. Boaventura Santos (2018, p. 2), em seu artigo intitulado *Da Ilha da Maré um Outro Mundo Possível*: “E se a Ilha em si mesma (os seus habitantes, paisagens, manguezais, ecossistemas, cultura tradicional de pesca e mariscagem) fosse declarada como um sujeito de direitos humanos e fosse protegida enquanto tal?”.

Tal indagação é pertinente e nos direciona à reflexão no sentido de busca por uma solução urgente para os problemas que atingem todos os quilombolas, pois vivemos um momento crítico de degradação da vida humana e de todos os biomas que formam o ecossistema da Ilha de Maré.

No momento atual, o debate político e teórico sobre os direitos humanos ganha novos contornos com o empoderamento de atores historicamente excluídos. Segundo Santos (2018,

p. 2) estamos diante “de nova geração de direitos humanos centrada na ideia de que seres não humanos, mas essenciais à vida dos humanos, têm direitos humanos em nome próprio”. Para esse autor, transformar a Ilha de Maré em sujeito de direitos é algo possível e significaria uma maneira para resolver o racismo ambiental instalado ali.

Temos pelo menos dois exemplos onde entidades não humanas foram reconhecidas como pessoas jurídicas de direitos e deveres. Trata-se dos casos que ganharam repercussão mundial: do rio Te Awa Tupua, sagrado para os indígenas Maoris da região e da montanha Taranaki, ambos na Nova Zelândia, também citado por Santos (2018).

Como mais da metade do território da Maré é um Quilombo, o que ocorre hoje na Ilha de Maré é um racismo ambiental, em nome do lucro e do acúmulo de riqueza de poucas pessoas, sacrificando toda a população negra, sua cultura, costumes, afetando a saúde dos moradores, principalmente afetando a saúde das mulheres marisqueiras que tem contato de pele diário com os mangues.

Nesse contexto, o racismo ambiental está ligado ao fato da existência de comunidades onde as pessoas são negras, pobres e, conseqüentemente, não têm a atenção dos setores públicos para resolverem os problemas ambientais e de saúde que tanto precisam. Destaco aqui, no meu registro etnográfico, que na Ilha toda existe apenas um posto de saúde para atender uma população de 6.434 habitantes (IBGE, 2010), localizado em Praia Grande. Isso significa que os moradores de Porto dos Cavalos, por exemplo, precisam andar cerca de 1 hora e 30 minutos, conforme relato dos nativos, para chegar ao posto de saúde. Já em Santana localiza-se o único Cemitério da Ilha.

Figura 4 - Zona Portuária de Aratu



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Em síntese, não se pode deixar que uma indústria faça uma exploração para elevar o país a um patamar mundialmente desenvolvido economicamente sem que esse desenvolvimento esteja alinhado com o desenvolvimento social. O descompasso entre esses dois modelos de desenvolvimento significa que não há progresso.

Como não dizer, então, que esse contexto vivenciado por mulheres quilombolas é certamente um contexto de racismo ambiental, já que se trata especialmente de mulheres pertencentes a uma etnia historicamente subjugada e submetida a péssimas condições de vida, em um espaço de escassa presença do Estado?

As mulheres da Ilha estão representadas por suas líderes comunitárias, que têm a lucidez de entender o grave problema que se instalou com a chegada do “desenvolvimento” industrial. Elas estão vendo suas vidas modificadas e muitas companheiras de luta tendo suas vidas ceifadas por doenças que antes não atingiam a comunidade, como alergias de pele, asma, câncer, entre outras (conforme relato de uma marisqueira) pela degradação do meio ambiente, por isso estão na luta pela vida.

Há, portanto, razões de sobra para se afirmar que a discriminação interseccional atinge em cheio essas mulheres quilombolas, pois a ação desenvolvimentista e econômica no entorno dessa comunidade nega muitos dos seus direitos básicos, tais como saúde, educação e moradia digna. Inicialmente, existe uma negação do direito ao território, isto é, todos têm direito de coexistir em um espaço, sendo este seu lugar de moradia, de reprodução socioeconômica e cultural, por quanto seja seu suporte e referência no sentido comunitário da existência enquanto grupo com sua história e tradições. Entretanto, quase que lhes são negados todos os direitos. Seus problemas sociais e ambientais além de lhes impor limitações de existência enquanto pessoas, praticamente são uma ameaça constante a sobreviverem em situações precárias.

Apesar dos problemas ambientais, sabemos que, muitas mulheres dos quilombos já exercem uma participação importante na luta pela delimitação, certificação e posse dos Territórios Quilombolas. Como é o caso das Comunidades Quilombolas da Ilha de Maré que têm nas mulheres as vozes que clamam por esse e outros direitos na representação de suas líderes comunitárias, totalizando 8 líderes nativas.

Por outro lado, nas comunidades quilombolas, as subordinações das mulheres também podem ser expressas por meio do controle rígido da natalidade. Realizei um pequeno censo, em Porto dos Cavalos, utilizando os anos de 2015 até 31 de dezembro de 2017 e o número de nascidos foram de 7 meninas e 1 menino, totalizando 8 crianças nascidas nesse período.

A taxa de natalidade é baixa na comunidade. Conforme o censo que realizei, a comunidade possui um total de 127 habitantes e 48 famílias, isso significa 2,6 pessoas em média por família, dado bastante baixo para uma comunidade rural, contrastando com as famílias mais antigas onde as mulheres geravam até 10 filhos, mais ou menos. Esse dado aponta para o controle de natalidade bastante expressivo nessa comunidade.

Na sequência, para exemplificar de maneira mais concreta a discriminação interseccional, tomarei como exemplo o relato de uma mulher quilombola, interlocutora da minha pesquisa etnográfica, em uma situação em que precisou sair da comunidade para fazer compras no centro da cidade e sofreu certa discriminação quando informou ao vendedor de uma loja o endereço na Comunidade Quilombola de Porto dos Cavalos e ouviu comentários de cunho racista. Essas mulheres estão, assim, vulneráveis, suscetíveis a sofrer discriminação por serem mulheres, por serem negras e pobres e por pertencerem à comunidade quilombola.

Esse tipo de situação vivenciada fora da comunidade pode causar um sentimento de inferioridade que desencoraje a mulher a sair do local onde vive para evitar a discriminação e, conseqüentemente, o sofrimento, ou pode também causar um sentimento de revolta questionadora que fortaleça a politização e a leve a ocupar espaços de lideranças dentro do território quilombola.

A estratificação altamente desigual da sociedade brasileira, segundo dados estatísticos oficiais, coloca as mulheres negras e mais ainda as mulheres quilombolas no posicionamento inferior na pirâmide social e de vulnerabilidade em vários segmentos da sociedade e enseja potencialmente silenciá-las e desempoderá-las. Isso foi forjado desde o processo de escravização e está representado nas entrelinhas do funcionamento das organizações sociais relacionado ao posicionamento ocupado por mulheres negras das comunidades tradicionais que revelam a pretensão de manutenção do lugar de fala delas no limite do silêncio, visto que a desigualdade de gênero e a discriminação interseccional que subordinam as mulheres estão longe de serem superadas no Brasil.

2 MULHER E EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA NO QUILOMBO PORTO DOS CAVALOS – ILHA DE MARÉ

Neste capítulo, relato os caminhos que percorri para descrever os fatos investigados e algumas estratégias procedimentais utilizadas objetivando entender a participação das mulheres na valorização dos saberes locais na formação educacional e no fortalecimento da

identidade étnica na Comunidade Porto dos Cavalos, localizada na região Norte da Ilha de Maré. Para tanto, apresento os meus anseios iniciais em campo, como pesquisadora. Posteriormente, descrevo o percurso itinerante da etnografia, relato a vida cotidiana na comunidade a partir das minhas observações e experiências resultantes do meu convívio nesse local.

2.1 A IMERSÃO NO CAMPO: TENSÕES, DESAFIOS E APROXIMAÇÕES

No primeiro dia em que iniciei a minha pesquisa, desembarquei na Ilha de Maré, tendo passado pela ponte de acesso à comunidade Porto dos Cavalos às 7:30 da manhã. Era exatamente o horário no qual as mães costumam levar as suas crianças para a escola e, ao longo desse caminho percorrido, pude observar o barulho das mães e das crianças que diziam:

- “Olha! A professora voltou! ”

Algumas crianças corriam, vindo ao meu encontro e me perguntavam eufóricas:

-“Pró Leide, você voltou? Vai ensinar a gente de novo? ”

Eu as abraçava e perguntava como elas estavam, o que fizeram e o que aprenderam de novo e onde estavam as outras crianças das quais eu tinha sido professora. Elas respondiam a tudo com bastante pressa que me parecia difícil acompanhar as suas palavras.

Daí elas voltaram a perguntar:

- “Pró, a que turma a senhora vai ensinar? ”

Então, eu respondia que o motivo da minha volta não era ser professora deles, mas escrever uma história bacana sobre eles. Eu percebi no rosto daquelas crianças, ao mesmo tempo, um olhar de alegria cheia de expectativas e um semblante decepcionado que denotava um certo estranhamento, porque minha presença de volta talvez não pudesse significar outra coisa que não fosse a volta da professora deles. Por isso, essa situação aparentemente triste acabou gerando em mim uma sensação muito grande de angústia porque não queria decepcioná-las.

Não obstante os motivos da minha aparição, não pude deixar de relatar o quanto tanto as crianças quanto os adultos foram bastante receptivos para comigo. Cada minuto vivenciado com eles era marcante a começar pelo modo como eles se referiam uns aos outros por apelidos e, não demorou muito, logo, logo, puseram-me nessa roda de relações.

Então, quando na escola, as minhas colegas se habituaram a me chamar de Gi, as crianças passaram a me chamar de Leide, pois, logo no início quando eu trabalhava na escola

algumas crianças achavam o meu nome Girleide difícil. Daí as crianças acabaram me apelidando de Leide e pronto, estava tudo resolvido.

Com o passar do tempo, percebi que os apelidos eram comuns e uma forma mais íntima de se chamar alguém, pois, muitas vezes as pessoas não conhecem o primeiro nome entre eles, mas sim o apelido. Assim, podíamos encontrar, por exemplo, pessoas com apelidos como Coquinho, Nêga, Tica, Dedão, Veveca, Berê, Cafú, entre outros. Mais tarde pude entender que aquele apelido significava mais do que uma forma de encurtar o meu nome, significava que fui aceita na comunidade. Até hoje, na realização dessa pesquisa, todos me chamam de Leide e, por isso, fiquei feliz quando as crianças me chamaram assim, no retorno à Ilha de Maré.

Além disso, são pouquíssimas as pessoas da comunidade que sabem o meu primeiro nome, tanto que uma vez, quando eu estava sozinha dentro da secretaria localizada bem próximo à porta da entrada da escola, realizando o meu planejamento de aula, ouvi de uma coordenadora que foi visitar a escola a sua pergunta ao porteiro:

-“Bom dia! Girleide está aqui?”

Ao que ele respondeu:

- “Não! Quem está aí é Leide”.

Certamente o cumprimento caloroso e afetuoso tanto de adultos quanto das crianças me proporcionaram muito contentamento. Porém, o meu retorno à comunidade de Porto dos Cavalos me causou um certo receio, porque agora eu estava ocupando outra função e não sabia como a comunidade lidaria com essa troca de função de professora para pesquisadora.

No início, parecia mesmo inevitável a minha sensação de certa angústia, já que precisava encarar uma nova realidade: eu não seria para eles uma professora como antes, pois precisava realizar a minha pesquisa que, por sua vez, não poderia ser feita sem a presença e participação deles. Foi muito desafiador: eu, a professora deles, acabava de chegar e já não podia mais atuar como professora e sim como pesquisadora, coisa estranha para o que eles poderiam estar esperando de mim.

Na verdade, todos nós fomos tomados pelo impacto da novidade. Essa sensação inesperada me fez lembrar das abordagens reveladoras de Bonetti (2007) quando diz ser a sensibilidade um elemento fundamental na construção do trabalho etnográfico. De fato, diante do novo, enfrentar uma nova perspectiva me causava algo estranho, visto que o meu lugar de fala trazia os novos objetivos de uma pesquisadora que sentia, de um lado, a felicidade do reencontro com a Comunidade de Porto dos Cavalos e, de outro, a sensibilidade aflorada e,

talvez, hesitante, mas sempre querendo enfrentar o novo desafio, ávida pela busca de novos saberes, pois a emoção tanto quanto a razão me impulsionavam, assim como aparece na expressão: “Nesse sentido, tal sensibilidade aqui é tomada como um elemento antropológicamente produtivo, que comunica sobre o encontro etnográfico, a constituição de alteridades e as relações de poder e gênero neles contida” (BONETTI, 2007 p.40).

Essas impressões e novos impulsos caracterizados pelos sentimentos de angústia, por tensões, medos e preocupações de pesquisadora em campo também foram abordados por etnólogos como Malinowski (1997) e Ruth Landes (1967) como acontecimentos comuns ao etnógrafo. Esse fato, aparece em diversos relatos etnográficos. Malinowski (1997) relata sobre o desânimo sentido pela dificuldade para iniciar a sua pesquisa *in loco* por não saber falar a língua dos nativos da Ilha de Trobriand, localizada na costa oriental da Nova Guiné. Nesse mesmo sentido, Ruth Landes (1967, p.41), revela certa impaciência por aprender a Língua Portuguesa para poder se comunicar com seus interlocutores, uma vez que o não saber falar e entender a língua tornou-se a primeira dificuldade enfrentada por ela. Mais que isso, a autora revela sua preocupação em ser aceita pelos seus interlocutores baianos:

Sabia que não seria possível estudar a Bahia como o faria com uma galeria de arte, nem com certas tribos indígenas das nossas reservas, onde se podem contratar indivíduos que se plantem numa cadeira, durante meses seguidos, e falem de si mesmos. Teria de persuadir os baianos a me deixarem participar da sua vida. Teria de abrir caminhos para o fluxo humano e tornar-me parte dele. Para estudar as pessoas, deveria viver com elas, apreciá-las e procurar, constantemente, fazer com que gostassem de mim (LANDES, 1967, p. 53).

A etnografia, então, exigiu de mim muito mais que a observação e descrição dos fatos e diálogos: exigiu lidar com mais de um sentimento ao mesmo tempo. Também me despertou um olhar sensível para entender os costumes e, especialmente, aquilo que não foi dito, mas que se revelou nas ações dos meus interlocutores.

Na verdade, também estavam presentes na minha expectativa acadêmica duas distintas realidades: a trazida por mim e a dos nativos da Ilha de Maré. Enquanto mulher, sou a segunda filha dos três filhos de meus pais, sendo um rapaz e duas moças de uma família humilde, nascida no interior da Bahia, Senhor do Bonfim, sendo meu pai negro e minha mãe branca. A minha avó paterna, descendente direta de indígena, ainda vive e meu avô paterno negro, faleceu antes do meu nascimento. Os meus avós maternos brancos, minha avó viva e meu avô falecido.

Quanto à minha trajetória, vivi na Avenida Suburbana de Salvador, uma das vias de acesso para a Ilha de Maré, onde moro até a presente data de realização dessa pesquisa. A minha formação escolar se deu em escolas públicas, no Ensino Fundamental, e escola particular, no Ensino Médio. A minha formação acadêmica se deu na Universidade Federal da Bahia, onde me graduei em Pedagogia.

A vida na comunidade quilombola trouxe para mim algo muito familiar porque apesar de não ser nativa de lá, me identifiquei desde a primeira vez que pisei em território quilombola. Para mim, a vida simples, os lugares simples, as pessoas simples, e a luta para sobreviver também fazem parte da minha trajetória de vida, claro que de outra forma nada comparável à luta dos nascidos nos quilombos brasileiros.

Para Velho (1978), o deslocamento geográfico gera uma descentralização do pesquisador que também está presente no deslocamento do que o etnógrafo vai identificar como familiar *in lócus*, porém faz-se necessário que o pesquisador tome um distanciamento, “a distância social e a distância psicológica” (VELHO, 1978, p.37), exigido pelo comprometimento da pesquisa.

O fato de eu ter sido professora na comunidade favoreceu muito os meus intuitos investigativos porque a comunidade tem um apreço enorme pelos professores que lá chegam. Isso foi muito importante porque é comum que os nativos mantenham os estranhos à distância e, no meu caso, eu já não era considerada uma estranha.

Em pouco tempo eu já estava me vestindo como as mulheres quilombolas com saias longas, bermudas, camiseta, sandália rasteira, coque nos cabelos por causa do calor e do salitre, mochila nas costas, tudo muito leve para me adequar as condições climáticas da Ilha e para facilitar as idas e vindas, embarcando e desembarcando com os pés nas águas salgadas.

Ao retornar à Ilha de Maré, o meu entusiasmo estava povoado pelo objetivo etnográfico, pois eu trazia grande interesse por descrever o cotidiano da comunidade para compreender a participação das mulheres na valorização dos saberes locais, na formação educacional e no fortalecimento da identidade étnica.

Desde o início, minhas preocupações se juntavam às vezes com as preocupações e tensões das mulheres da Ilha de Maré, pois era e é sempre inevitável considerar que a sociedade contemporânea aparece para todos nós marcada pelas tensões e pela intolerância nas relações de alteridade, nos segmentos sociais onde é sempre frequente a luta das mulheres negras por espaço de poder, por uma ação que as coloque no caminho do empoderamento,

visto que isso muito aparece nos debates feministas e que, agora, eu precisava observar no cotidiano das mulheres dessa comunidade .

Então, percebi também que nessa comunidade as mulheres vivem e participam constantemente dessas tensões, lutas e reivindicações dos direitos quilombolas, especialmente ao territorializar ou manifestar um poder de direcionar a educação das crianças e a sustentação das famílias por meio de suas atividades laborativas.

Por isso, ao preparar a construção do registro etnográfico tive o cuidado e atenção de observar os costumes da comunidade, traçando as estratégias e perspectivas na construção do conhecimento, observando a ação das mulheres desde o diálogo até suas intervenções nas situações comunitárias educativas e de trabalhos vivenciadas, ou seja, as experiências da comunidade foram tomadas como elemento fundamental para procurar entender como as relações sociais acontecem e como as mulheres quilombolas participam delas.

Então, para uma melhor compreensão sobre o sujeito da pesquisa, escolhi seguir o caminho da pesquisa etnográfica, objetivando entender os significados coletivamente construídos e a perspectiva da mulher enquanto exerce a participação na vida coletiva da comunidade e contribuindo para o fortalecimento da identidade do grupo.

Quando já estava em campo, pesquisando, senti uma angústia em relação a metodologia etnográfica, porque percebi que precisava separar as minhas experiências anteriores na comunidade, quando eu era professora, da pesquisadora que estava tentando ser e que, ainda, não estava sabendo lidar com isso na construção dos relatos etnográficos.

Para isso, considerei a leitura e compreensão da obra “Os Estabelecidos e os Outsiders” dos autores Norbert Elias e John Scotson (2000), por apresentar elementos constitutivos importantes sobre o registro etnográfico através de uma narrativa que acontece dentro de uma pequena comunidade, de modo que essa leitura, além de iluminar, também ampliou os meus conhecimentos sobre a metodologia etnográfica na perspectiva da minha construção do relato sobre a vida da comunidade.

A adoção dessa leitura foi importante pelo fato de ser considerada um referencial para diversos intelectuais, já que aparece como fruto de uma pesquisa etnográfica que teve início a partir da experiência dos autores com uma pequena comunidade do interior da Inglaterra, chamada de forma fictícia pelos autores de Winston Parva. Na verdade, durante três anos, os pesquisadores permaneceram na comunidade e observaram a existência de um grupo de pessoas estabelecidas ou pertencentes ao que os ingleses chamam de “boa sociedade”, e outro grupo chamado por eles de outsiders ou não pertencentes à “boa sociedade”. Os estabelecidos

dentro da comunidade eram aqueles que se mantinham no “poder” a partir da “focosa depreciativa inseparável da elogiosa, que costuma registrar-se ao próprio indivíduo ou aos grupos com que ele se identifica” (ELIAS, 2000, p. 121). Os autores procuraram compreender as regras de convivência entre os diferentes grupos, para além dos dados estatísticos e indicadores sociais e foram construindo sua pesquisa etnográfica a partir da experiência vivida na comunidade.

Com esses subsídios teóricos, foi possível entender mais sobre a metodologia no campo da investigação. Passei a observar e descrever as regras de convivência na comunidade focada na participação das mulheres negras, considerando sua presença no que diz respeito às práticas educativas, os costumes sociais e culturais relacionados com a tradição e valores comunitários e suas implicações para a formação da identidade dos quilombolas.

Além disso, adotei na investigação um procedimento com base na observação participante da vida cotidiana dos moradores locais. Para isso, alicersei os princípios etnográficos de pesquisa qualitativa, desenvolvidos por autores como Malinowski (1997), Velho (1978), Landes (1967), Angrosino, (2009), Geertz (2014), Fonseca (1998), Messeder (2013) e Zaluar (2000).

Enquanto pesquisadora, realizei o registro sistemático dos acontecimentos diários na comunidade, a forma como acontece os diálogos e como eles se organizam em termos de vida familiar, trabalho e atividades coletivas. Assim, na experiência participante, foi possível refletir sobre a importância de dar atenção especial ao saber ouvir as pessoas envolvidas, conforme nos sugere ZABALA (1998) e GRINSPUN (2002), a fim de melhor compreendê-las no seu contexto e nos seus posicionamentos discursivos e processos de subjetivação.

Em princípio, procurei na pesquisa uma resposta para o seguinte questionamento: qual a participação das mulheres no fortalecimento da identidade étnica na Comunidade Porto dos Cavalos, localizada na região Norte da Ilha de Maré?

Para tanto, a minha perspectiva etnográfica estava pautada nos estudos proporcionados pela disciplina *Pesquisa em Educação*, oferecida no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade do curso de Mestrado da UNEB. Por isso, realizei observações dos sujeitos envolvidos e a “descrição mais densa possível” (GEERTZ, 2014, p.12) do conjunto de dimensões que definem as especificidades da comunidade em estudo, e do contexto socio-histórico. Certamente, precisei me aproximar ao máximo possível das minhas interlocutoras e interlocutores de estudo, pois, como afirma Fonseca (1998, p.58), “o ponto de partida desse método é a interação entre o pesquisador e seus objetos de estudo,

‘nativos em carne e osso’”. Essa autora enfatiza a importância de contextualizar o sujeito socialmente e historicamente na pesquisa, já que “sem essa ‘contextualização’ (um tipo de representatividade *post ipso facto*), o ‘qualitativo’ não acrescenta grande coisa à reflexão acadêmica” (FONSECA, 1998, p.61).

Conseqüentemente, nas minhas experiências vivenciadas em campo, compreendi quanto é importante não desvincular o sujeito do seu contexto, visto que dessa forma foi possível compreendê-lo melhor, considerando a realidade complexa em que ele vive e que, por conseguinte, o faz igualmente complexo e imbuído de multirreferenciais, sejam ele identitários, culturais, ideológicos, políticos e psicológicos.

Além disso, considerando que todas as sociedades são comunitárias, prestei atenção especial às vivências da sociedade quilombola desse estudo, por meio das experiências com o outro para construção de saberes que uniu o conhecimento teórico e o conhecimento prático.

Para Messeder (2013), nas pesquisas etnográficas a ideia de um autor soberano inexistente, visto que o encontro com os nativos aparece como possibilidade de confrontação e de diálogo. Então, considerei o diálogo como uma estratégia importante em situações de calmarias e de conflitos, já que compreendo que os conflitos não precisam ser evitados porque podem revelar muito sobre os sujeitos. Logo, “As relações dialógicas propostas engendram um saber negociado onde o pesquisador e os sujeitos da pesquisa fazem interagir seus horizontes, segundo a terminologia empregada pelos hermenêuticos” (MESSEDER, 2013, p.79).

Desse modo, busquei a compreensão das mulheres investigadas a partir da observação das práticas cotidianas e escuta do que elas tinham a dizer sobre si. Por isso, fiz a utilização de instrumentos como, por exemplo, o diário de campo para descrever os meus registros, questionários específicos com perguntas norteadoras, uso de gravador e máquina fotográfica. Além disso, foi bastante útil estar presente nos eventos sociais que ocorreram na comunidade, observando as ações desenvolvidas pelos participantes locais, procurando coletar os elementos constitutivos desses eventos para serem analisados posteriormente.

No campo da minha pesquisa, utilizei o procedimento da observação participante para compreender melhor as normas de convívio implícitas às relações entre os gêneros estabelecidas no âmbito comunitário, visto que “é através da experiência vivida em campo que o etnógrafo autentica seus conceitos e métodos de trabalho. Costuma-se dizer que o atestado de qualificação das pesquisas do tipo etnográfico se revela a partir da expressão ‘eu estive lá’” (PIMENTEL, 2009, p. 132).

Então, pelo exposto, fica evidente que a minha busca pelos saberes na vida cotidiana das mulheres quilombolas dentro da comunidade procura dar atenção aos seus significados culturais. Para isso, penso no sujeito da minha pesquisa como aquele que age no contexto, que produz sentido e se constrói nas relações com o outro. A investigação foi construída a partir da interação e do vínculo de aproximação criado entre a pesquisadora e a Comunidade Quilombola de Porto dos Cavalos, com ponderação para não perder de vista a objetividade dessa pesquisa.

Paradoxalmente, sei que o pesquisador precisa “se distanciar o bastante do seu campo para ver com outros olhos aquilo que se ‘naturalizou’ na sua experiência pessoal” (PIMENTEL, 2000, p.129). Por isso, a minha meta foi fazer um estudo detalhado das contribuições das mulheres dessa investigação na formação da identidade étnica local. Para tanto, realizei observação da rotina diária das pessoas e, sempre que possível, dialoguei com elas e descrevi tudo passo a passo, como as famílias se organizam, o tipo de relação comunitária e as formas de produção, socialização dos bens e tudo que envolve as relações pessoais entre eles.

Na observação das ações femininas, surgiram questionamentos importantes: como foram tecidas as relações geracionais e de gênero entre eles e como isso influenciou na divisão de papéis sociais dentro da comunidade na atualidade? Para responder todos os meus questionamentos, realizei entrevistas com perguntas norteadoras individuais com mulheres e homens dessa etnia, com personalidades consideradas importantes pelo conjunto da comunidade e com a liderança local, totalizando cinco pessoas entrevistadas, mas atentando para a variedade de posições sociais, políticas e geracionais de homens e mulheres. Vale ressaltar que notei um certo desconforto e incômodo com relação a minha presença em momentos específicos, ou seja, quando estava com algum instrumento da pesquisa nas mãos. Notei que as pessoas mudam de comportamento e de respostas quando eu portava o meu diário de campo e caneta nas mãos, por isso decidi deixá-los em casa e fazer as anotações em outro momento.

Verifiquei a relevância da escola para a educação de meninas e meninos, porque as mulheres valorizam bastante a presença dessa instituição nesse espaço enquanto possibilidade inovadora de aquisição e troca de outros conhecimentos, como relatou uma moradora. Então dialoguei com a equipe gestora para entender a importância da escola na vida das crianças.

Na sequência desses procedimentos de pesquisa, segui também utilizando imagens capturadas da vida social da comunidade, considerando que o registro imagético de uma cena

pode conter sentido e significado que revela muito sobre a história local. Por isso, munida de câmera fotográfica e de gravador portáteis, fiquei atenta para capturar manifestações sobre os costumes, modo de ser e de viver, emoções e práticas culturais da comunidade, procurando apreender significados que as fotografias podem proporcionar pelas interpretações e leituras que elas nos permitem fazer, quando as observo com o meu olhar de pesquisadora. Então, em momentos oportunos, registrei e descrevi fatos da comunidade através de fotografias e vídeos de situações sociais estratégicas como, por exemplo, atividades laborativas, rituais e momentos festivos ou dramáticos da vida comunitária, fazendo isso, evidentemente, com o consentimento dos envolvidos devidamente documentado para a utilização das imagens de acordo com o Parecer número 2.017.840, de 22 de maio de 2017, a nós emitido pelo Comitê de Ética de Pesquisas da Plataforma Brasil, no qual essa pesquisa foi submetida e aprovada.

Seguindo os passos da etnografia, a minha presença na comunidade foi estabelecida pelo diálogo com a liderança e com os moradores, que resultou no vínculo de confiabilidade amigável que permitiu a aquisição do maior número de informações sobre suas ações cotidianas e modo de vida para responder à pergunta de partida e alcançar os objetivos preestabelecidos nesse estudo.

Nesse diálogo, cuido atentamente das minhas palavras, para que elas não abafem nem afugentem as pessoas da comunidade, sobretudo não ofusquem o intento da pesquisa etnográfica, considerando que toda conversa pode implicar em um bom recurso estratégico e provisório, isto é, serve para me aproximar dentro da comunidade para a coleta de dados a serem interpretados.

A minha conversa com pessoas da comunidade foi realizada levando em consideração os alertas que se sabe sobre a necessidade de tomar cuidado com as construções das relações estabelecidas no diálogo que produz a narrativa etnográfica:

[...]. Eu não me refiro aqui a má fé, que pode, evidentemente, existir, mas a possibilidade de uma cegueira inerente à situação, dialógica, na qual se encontra o antropólogo. Logo, o diálogo não somente revela, como ele pode frequentemente ocultar as relações de poder e os desejos que estão por trás da palavra falada e, em outros contextos, da palavra escrita e divulgada. O poder e o desejo podem contradizer a amizade que o diálogo conota. (CRAPANZANO, 1991, p. 60 **apud** MESSEDER, 2013, p. 80)

Além disso, sigo precavida de que todo cuidado pode ser pouco quando se tem pela frente as nossas conversas aparentemente inofensivas com meus interlocutores, mas que se

deve ter a atenção para não manipular os discursos coletados no campo de pesquisa. Nesse sentido Messeder dialoga com Crapanzano:

[...] Todas as precauções tomadas para dar conta das situações de diálogo não anulam o imperativo do trabalho interpretativo do antropólogo. Não há saída para os dilemas colocados pela pesquisa além do enfretamento das tensões e limites que ela engendra. Se dialogicidade aparece como uma boa via para discussão do trabalho etnográfico, ela não deve ser idealizada como uma situação plena de simetria e igualdade. (MESSEDER, 2013, p. 83)

Foi por meio dessa reflexão que cheguei à comunidade e lancei a proposta de pesquisa junto às lideranças que entenderam a importância do registro etnográfico e me autorizaram à realização dessa pesquisa. No caminho etnográfico, busquei uma compreensão holística dos sujeitos pesquisados e do seu modo de vida no contexto. Em princípio, fiz um mapeamento para caracterizar a comunidade contendo dados sobre a localização, aspectos geográficos como vegetação, clima, bioma, população, tipos de trabalhos formais e não formais, possivelmente existentes lá, número de habitantes por faixa etária e domicílios. Na sequência, acompanhada ora por Ezelnides⁵ (Nêga), ora por Elane⁶ (Tica), minhas interlocutoras nativas da comunidade, fiz um pequeno censo, indo de casa em casa com a finalidade de verificar a quantidade de habitantes, faixa etária, domicílios dos moradores do quilombo, acesso à informação, energia elétrica e saneamento básico.

Este censo me permitiu compilar dados quantitativos necessários para o entendimento daquilo que me propus a pesquisar utilizando da observação participante, já que “sem o uso das palavras como instrumentos de pesquisa, os números ficam mudos” (ELIAS, 2000, p.59).

Na presença das interlocutoras, à medida que encontrávamos pessoas, parávamos para ouvi-las e observá-las. Esse percurso permitiu conhecer um pouco mais sobre a dinâmica de como as famílias se organizam e o grau de parentesco entre elas. Também foi essa ação que me auxiliou na construção da história da formação local, por meio de relatos dos moradores e me direcionou no sentido de compreender a importância das mulheres na construção do sentimento de pertença da comunidade e suas contribuições na formação da identidade étnica da comunidade. Por fim, esse censo, serviu também para pesquisar em fontes documentais árvores genealógicas das famílias que demonstrou a origem dos nativos e o grau de parentesco entre eles, com a construção da genealogia de uma família.

⁵ Moradora da comunidade e marisqueira, Ezelnides foi voluntária nessa pesquisa, sendo uma das interlocutoras na coleta dos dados estatísticos.

⁶ Moradora da comunidade e marisqueira, Elane também foi voluntária e mediadora entre a pesquisadora e as marisqueiras.

Com o conjunto dos procedimentos realizados, elaborei uma espécie de esquema que possibilitou a construção de uma narrativa que acredito seja consistente sobre a importância das mulheres, alvo desta pesquisa. Por isso, procurarei avaliar constantemente o processo de produção destes dados, estabelecendo diálogo entre eles e as dimensões que buscam revelar.

2.2 ENTRANDO NA RODA: A COMUNIDADE QUILOMBOLA PORTO DOS CAVALOS - ILHA DE MARÉ

Kânda i Bafwa ye Bamôyo⁷

Localizada a leste da Baía de Todos os Santos, a Ilha de Maré fica, aproximadamente, a 5 km de São Tomé de Paripe, Subúrbio Ferroviário de Salvador (SANTOS, 2010). O acesso à Ilha se dá através de pequenas embarcações a motor, que transportam pessoas na travessia para Salvador, carregando, entre outros materiais de construção e alimentos, pequenas canoas a remo, utilizadas pelos pescadores e marisqueiras. No interior da ilha são utilizados cavalos com arreios para transportar moradores entre as comunidades da ilha e também para transportar cargas, além das bicicletas como forma de locomoção, já que não existem carros na Ilha e poucos moradores possuem motocicleta. Além de Salvador, outras vias de acesso são os Distrito de Passé e Caboto, ambos pertencentes ao município de Candeias, acessada pela BR 324. Abaixo o mapa da localização da Ilha de Maré.

Figura 5 - Mapa de Localização da Ilha de Maré.



Fonte: Base Cartográfica da Bahia, 2001.

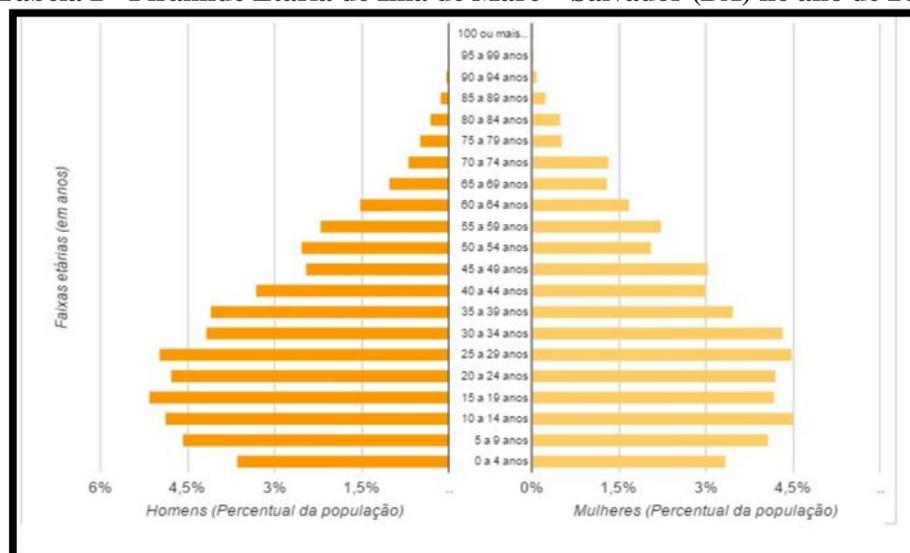
Conforme dados do censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Ilha possui uma população de 6.434 habitantes, distribuídos em 1.135,694 ha de

⁷ Provérbio Kongo que significa: A comunidade são os mortos e os vivos.

terras e 10 comunidades, a saber: Itamoabo, Botelho, Santana, Neves, Praia Grande, Bananeiras, Maracanã, Porto dos Cavalos, Martelo, Ponta Grossa,

De acordo com o censo IBGE 2010, a Ilha de Maré, definida como Zona Rural de Salvador, possui 1.871 domicílios com média de 3,4 moradores distribuídos por casa.

Tabela 2 - Pirâmide Etária de Ilha de Maré – Salvador (BA) no ano de 2010



Fonte: Censo IBGE, 2010.

Segundo estes dados, há ainda uma prevalência do sexo masculino com 51,3% da população em relação à população feminina, correspondente a 48,7%, observável na figura da pirâmide etária. Em relação à cor da pele, a maioria da população considera-se preta ou parda, o que somadas correspondem a 88,8% da população (IBGE 2010).

Em 2008, a Ilha de Maré tornou-se Área de Proteção Ambiental (APA) pela Lei Municipal nº 7.400, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Fato importante para os moradores da Ilha, pois no entorno dela existem empresas como Porto de Aratu e a Refinaria Landulpho Alves⁸, localizada no município de São Francisco do Conde-BA, em Mataripe, acessada pela Rodovia Federal, BR 523. Tais empreendimentos são potencialmente poluidores e já promoveram desastres ambientais na Baía, portanto a criação da APA, teoricamente, assegura algumas garantias para os membros das comunidades locais que têm na pesca e mariscagem o centro de suas atividades produtivas. Assim, considera-se:

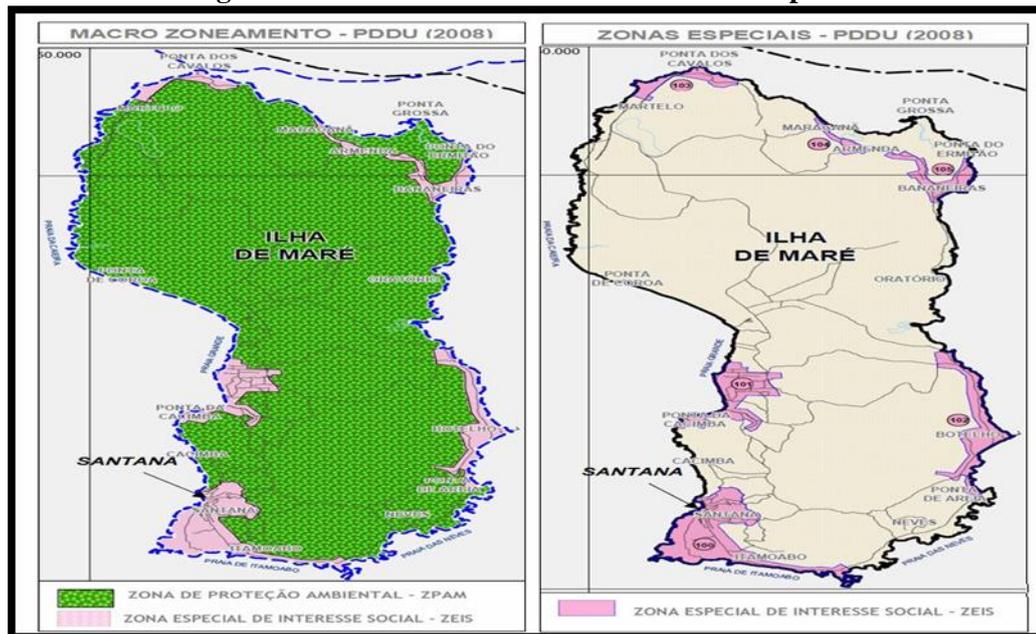
Art. 217. Área de Proteção Ambiental, APA, é uma porção territorial em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos

⁸ Primeira Refinaria Nacional de Petróleo, criada em 17 de setembro de 1950.

abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (PDDU, 2008, p. 85)

Esse reconhecimento é um marco para os moradores de Maré, mas não é o bastante, porque, segundo relato de alguns nativos, a Zona Portuária tem contribuído com a poluição ambiental causando danos à saúde de pescadores e marisqueiras, que tem seus corpos mergulhados nas águas e nos mangues contaminados por metais pesados, como já mencionei no capítulo anterior. De acordo com dados do Laudo Antropológico (2009), existem na Ilha de Maré 13 poços de petróleo distribuídos por terra e mar nas comunidades de Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa. Na comunidade de Martelo estão os tubos expostos por onde passa o óleo para refinaria. No mapa abaixo, podemos verificar que toda área da Ilha é de proteção ambiental.

Figura 6 - Macrozoneamento PDDU e Zonas Especiais



Fonte: Plano de Desenvolvimento Urbano - Salvador, 2008.

Vale relatar um fato, que ocorreu quando eu trabalhava na escola da comunidade, com a finalidade de situar os sujeitos dessa pesquisa e a problemática vivenciada pelo conjunto dos moradores da região. Foi o incêndio do navio Golden Miller no Porto de Aratu, que ocorreu no dia 17 de dezembro de 2013 e espalhou uma mancha de óleo na Baía de Todos os Santos, atingindo as praias do Norte da Ilha até a localidade de Botelho, afetando o trabalho de

pescadores e marisqueiras, conforme fotos abaixo. De acordo com relatos das marisqueiras, os trabalhos delas foram enormemente prejudicados porque o óleo atingiu os berçários dos manguezais. Ainda segundo relato, na época os técnicos do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) afirmaram que não houve impactos ambientais na região.

Figura 7 - Acidente com o navio Golden Miller, no Porto de Aratu



Fonte: Jornal A Tarde, 2013.

Figura 8 - Mancha de óleo na praia



Fonte: Imagem/TV Bahia, 2013.

No dia 20 de fevereiro de 2014, ou seja, dois meses depois do acidente foram poucos os avanços para minimizar a situação dos moradores, de acordo com o depoimento deles. Nesse período, acompanhei de perto a mobilização da comunidade e sua indignação com a falta de ações do setor público e da própria indústria para solucionar os problemas gerados ao meio ambiente e que prejudicou os trabalhadores quilombolas, pescadores e marisqueiras que

estavam com sua renda familiar comprometida. Nessa mesma data, aconteceu um protesto organizado pelas lideranças (formada por mulheres) regionais da Ilha, que fechou a entrada do Porto de Aratu, denunciando o descaso do poder público com o fato ocorrido que impactou o meio ambiente e a vida dos moradores da Ilha de Maré.

Segundo Escudeiro (2010), a geografia da Ilha é formada por uma vegetação típica do clima tropical costeira com presença da Mata Atlântica, mas os manguezais se destacam porque boa parte do bioma aquático o utiliza para alimentação e reprodução. Ainda segundo o autor, a Ilha de Maré possui relevo acidentado e variações na medição das altitudes de elevação de pontos da superfície na faixa de 0 a 105 m, o aspecto é côncavo e há saliências ao longo da costa da Ilha de Maré.

A Ilha possui escarpas com aparência íngreme que terminam ao nível do mar e encontram-se constantemente sob a ação erosiva do mar, as praias são arenosas e apresentam manguezais, especialmente nas localidades mais ao Norte da Ilha, que desempenham importante papel no ecossistema e economia local por meio da atividade pesqueira e mariscagem. A situação dos moradores nas localidades do Norte, onde a pesquisa está sendo realizada, é mais precária no que se refere à qualidade das moradias, situadas em zona de risco, devido à proximidade da Zona Portuária de Aratu. Ao contrário do Sul, onde há maior oferta de serviços devido ao turismo e maior distância das indústrias poluidoras do meio ambiente.

Recentemente, o Observatório do Clima fez o maior mapeamento dos biomas brasileiros, divulgado no dia 28 de abril de 2017. Esse mapeamento, revelou que nos últimos 16 anos nenhum bioma foi mais afetado pela ação humana do que o mangue. De acordo com dados do Observatório (2017), o mangue é o berçário da maioria das espécies marinhas com 80% dos peixes, crustáceos e moluscos. Nesse sentido, boa parte de peixes e outras espécies marinhas que a população consome necessitam do mangue em alguma fase da vida.

Segundo a pesquisa, de 2000 a 2016 houve uma destruição de 20% dos manguezais brasileiros, vale lembrar que o Brasil é o segundo país que tem a maior área de mangue do mundo e que só no Estado da Bahia a redução foi de 21%. Entre os fatores apontados pelo mapeamento está o crescimento da urbanização, a ocupação imobiliária para construção de hotéis e resorts turísticos, as fazendas para produção de camarão, a construção de estradas e o assoreamento dos estuários, braços de mar que encontram os rios. Isso acaba afetando a biodiversidade, mas também a economia, especialmente de trabalhadores que dependem dos

mangues para sobreviver, a exemplo de mulheres marisqueiras. Segue abaixo, foto de uma área de mangue.

Figura 9 - Área de Mangues



Fonte: Jornal Estadão, 2017.

Assim, esses dados expostos podem ser importantes para contextualizar os sujeitos da pesquisa, porque traduzem, mesmo que sinteticamente, as dimensões geográfica e social da vida produtiva dos moradores da comunidade, que dependem da mariscagem e da pesca para prover seu próprio sustento.

2.3. COTIDIANO E EXPERIÊNCIA VIVENCIADA

Quando fui à comunidade Porto dos Cavalos para realizar os trabalhos da pesquisa, enfrentei manhãs ensolaradas, com sensação térmica de 32°C. Inicialmente me encontrei com a líder comunitária Eliete Paraguaçu Conceição, mãe de um casal de adolescentes, marisqueira, cabelos curtos, olhos pretos pequenos e atentos, fixos em mim, de estatura mediana e um corpo atlético que, segundo ela, adquiriu remando de canoa.

Sabendo que precisava de apoio para realizar o meu trabalho e, tendo apresentado o meu Projeto de Pesquisa para Eliete, conversamos sobre os nossos anseios e discutimos a respeito das minhas preocupações e das preocupações dela em ensejar melhores dias para a sua comunidade. Depois disso, recebi dela um sinal positivo, consentindo a minha presença

no espaço comunitário para realizar o registro etnográfico, dando-me a impressão de que entendeu a proposta desse projeto. Por isso, ela disse:

- “O registro sobre nós é muito importante para que os saberes não se percam com o passar do tempo”.

Depois desse encontro, voltei inúmeras vezes à Ilha de Maré com um interesse cada vez maior e mais segura, uma vez que podia contar com o apoio importante da liderança comunitária para a realização da pesquisa.

Tendo conversado com Eliete Paraguaçu, no dia seguinte, tomei uma embarcação maior, com capacidade para 20 pessoas e registrei a imagem a seguir quando estava dentro do barco, rumo a Ilha de Maré, para mostrar a bela paisagem e estado de calma e tranquilidade que o local proporciona aos visitantes.

Figura 10 - Comunidade de Itamoabo



Fonte: Arquivo Pessoal, 2014.

Diante desses dados coletados observei que a Ilha de Maré é um lugar que chama a atenção pela sua paisagem rica em vegetação e, próximo da praia, observa-se águas cristalinas que possibilitam enxergar o fundo do mar e algumas espécies de peixes no seu entorno. Quando atravessei a Baía de Todos os Santos, dentro de uma canoa de fibra, foi possível visualizar e até tocar em cardumes, os quais de longe parecem uma rede de moedas de pratas flutuando em pleno oceano. O vento traz um cheiro de sal misturado com algas marinhas.

Ao chegar à ponte de desembarque, senti um vento forte, tocando o rosto e promovendo uma sensação de tranquilidade que, certamente, resulta na satisfação de quem mora na Ilha.

Após passar pela ponte, o cenário geográfico faz lembrar uma grande roda. Inicialmente, aparece uma capelinha que só cabe a imagem de São Jorge dentro, construída com blocos de cerâmica, pintada de branco, com detalhes em azul claro, protegida com uma pequena grade para guardar a imagem de São Jorge, padroeiro da comunidade. Existe também, um coreto, cerca de 25 m², no meio, como se fosse uma praça, coberto por telhas de cerâmica vermelha sustentadas por quatro troncos de árvores. Nesse lugar, ocorrem as reuniões e confraternizações da comunidade e da escola. No seu entorno, aparecem as casas dos moradores da comunidade, a escola, a associação de moradores, muitos pés de mangueiras, tamarindo, coco, acerolas, aroeiras, bananeiras, licuri e outras árvores que formam a paisagem da Comunidade de Porto dos Cavalos.

Figura 11 - Capelinha de São Jorge e coreto ao lado



Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

Nesse espaço comunitário, observei crianças brincando de bicicletas, correndo na rua pavimentada e o vai e vem das pessoas, já que é por esse pequeno centro que as pessoas passam para sair da Ilha ou para ir até as outras duas comunidades limítrofes que são Ponta Grossa e Martelo. Desse lugar notei a presença de homens e mulheres conversando ou assuntando o vai e vem nas portas das casas, falando ao celular, teclando no WhatsApp, ou sentados em bancos que ficam debaixo de duas mangueiras enormes.

Na figura abaixo está o registro em direção à ponte que mostra a chegada, desde o desembarque até chegar ao interior da comunidade. No dia dessa fotografia, fazia sol, entre nuvens, e o mar parecia com uma grande piscina que dava até para enxergar alguns peixes

nadando próximos à superfície, perto da minha embarcação. Essas embarcações, que aparecem na foto pertencem aos moradores do quilombo e permanecem ancoradas todos os dias, aguardando passageiros.

Figura 12 - Ponte de acesso à Comunidade de Porto dos Cavalos



Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

A Comunidade Quilombola de Porto dos Cavalos, está localizada no norte da Ilha de Maré, possui 127 habitantes e 48 famílias. Vale destacar que esse número de habitantes dá uma média de 2,6 pessoas por famílias, número expressivamente baixo comparando com as famílias de antigamente, quando as mulheres tinham até 10 filhos em média, e hoje esse número chega no máximo a 2 filhos por família, o que aponta para um controle de natalidade expressivo na localidade. Em seu entorno, encontram-se localizadas outras Comunidade Quilombolas: Ponta Grossa e Martelo. Além de Salvador, faz fronteira com o Município de Candeias, com os limites dos distritos de Passé e Caboto. Além disso, é importante dizer que às vezes Passé se torna um porto seguro para os navegantes, pois quando a previsão do tempo é chuvosa e com rajadas de ventos, a Marinha do Brasil determina a impossibilidade de navegação e, para não atrasar a pesquisa, procurei embarcar em Passé, pois esse distrito fica mais próximo da Ilha de Maré, aproximadamente 500 m, possibilitando a travessia em tempo impróprio.

Em uma manhã de sol e com temperatura, aproximadamente, de 30°C, iniciei a trajetória etnográfica na companhia de Nega, minha interlocutora, mãe de três meninas, marisqueira, magra, de cabelos ondulados médios, olhos grandes e pretos, de estatura alta. A primeira ação em campo foi realizar um pequeno censo para saber a quantidade de pessoas existentes na comunidade atualmente, quando foi possível verificar que entre 2015 e 2017 nasceram 8 crianças, 7 meninas e 1 menino. Além disso, considerei importante registrar o número de nativos e o número de pessoas que vieram de fora e moram lá. Também pesquisei o número de pessoas com acesso à internet para situar o quilombo dentro do acesso à informação e à tecnologia contemporânea. O registro dos dados encontrados foi sistematizado na Tabela 3, abaixo.

LOCALIDADE	HABITANTES	FAMILIAS	SEXO		SANEAMENTO BÁSICO (ANO)	NATIVOS			INTERNET			
			MASCULINO	FEMININO		SIM	NÃO	NÃO PARTICIPOU OU QUIS RESPONDER	SIM	NÃO	NÃO PARTICIPOU OU NÃO SOUBE RESPONDER	
PORTO CAVALOS	DOS	127	48	59	68	1996	110	14	3	26	21	1

Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

Observei na contagem um pequeno número de pessoas idosas em relação a outras faixas etárias, por isso, achei importante descrever esses dados na Tabela 4 para que tenhamos uma noção da população por faixa etária. Em relação à ascendência, registrei que o quilombo é composto por pessoas com origens étnicas raciais diferentes. Sendo que a maioria, 80 pessoas, declarou-se pertencente a populações de origem africana.

Tabela 4 - Censo da Faixa Etária e Descendência

FASE DE VIDA						DESCENDÊNCIA						
LOCALIDADE					NÃO PARTICIPOU OU NÃO SOUBE RESPONDER	AFRICANA	INDÍGENA	OUTRA	AFRO-INDÍGENA	AFRICANA/ OUTRA	AFRO-INDÍGENA / OUTRA	NÃO PARTICIPOU OU NÃO SOUBE RESPONDER
PORTO DOS CAVALOS	9	4	6	5	6	0			3			30

Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

Descrevi a autodeclaração dos moradores em relação a sua cor e obtive como resultados a maioria declarada negra ou parda, totalizando 122 negros. Conforme tabela abaixo.

Tabela 5 - Censo Raça

RAÇA/COR								ACESSO A INFORMAÇÃO TELEVISIVA DIGITAL		
LOCALIDADE	NEGRO	PARDO	INDÍGENA	AMARELO	BRANCO	NÃO DECLAROU	NÃO PARTICIPOU OU NÃO SOUBE RESPONDER	SIM	NÃO	NÃO PARTICIPOU DA PESQUISA
PORTO DOS CAVALOS	87	35	0	0	2	0	3	45	2	1

Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

Durante a construção desse censo notei que Porto dos Cavalos é uma comunidade pesqueira e, segundo contou os moradores, possui a maior área de mangue da Ilha, onde mulheres, majoritariamente, exercem o trabalho de mariscagem e pesca, e os homens a pesca e o transporte via canoa de fibra, pequeno barco com motor movido a óleo diesel e capacidade para sete pessoas. Vale ressaltar que, alguns homens trabalham em empresas fora da comunidade, no ramo da construção civil. Além disso, algumas mulheres fazem artesanato

como vassouras, tapetes e peneiras, feitos da folha do licuri ou da bananeira, uma tradição passada de geração em geração. Segundo relatos, essa atividade foi, e ainda é, exercida por mulheres agricultoras da localidade. Existe a produção de azeite de dendê, esporadicamente, feito por uma mulher sob encomenda e confecção de redes para pesca confeccionadas pelos próprios pescadores.

Procurei saber dos moradores sobre o ano que a comunidade começou a ter acesso à energia elétrica e ao saneamento básico. Os moradores contaram que existe instalação de energia desde 1985, em todas as casas, e água encanada e saneamento básico desde 1996. Outra informação importante que eles fizeram questão de relatar foi sobre a existência de 17 fontes de água na Ilha que ajuda bastante nos momentos de falta de água encanada, Porto dos Cavalos não possui fonte, a mais próxima fica em Martelo.

Também, verifiquei a presença da internet por rede local sem fio (Wi-Fi), porém, nem todos moradores têm acesso, devido ao alto custo. Outro dado que observei foi que, a maioria dos domicílios tem TV com sinal digital. Portanto, destaco que os moradores da comunidade não se encontram mais no isolamento de antigamente, mas tem acesso a tecnologias semelhantes aos habitantes da “cidade grande”.

No aspecto religioso, observei a presença das Igrejas Católica, Batista e Assembleia de Deus e a não existência do Terreiro de Candomblé nessa localidade (já existiu no passado), mas existem em comunidades vizinhas como Praia Grande e Botelho, nas quais alguns moradores de Porto dos Cavalos são frequentadores.

Esse último fato chamou a minha atenção porque a comunidade é tradicional e sua população ascendente de africanos, esperava encontrar um Terreiro de Candomblé na comunidade, o que não aconteceu. Então, comecei a procurar saber dos moradores mais antigos o motivo da ausência do Terreiro e se havia relatos que pudesse identificar outras religiões diferentes das de matrizes africanas. Para Dona Zenilda e Dona Dona, a chegada das religiões evangélicas fez com que muitas pessoas se convertessem ao Evangelho, o que acarretou no desaparecimento do Terreiro de Candomblé nessa comunidade. Esse relato me fez lembrar de certo dia quando eu era professora da escola quilombola, Nossa Senhora de Fátima. Neste período fomos a uma mostra cultural na Comunidade vizinha de Praia Grande, e a coordenadora responsável pelo evento solicitou que uma moradora, das mais antigas e referência no Samba de Roda local, mostrasse a dança como havia feito anteriormente em outros anos, mas a moradora se recusou dizendo: “eu não faço mais isso porque a minha religião evangélica não permite”. Fiquei refletindo sobre essa fala e entendi que existem

disseminações do etnocentrismo trazidos por grupos que vem de fora da Ilha e que descaracterizam a cultura local e só agora posso compreender melhor tal atitude da moradora e o fato de não encontrar o Terreiro nessa comunidade.

Mas, em algumas comunidades ainda existem terreiros, segundo relatos e dados retirados do Laudo Antropológico.

Figura 13 - Terreiros de Candomblé presentes na Ilha de Maré

Nome do Zelador (a)	Local	Principais Festas
Tia Joana	Rua do Beco, Praia Grande	Oxossi: 23 de abril; Caruru de São Crispim: 25 de outubro
Nanega	Rua de Cima, Praia Grande	Caruru de São Cosme e São Damião: 27 de setembro; Amalá de Xangô: 30 de setembro
Sosó	Rua da Tuíca, Praia Grande	Festas de Oxum, Xangô, Oxossi, Caboclos Parré da Selva, Boiadeiro, San Martin e Age do Mar, Festa de Eres e Casme e Damião.
Carmelita	Cidade de Palha, Praia Grande	Caboclo Sultão das Matas
D. Maria	Cidade de Palha, Praia Grande	10 de agosto: Oxossi e Tempo
D. Angélica	Cidade de Palha, Praia Grande	-
D. Angelina	Botelho	13 de junho: Santo Antonio 4 de dezembro: Santa Bárbara e Samba de Caboclo. 8 de dezembro: Festa do caboclo marinho, Marujada.

Fonte: Laudo Antropológico, 2009.

Em uma das minhas estadias na comunidade, no dia 16 de março, cheguei às 7:30 e fui direto para a porta da escola onde encontrei o porteiro, morador da Comunidade de Praia Grande e a funcionária Tica, moradora local. Falávamos sobre o tempo ensolarado que fazia naquele exato momento, em contraste com os outros dias chuvosos e sobre a maré que estava baixa e que não seria adequada para mariscagem, segundo Tica. Foi nesse momento que relatei aos dois presentes que observei no mapa o nome da comunidade escrito como Ponta dos Cavalos ao invés de Porto dos Cavalos e indaguei qual seria o nome correto. Tica e porteiro concordaram em responder que o nome correto é Porto dos Cavalos mesmo. Para o porteiro, o nome estava errado no mapa porque as pessoas que realizaram o censo não perguntaram aos moradores o nome correto e aí deram o nome de Ponta dos Cavalos, fazendo uma associação com a Comunidade ao lado que se chama Ponta Grossa.

Depois dessa conversa, deixei os dois trabalhando na escola e fui para casa de Dona Zenilda Paraguaçu, marisqueira, mãe de 10 filhos, 1 nascido morto. No caminho, pensei em fazer a pergunta para ela, já que ela é uma das moradoras mais antigas da comunidade. Ao

chegar perto da casa a avistei vindo em minha direção, com seu andar faceiro, usando vestido amarelo claro meio amassado e um lenço vermelho na cabeça. Depois de nos cumprimentarmos, sentamos em frente da casa dela, em um banco rústico feito com pedaços de madeira de árvore que ficava embaixo de um pé de laranja que tinha algumas fitas vermelhas amarradas em alguns galhos da árvore. Isso me chamou a atenção e perguntei o porquê das fitas vermelhas amarradas nos galhos. Dona Zenilda respondeu que era para as galhas não caírem, porque quando as galhas caem a árvore não dá frutos. Com um sorriso de satisfação, disse Dona Zenilda: “É a tradição minha filha”.

Em seguida, ela sentou-se ao meu lado e eu lhe perguntei sobre o nome da comunidade, ao que ela me respondeu dizendo que a comunidade nem se chamava Porto dos Cavalos nem Ponta dos Cavalos, mas Passa Cavalos, porque, segundo ela, desde o passado até os dias atuais a maré baixava tanto que os cavalos podiam passar para o outro lado da Ilha nadando e chegavam ao Distrito de Passé pertencentes à cidade de Candeias.

Figura 14 - Cavalos aguardando a maré baixar para passar rumo a cidade de Candeias-BA



Fonte: Arquivo Pessoal, 2017

Com esses relatos, fui verificar os endereços com CEP das ruas, as contas de energia e água de alguns moradores e me certifiquei do nome escrito de Porto dos Cavalos, por isso optei por manter esse nome.

Enquanto ela explicava a respeito de minha dúvida sobre o nome da comunidade, a nora dela, Leidinha, havia chegado e puxado uma cadeira, sentando-se ao meu lado, formando uma pequena roda que me fez lembrar de certos conhecimentos de pequenas comunidades rurais do interior onde pessoas reunidas em círculos podiam transmitir os seus saberes.

Leidinha tinha um semblante sereno que denotava certa alegria, era magra, de alta estatura e possuidora de olhos verdes, que chamavam a atenção porque contrastava com a cor dos olhos da maioria dos moradores. Ela trajava calça jeans, blusa amarela de tecido leve e carregava na mão direita uma penca de chaves. Então, ela me contou que estava responsável pelo andamento dos cursos ofertados dentro da Associação de Moradores. Era ela que abria e fechava as portas e janelas no início e no final dos cursos.

Leidinha relatou que a professora de português pediu para que ela perguntasse à Dona Zenilda se tinha comida porque ela havia chegado de Salvador às 14 horas para ministrar aula no Curso Pré-vestibular que estava acontecendo na Associação de Moradores e não tinha almoçado ainda. Dona Zenilda solicitou que sua neta, de 15 anos, fosse até a cozinha e preparasse um prato de moqueca de siri que havia sobrado do almoço.

Nesse momento chegou uma das filhas de dona Zenilda, Dedão, que é marisqueira como a mãe, de estatura mediana, e vestia uma bermuda jeans azul clara camiseta branca e um lenço na cabeça. Tendo se sentado ao lado da mãe, a roda de conversa foi aumentando.

A neta que foi buscar a comida veio com um prato cheio de moqueca de siri com arroz de aspecto apetitoso, mas dona Zenilda mandou ela voltar e colocar uma tampa no prato porque, segundo ela, era deselegante levá-lo sem a tampa. Assim que a professora terminou de comer, pediu a Leidinha para perguntar quanto custaria aquele prato de comida. Entretanto, a anfitriã respondeu que não custava nada, o que deixou Leidinha insatisfeita porque, segundo ela, a sogra havia gastado para preparar a moqueca e, portanto, deveria cobrar um valor. Ouvindo a insatisfação de Leidinha, Dedão salientou que também concordava que se cobrasse um valor, mas que fosse um preço justo. Enquanto isso, eu observava a forma como elas combinavam as coisas entre si, dando importância a opinião de cada uma como uma espécie de votação informal. No caso, como Leidinha e Dedão foram favoráveis à cobrança do prato, eu não me manifestei e dona Zenilda não cobrou, então a maioria venceu. Leidinha foi até a professora e cobrou pelo almoço. Passados alguns minutos, ela voltou com o valor em mãos e entregou a dona Zenilda, que agradeceu a Deus e disse que usaria o dinheiro para pagar as passagens dela e do outro filho⁹ até a Cidade de Candeias, onde teria de ir para adquirir o Kit Digital de TV, contendo uma antena e um conversor digital, disponibilizados nas Agências dos Correios pelo Governo Federal a todo brasileiro beneficiário de Programas Sociais como o Bolsa Família. O sinal analógico estava agendado para ser desligado em Salvador no dia 27

⁹ Esse filho é portador de necessidades Educativas Especiais, mas não tem um laudo médico por isso não possui a carteira de gratuidade nos transportes e precisava de sua mãe para acompanhá-lo.

de setembro de 2017 pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. A senhora Zenilda apontou para as casas ao redor e disse que todos já haviam pegado o Kit Digital e que ela precisava fazer isso o quanto antes.

Dessa discussão sobre a cobrança do prato de siri compreendi que as diferenças geracionais entre as mulheres produzem diferentes concepções do valor do trabalho feminino na comunidade. Em termos interseccionais, o que podemos inferir é que diferentes gerações de trabalhadoras negras constroem condições diferenciadas de negociação sobre o trabalho e afirmação identitária feminina local, como já foi apontada no texto nas reflexões de Hall (2005), pois é uma característica dessa comunidade que o sustento das famílias seja gerado pela força de trabalho feminina, no contexto da pesquisa descrita.

No dia seguinte, por indicação de Dona Zenilda, fui procurar Elivandro Paraguaçu, esposo de Nêga, morador da comunidade, homem de alta estatura, acima de 1,75, magro, cabelos trançados curtos, cuja postura firme me transmitiu confiança. Minha intenção era registrar como os primeiros escravizados chegaram até a Ilha de Maré. Ele, por sua vez, relatou que o quilombo se formou há mais de um século a partir da entrada de escravizados que vinham fugidos do Engenho Freguesia, atual Museu Wanderley Pinho, localizado em Caboto-Candeias, que se jogaram ao mar e nadaram até chegar a Bananeiras, primeira comunidade quilombola. Aos poucos foi chegando mais gente até expandir e formar a Comunidade de Porto dos Cavalos e outras localidades.

A travessia de Passé para Ilha não é longa, dura cerca de 5 minutos de canoa, mas muitos não chegaram em terra firme por não saberem nadar. O desespero tomava conta e eles se jogavam mesmo assim, narrou Elivandro. Coloquei a foto abaixo do Engenho Freguesia para termos uma noção de como era a fuga, pois no lado oposto está a Ilha de Maré, especificamente a Comunidade de Bananeiras. Outros moradores disseram também que além do Engenho, muitos de seus ascendentes vieram parar na Ilha por causa de navios naufragados na região. Quero lembrar que esses dados coletados também constam no Relatório Antropológico.

Figura 15 - Engenho Freguesia – Caboto/Candeias

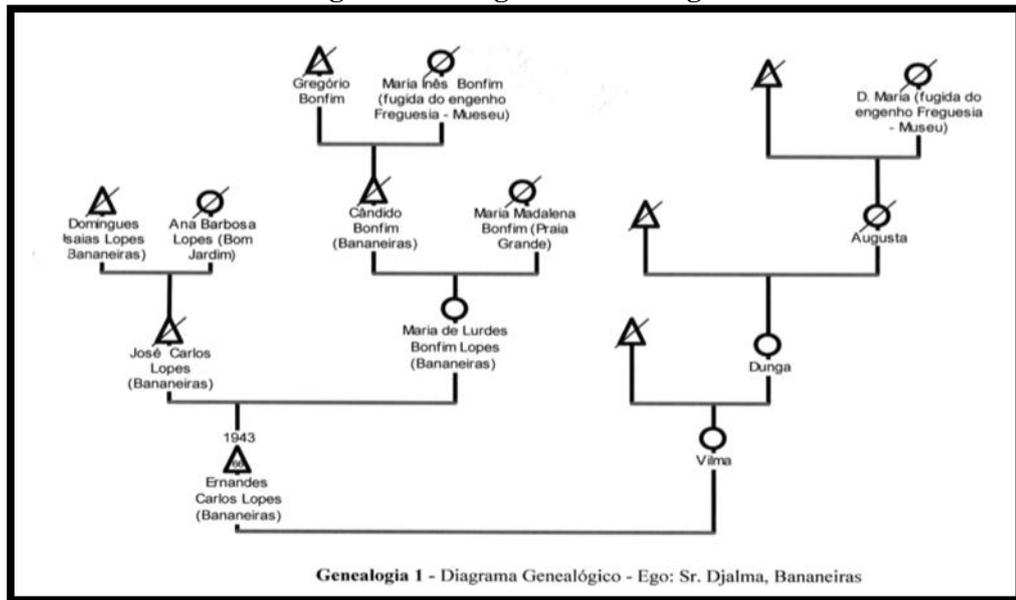


Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Esse relato foi bastante emocionante e um tanto dramático, pois, segundo nosso narrador, não é fácil falar sobre essa situação imposta aos negros no Brasil.

Utilizando como fonte o Laudo antropológico da Ilha de Maré, encontrei a genealogia de um dos moradores mais antigos da primeira comunidade quilombola da Ilha. Foi construída a genealogia do Senhor Djalma Lopes, morador antigo de bananeiras, cabelos brancos, estatura mediana, olhos castanhos claros e muita lucidez. Por meio do relato da lembrança dele ficou comprovada descendência de escravizado oriundo do Engenho Freguesia. Segue abaixo a sua genealogia.

Figura 16 - Diagrama Genealógico



Fonte: Laudo Antropológico, 2009.

Diante dos dados e relatos descritos acima e da consolidação de minha presença *in loco*, percebo que tenho uma dimensão ampla de alguns aspectos da relação entre os nativos e o meio ambiente e já observo a necessidade de aprofundar a pesquisa nos aspectos da vida diária dos moradores da comunidade.

3 MULHERES QUILOMBOLAS: EDUCAÇÃO, SABERES LOCAIS E IDENTIDADE ÉTNICA

Nesse capítulo, retomo as reflexões iniciais sobre a educação no quilombo, descrevendo o contexto da formação da escola e analisando as práticas educativas formais e, posteriormente, comunitárias, reveladas na participação feminina apresentada nas manifestações culturais do grupo a partir da atuação da líder comunitária. Nesse mesmo sentido, fiz a descrição e análise das manifestações culturais coletivas, organização familiar, de trabalho e atuação política grupal, que evidenciam a atuação das mulheres na formação da identidade étnica em geral.

3.1. O CONTEXTO DA ESCOLA QUILOMBOLA

Faz-se necessário retomar a discussão sobre as escolas quilombolas a partir do marco das Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola de 2012, que institui a

obrigatoriedade da existência desses espaços de forma específica e diferenciada dentro dos quilombos. Na comunidade desse estudo, tal conquista foi iniciativa de uma mulher que entendeu a necessidade do espaço escolar para as crianças e jovens. Nesse sentido, considere importante investigar o surgimento da escola, entraves e desafios para garantir esse direito.

A escola pública foi uma luta e reivindicação das mulheres, segundo relato de uma das moradoras mais antigas, Dona Odete. Seus pais, Dona Piedade Conceição e Sr. Joel Paraguassu foram os idealizadores da escola, que inicialmente funcionava no espaço de taipa no quintal da casa dela, quando os estudantes levavam um pequeno banco de madeira para sentar todos os dias, tendo início por volta do final da década de 1970, conforme a lembrança de Dona Odete. Dona Piedade notou a necessidade de ter uma escola naquela localidade de Ponta Grossa para que seus filhos não ficassem sem estudar ou fossem obrigados a fazer a travessia para Passé, distrito pertencente ao município de Candeias, já que não havia escola pública naquela localidade. Assim, ela fundou a escola no quintal de sua própria casa, funcionando nos turnos matutino e vespertino com a modalidade de alfabetização.

Dona Piedade deu o nome a escola de Nossa Senhora de Fátima em homenagem a uma imagem da santa que recebeu de seu primo Jurandir, quando retornou de uma viagem que fez a trabalho de São Paulo. O pagamento das primeiras professoras da localidade, Maria da Glória de Menezes e Raimunda, vindas do distrito de Passé Candeias, era feito por meio de arrecadação entre as mães. Com a morte de Dona Piedade, Dona Odete e as filhas deram continuidade à escola.

Posteriormente, a Secretaria Municipal de Salvador tomou ciência da existência da escola e negociou com a liderança o espaço trazendo a escola de Ponta Grossa para Porto dos Cavalos, fornecendo mobiliários e materiais pedagógicos, funcionários e professoras para o funcionamento da escola, no prédio cedido pela Associação de Moradores, Pescadores e Marisqueiras.

Dona Odete me relatou que ficou insatisfeita com a ação da prefeitura em mudar a escola de Ponta Grossa para Porto dos Cavalos sem ouvi-la e sem ouvir as suas filhas que estavam continuando o trabalho da mãe, Dona Piedade. Segundo ela, foi um desrespeito à memória de Dona Piedade e ao seu trabalho e, por isso, gostaria que a prefeitura construísse a escola em Ponta Grossa. Com essa mudança, Dona Odete e as filhas ficaram de fora da escola.

A Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima encontra-se situada, atualmente, na Rua Porto dos Cavalos, nº 98, em Ilha de Maré. A unidade escolar é cadastrada pelo código 1132

dentro do quadro das escolas pertencentes à rede Municipal de Salvador, desde 17 de abril de 2007. A ocupação pela escola do espaço da associação trouxe problemas para a comunidade, pois, segundo nos contou a líder comunitária, Eliete, seria uma medida emergencial e provisória, porque houve a promessa de construção de uma escola para a Comunidade Quilombola, mas isso não aconteceu até a presente data.

Segundo relato de Eliete Paraguaçu, esse funcionamento da escola no espaço da Associação prejudicou a promoção de reuniões como, por exemplo, na época do Defeso, momento no qual os pescadores e marisqueiras deixam de realizar suas atividades para que os peixes se reproduzam, e possíveis cursos profissionalizantes trazidos pela liderança da comunidade, a exemplo do curso pré-vestibular.

Nesse contexto, instalou-se uma situação desconfortável entre escola e liderança comunitária devido à ocupação do espaço que seria em princípio por alguns meses e foi se prolongando e atrapalhou alguns encaminhamentos deliberados pela Associação, além dos entraves gerados com a presença de pessoas de fora da comunidade que foram trabalhar na escola. Posteriormente, com apoio da comunidade, a liderança propôs a mudança da escola para outro espaço que fosse alugado pela prefeitura, o que aconteceu em 2015. A prefeitura alugou um espaço pertencente a Dona Isabel, moradora não nativa.

Atualmente, a escola está adaptada no espaço alugado, localizado a beira mar, proporcionando aos educandos uma vista muito agradável e privilegiada, possuindo 3 salas de aula, 2 banheiros, 1 biblioteca, 1 cantina, 2 professores contratados, uma diretora (sem vice), 8 funcionários, atendendo um total de 40 alunos matriculados.

A escola atende a Educação Infantil e Ensino fundamental I, ambos em turmas multisseriadas. O Ensino fundamental II pode ser cursado na comunidade de Praia Grande, onde existe a única escola da Ilha de Fundamental II. Para isso, a prefeitura de Salvador disponibiliza uma embarcação para levar e trazer os estudantes todos os dias.

Considerarei importante para esse registro verificar o fazer pedagógico para a vida das crianças. Em janeiro de 2015, o Projeto Político Pedagógico (PPP) foi revisitado pela comunidade escolar, composta por um representante dos funcionários, uma representante da comunidade, uma representante das famílias, todas as professoras e a gestora escolar, tomando por referência as Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola, conforme relato da diretora da escola. Foi deliberado que a escola deve ter por objetivo contribuir com a formação do sujeito crítico, tendo em vista o envolvimento de toda

comunidade no processo educacional formal, respeitando as características que marcam essa comunidade tradicional.

Além disso, o PPP estabelece que a escola precisa contextualizar os saberes locais e buscar uma educação transformadora e inovadora, fornecendo subsídios para a preservação do ambiente e da natureza local. Ainda conforme o PPP, a meta educativa é alcançar um ensino de qualidade, trabalhando de forma lúdica, contextualizada e interdisciplinar, tendo o docente, então, o papel de mediar, provocar, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada um.

De acordo com o documento, a missão da escola Nossa Senhora de Fátima é: “Oferecer uma educação de qualidade, contextualizada à especificidade da comunidade quilombola. Valorizando e respeitando os aspectos históricos e socioculturais”.

Durante a pesquisa, observei que a escola desenvolve ações que valorizam a etnicidade local através de pequenos projetos como, por exemplo, *Leitura em Roda*, através do qual os professores coletam contos, lendas, poesias e histórias oriundos da África e, uma vez por semana, durante a realização do projeto, fazem um momento de recontar esses textos em roda.

Apesar de todo esforço da escola, o ensino contextualizado com as especificidades da comunidade ainda é uma realidade distante de ser alcançada. Isso ocorre por fatores como a não existência de professores quilombolas na comunidade, o que gera uma rotatividade dos profissionais que são contratados periodicamente e não possuem nenhum tipo de formação destinada ao trabalho com as especificidades da comunidade.

Além disso, a escola é administrada pela Rede Municipal de educação, que possui uma orientação curricular de conteúdos homogêneos, que devem ser trabalhados por todos os professores da Rede e, embora exista os esforços da comunidade escolar em elaborar um Projeto Político Pedagógico que atenda as demandas da comunidade, é problemático colocá-lo em prática devido às cobranças da administração central da educação de Salvador.

A frequência escolar é regular, a evasão é inexistente, o índice de reprovação é baixo. Reitero que isso decorre da existência de um acompanhamento e presença significativa das mães dos estudantes na escola. Para minhas interlocutoras, o espaço escolar dentro da comunidade representa uma possibilidade de conhecimento para reivindicar seus direitos. Um exemplo disso aconteceu quando houve o impasse pelo funcionamento da escola no espaço da associação de moradores e a prefeitura municipal de Salvador propôs disponibilizar um barco para transportar todos os estudantes para estudar em uma escola em Candeias, pois seria mais econômico para o poder público pagar o barco. As mães dos alunos, porém, não aceitaram e

decidiram fazer uma manifestação na porta da Secretaria de Educação reivindicando uma solução imediata para que a escola pudesse continuar funcionando dentro da comunidade. Então, como já mencionei anteriormente, a escola foi transferida para um espaço alugado pela prefeitura. Nesse sentido, é notória a participação das mulheres no acompanhamento da vida escolar das suas crianças.

Depois de observar e analisar a escola e todo conjunto de suas problemáticas notei a presença constante das famílias nas tomadas de decisões referentes a este espaço educativo e foi a partir de então que iniciei a observação da organização familiar e das manifestações culturais coletivas no espaço comunitário.

3.2 ORGANIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

No dia 18 de novembro de 2017, ocorreu um evento na comunidade Porto dos Cavalos. Nesse dia, fui convidada pelos organizadores para participar do XI Torneio de Pesca com linha de mão. Por isso, depois de sair de casa às 6 horas da manhã, cheguei à Ilha às 7:35 para acompanhar o evento, que já voltava do ponto onde havia começado.

Os participantes do evento acordaram por volta das 4 horas da manhã para sair nas canoas, divididos em 6 Equipes, cada uma composta por 5 participantes, entre homens, mulheres e crianças. As equipes tinham nome de peixes em suas camisas escolhidos pelos participantes, como Equipe Tainha, Equipe Mero, Equipe Pititinga, Equipe Tubarão Martelo, Equipe Vermelho e Equipe Carapeba, idealizados por Elivandro Paraguaçu, morador da comunidade. Ele relatou que gostaria de ter um aniversário que mobilizasse as pessoas a estarem juntas e fazendo o que mais gostavam e mais amavam na comunidade: pescar.

No princípio, segundo o relato de Elivandro, o Torneio teria sido uma forma que ele encontrou para comemorar com os amigos da comunidade o seu aniversário, mas o evento foi crescendo com a participação de moradores de outras localidades bem como do continente e da cidade de Candeias, perdurando já há 12 anos.

Segundo os relatos dos moradores, a pesca com linha de mão é uma prática antiga que utiliza uma linha de náilon com vários anzóis com isca segurado na mão pelo pescador. Os participantes enrolam a linha em um pedaço de pedra mais ou menos plana e coloca parte da linha com as iscas na água e esperam que os peixes mordam a isca. Para melhor organizar o Torneio, Elivandro criou algumas regras com as quais as equipes precisaram se deslocar em canoas para região onde há mais probabilidade de encontrar peixes.

Vence o torneio quem conseguir o maior número de peixes e a premiação confere à equipe vencedora um troféu e medalhas de “ouro”. Já a equipe perdedora recebe a incumbência de descascar dois abacaxis e uma melancia, fato que me pareceu evidentemente criativo e singular, pois, conforme diz Elivandro, “ninguém gosta de descascar abacaxi, sem falar no senso de humor dessa brincadeira”.

Então, o que mais importava para eles era estarem juntos, brincando e compartilhando o alimento pescado. Nessa edição, a equipe vencedora foi a Equipe Tainha, com um total de 91 peixes pescados. Para esse acontecimento, foram confeccionados copos e camisas com o símbolo do evento: o peixe Baiacu¹⁰.

Retomando o início desse relato, as canoas saíram às 4 horas da manhã e retornaram as 8 horas. Nesse momento eu e outros moradores já estávamos aguardando na ponte o retorno das equipes concorrentes. Assim que avistamos as primeiras embarcações todas enfeitadas com bolas e folhas de coqueiros e outros adornos, comecei meus trabalhos com a minha máquina fotográfica em punho, atenta para não perder qualquer detalhe da festa, uma vez que tudo aquilo parecia mais uma festa do que um campeonato, demonstrando prevalecer mais a alegria do que uma disputa entre os concorrentes.

De repente, entrou em cena uma adolescente chamada Catharina, filha de Nega e Elivandro, magra e de uma simpatia singular que se dirigiu a mim, perguntando se ela poderia usar a minha máquina fotográfica para registrar as fotos. Eu não hesitei e passei a máquina fotográfica para ela. Essa ação foi muito importante para minha pesquisa porque a garota não só fez o registro fotográfico do desembarque das equipes carregadas com baldes de peixes, mas também passou o dia tirando foto do evento, fato que me deixou mais à vontade assim como pessoas de lá, visto que eles pediam para ela registrar as fotos, pois era membro da comunidade.

Na medida em que as canoas foram se aproximando, alguns moradores soltavam fogos de artifício para recepcioná-las em um dia pleno de sol acompanhado de bastante vento que tocava em nossos rostos curiosos e contentes pela presença dos pescadores e pescadoras, trazendo para o nosso encontro momentos alegres e, ao que tudo indicava, com sinais fraternos.

¹⁰ Peixe que tem um veneno mortal, por isso é necessário que uma pessoa especialista que saiba tratá-lo para retirar o veneno.

Figura 17 - Chegada das canoas



Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

Em seguida, acompanhando os navegantes do torneio de pesca, fomos todos para o centro da comunidade contar os peixes. No semblante de cada morador presente vi a satisfação e alegria estampadas, traduzidas em gargalhadas que denotaram a felicidade de participar do evento. Mesmo quem não foi ao mar estava contente pelo simples fato de as equipes terem pescado uma variedade de peixes muito grande, entre eles, o meu favorito, peixe vermelho.

Além disso, considerei importante observar uma regra básica do evento: todo peixe pescado haveria de ser consumido naquele dia, pois, nesse evento, ninguém poderia levar para casa qualquer parte da pescaria, e a festa, então, só poderia acabar quando os peixes fossem, finalmente, todos consumidos.

Figura 18 - Contagem dos peixes



Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

Depois da contagem dos peixes a comissão do evento realizou a premiação dos vencedores, com medalhas e troféus, e dos perdedores, com abacaxis e melancias para descascar. Na foto abaixo, Catharina segura o troféu.

Figura 19 - Equipe Vencedora



Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

Figura 20 - Equipe Perdedora

Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

Esse Torneio significou uma importante oportunidade para observar como as relações são construídas na comunidade. As atribuições de cada um foram decididas coletivamente entre os participantes, sendo que as mulheres ficaram responsáveis pela preparação dos peixes, com um cardápio bastante diversificado com moquecas, peixes fritos e peixes assados na brasa.

No momento da preparação do banquete, procurei me juntar às mulheres para tratar os peixes e preparar os pratos: recebi de Nega a tarefa de ajudar a tratar os peixes, mas ela viu que eu não tinha jeito para essa atividade e logo me deu a tarefa de cortar os temperos e fritar os peixes no fogão a gás. Assim, tudo ficou mais fácil e consegui realizar bem a tarefa recebida de fritar os peixes, porque isso eu já sabia fazer muito bem em casa.

Enquanto isso, Catharina me informou que a mãe de Elivandro, sua avó, havia preparado uma feijoada para o café da manhã dos participantes do evento. Então, parei um pouco e fui na companhia de Catharina à casa dela fazer o meu prato e acompanhar a festa.

Marcada pela fartura de alimentos, a festa também contava com o som que saía de duas caixas acústicas bastante potentes e que estava a cargo do morador Coquinho, que se colocava a postos sempre que a comunidade precisava do acompanhamento de um repertório musical diversificado, do samba ao reggae e deste ao pagode.

Ao chegar na casa da avó de Catharina, notei que ela havia preparado uma mesa na varanda da sua casa com uma toalha estampada branca com flores rosas e folhas verdes.

Sobre a mesa, estava uma panela muito grande com feijão e outra com arroz, bem como farinha, pratos, talheres e bebidas.

Em seguida, a senhora da feijoada chamou o povo para comer dizendo em voz alta: “Podem comer à vontade!”. Era tudo na base do self service. Aproveitei para acompanhar as conversas e danças entre eles, que falavam de tudo um pouco, mas o assunto ainda era a pesca e muitos riam das situações desconcertantes que aconteceram no barco como, por exemplo, o fato de um participante ter tido a linha de mão puxada por um peixe, em um momento de distração. Eles riam todo o tempo, comiam, bebiam, cantavam e dançavam reggae, que era o ritmo musical bastante apreciado pela maioria dos moradores.

Enquanto isso, voltei para casa de Nega para ajudar na preparação dos alimentos. A anfitriã nos conduziu ao quintal da casa onde ela tinha muitas plantações de hortaliças, as quais utilizava para a preparação das comidas, não havendo, portanto, a necessidade de comprá-las.

Percebi que aparecia ali uma demonstração bem característica de um tipo de agricultura de subsistência, aprendida nas famílias e fazendo parte da vida dessa comunidade. Era comum ver as mulheres agricultoras aparecendo com pimenta de cheiro, tomate, cebola, coentro, hortelã miúdo e graúdo, algumas ervas para chás como cidreira, aroeira, capim santo e um pé de tamarindo, do qual ela colhia os frutos para fazer suco e doce.

Depois disso, nós nos sentamos e continuamos no preparo dos peixes, eu, Nêga e uma amiga dela, moradora de Candeias, que tinha vindo com o marido e o filho para a festa. Na nossa conversa, a amiga de Nêga relatou sua preocupação com a estética. Então, ela iniciou uma conversa sobre o próprio corpo e disse que estava fazendo academia para emagrecer e que havia mudado o visual, alisando e pintando os cabelos para o Torneio e ainda ponderou que Nega era um exemplo de magreza, porque, apesar de já ter 3 filhas, não tinha barriga nem nada sobrava no corpo dela.

A amiga acrescentou que admirava o estilo de vida na Ilha: calmo e sem problemas e a dieta alimentar a base de frutos do mar e suco de tamarindo que, segundo ela, era muito bom para emagrecer. Nega concordou que a vida na Ilha e a alimentação saudável colaboravam para seu corpo magro, porém isso não significava que não teria problemas, disse ela:

Eu tenho problemas como toda mulher tem. O meu maior problema é a preocupação em acompanhar a vida escolar das meninas e isso requer muita dedicação e tempo e me preocupa bastante, porque quero que elas deslanchem na vida e tenham uma profissão. Nesse ponto eu me cobro de mais porque estou orientando-as por um caminho e não quero que elas

tomem outro diferente do que eu pensei, porque se isso acontecer eu me sentirei culpada. Então eu me preocupo e ponto final! Por isso, tenho cabelos brancos! E não quero pintar meus cabelos, porque a gente deve aceitar que está envelhecendo e cada fio branco significa experiência e vivência, como minha vó dizia: ‘respeitem meus cabelos brancos!’, porque significa sabedoria. Em segundo lugar, me preocupo porque, apesar de trabalhar na escola como assistente de direção, recebo um salário mínimo e tento complementar a minha renda com o que cato na Maré, então as meninas já sabem que eu compro o grosso de comida e o resto a gente vai levando. (NEGA, 2017)

O companheiro de Nega, Elivandro Paraguaçu, não morava mais com ela, conforme ela acrescentou. Ela continuou relatando que ao ajudar as filhas com as tarefas da escola sentiu a necessidade de voltar a estudar para melhor auxiliá-las. Por esse motivo, em 2015, ingressou no curso de Pedagogia, em uma faculdade particular.

A volta aos estudos trouxe novas preocupações para ela devido às cobranças e prazos vividos no contexto acadêmico, mas ela estava feliz por ampliar seus conhecimentos e melhor auxiliar suas filhas nos estudos e por saber que terá muito em breve um diploma nas mãos para que suas filhas possam se orgulhar mais ainda dela. Além de Nega, Tica também está na mesma faculdade, são as duas únicas moradoras cursando faculdade.

Em seguida, Nega pediu para eu colher coentro e pimenta no quintal a fim de colocar na moqueca de vermelho. Fiz isso e logo ela me ofereceu um pouco do doce de tamarindo e do suco para eu provar. Naquele momento eu queria ser talvez magra como ela o era, então tomei suco e provei o doce, muito saborosos.

Havia muita fartura de comidas e bebidas, todos que chegaram comeram e beberam livremente. Diante disso, pensei que seria justo que eu contribuísse com algum valor porque estava fazendo refeições com eles e fui até Nega e perguntei se eu poderia contribuir com algum valor para ajudar nos custos das refeições, ao que ela contestou: “Não precisa, aqui a gente não cobra nada, dividimos o que comemos porque a natureza nos dá em dobro, você já é de casa e já contribuiu com o trabalho nos preparos dos peixes”.

Essa decisão de Nega reforça o valor simbólico do trabalho coletivo, sem fins lucrativos, e o modo como as mulheres organizam e dividem as tarefas criando redes de relações colaborativas características desse grupo, fazendo-me refletir sobre as reflexões de Landes (1967) sobre a posição social da mulher como provedora e organizadora da dinâmica familiar no âmbito das famílias negras de Salvador.

Na parte da tarde, aconteceu um Bingo: cada participante havia comprado suas cartelas para apostar na sorte. Fomos todos para o centro da comunidade para acompanhar o jogo. Coquinho armou as caixas de som com microfone para que os sorteios fossem feitos.

Foi muito divertido e engraçado a ponto de me deixar bem atrapalhada com a rapidez do sorteio, pois eu quase não conseguia acompanhar os números sorteados. Precisei, então, da ajuda dos moradores para marcar a minha cartela, uma vez que nunca havia participado desse jogo. Os vencedores foram contemplados com caixas de bebidas.

Depois do Bingo, fui até a beira do mar onde encontrei sentada debaixo de uma mangueira D. Zenilda. Procurei me sentar ao lado dela e ficamos ali observando as conversas nas bodegas. De repente, apareceu um homem de baixa estatura, franzino e embriagado, convidando a todos os que estavam sentados para travar uma luta de braço. Esse homem piscava o chão parecendo um galo de briga e ninguém dava importância para ele.

Entretanto, em certo momento, ele lançou um soco no ar que pegou de raspão em um dos homens que estavam sentados. O homem que recebeu o soco era alto e musculoso e se levantou, carregou o agressor nas costas até o mar, onde o jogou, dizendo que era para o bêbado se curar da cachaça. As pessoas que estavam presentes assistindo a cena dos homens brigões pareciam tensas, mas acabaram caindo na gargalhada, e eu estava tensa, mas ri com eles. Foi então que percebi que aquela cena da briga longe de os aterrorizar, acabara por nos proporcionar uma descontração, isso porque conheciam o fanfarrão e, certamente, sabiam que os arroubos seriam devidamente contidos coletivamente.

Nesse dia de festa, pude observar certas manifestações culturais da coletividade, fazendo emergir alguns valores tradicionais como a partilha de alimentos, a valorização da atividade laboral como elemento lúdico, a relação com o mar, o viver coletivo entrelaçados aos processos atuais de identificação deles. Assim, compreendi que por meio dessas atividades são fortalecidos laços entre os membros da comunidade. A socialização e integração no plano lúdico evidenciam uma comunidade que gosta de trabalhar coletivamente e alimenta o sentimento de pertença para os momentos em que enfrentam desafios e lutas políticas que envolvem a comunidade. As mulheres participam das atividades sociais organizando a dinâmica dos eventos e estabelecendo certas regras de convivência para o bem comum.

Tendo terminado o episódio emblemático do homem embriagado, depois de ouvir acerca dos familiares de Nega, comecei a pensar em criar uma árvore genealógica da sua família, pois percebia que isso poderia me levar a entender de qual forma todos ali seriam parentes.

Eu estava certa de que usando uma árvore genealógica poderia conhecer melhor como funcionava as relações familiares dos nativos. Logo, resolvi construir a árvore a partir das informações dela, até onde fosse sua lembrança.

Eu já sabia que a maioria das relações de casamento estáveis não eram formalizadas pelo casamento tradicional, quer na igreja quer no cartório, mas a partir do tempo que os casais conviviam. Na verdade, morar juntos é o modelo de união na comunidade de Porto dos Cavalos, bem como em toda a Ilha de Maré. Por isso mesmo notei que entre eles existe mesmo a preferência por chamar de companheiro ou companheira a pessoa com quem convive ao invés de esposo ou esposa.

Quando, por várias vezes usei o termo esposo para me referir ao marido, fui advertida: Nega, por exemplo, me corrigiu e disse preferir a palavra companheiro, pois, segundo ela, “companheiro fica melhor, porque assim nós estamos juntos hoje, mas não podemos ter a certeza do amanhã, pois o amanhã é incerto e a gente não sabe”.

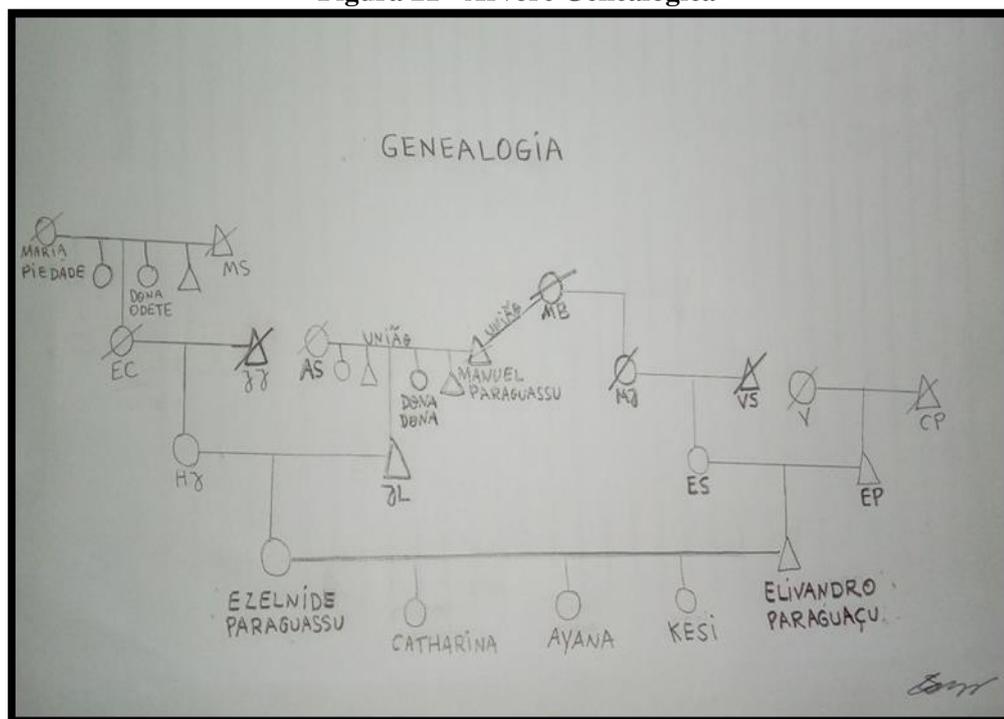
Do relato de Nega entendi que existem entre eles uma sabedoria local entrelaçada ao viver o aqui e agora, com pouca perspectiva de futuro nos relacionamentos, o que me fez lembrar do diálogo entre Landes e Édson acerca do significado socialmente e historicamente construído do casamento para homens e mulheres negras, já mencionado no capítulo anterior. Os nativos entendem o significado da palavra esposo ou esposa como semanticamente estável e que tal estabilidade pode não existir nas palavras companheiro ou companheira.

Notei ainda que, no caso dessa família, tanto homens quanto mulheres têm filhos de uniões diferentes, ampliando, portanto, o leque de parentesco entre eles, conforme observei na genealogia que apresento: Nega é prima de seu companheiro Elivandro Paraguaçu, porque o avô materno dela, Manoel Paraguaçu estabeleceu união com Alexandrina Santana (AS), sua avó materna e com Maria Benedita (MB), bisavó materna de Elivandro Paraguaçu. Além disso, Nega é também sobrinha de D. Dona, bisneta de D. Piedade e sobrinha de D. Odete.

Do ponto de vista analítico, existe uma rede de parentesco extensa que parece envolver toda a comunidade, mas só um estudo genealógico detalhado permitiria afirmar com segurança. De qualquer sorte, parece que a maioria dos casamentos é endogâmico, o que estabelece laços em todas as direções. Em suma, todo mundo é parente em Porto dos Cavalos.

Desses entendimentos levantados, resultantes da minha longa conversa com pessoas e, especialmente com Nega, tentei esboçar uma primeira transcrição da possível árvore genealógica construída até onde os dados da minha interlocutora assim me possibilitavam.

Figura 21 - Árvore Genealógica



Fonte: Arquivo Pessoal, 08/04/2017¹¹

Legenda de abreviaturas dos nomes

HJ - Hilda de Jesus

JL - José Lázaro

EC - Edite Conceição

JJ - José de Jesus

AS - Alexandrina Santana

MS - Manoel da Silva

EP - Evandro Paraguaçu

ES - Elza dos Santos

MJ - Maria José

MB - Maria Benedita

VS - Valfredo dos Santos

CP - Cândido Paraguaçu

V - Valmira

¹¹ O sobrenome Paraguaçu tem duas grafias diferentes nos registros de nascimentos entre as famílias, ora com "ss" ora com "ç". Por isso, os sobrenomes de Ezelnide e Manuel que aparecem na genealogia foram grafados com "ss".

3.3. MULHERES MARISQUEIRAS: UMA TRADIÇÃO DAS ÁGUAS

Sem Medo de Ser Mulher

Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer/ Participando sem medo de ser Mulher. (Bis)
 Por que a luta não é só dos companheiros/ participando sem medo de ser mulher/ Pisando firme sem medir nenhum segredo/ Participando sem medo de ser mulher. Pois sem mulher a luta vai pela metade/ Participando sem medo de ser mulher/ Fortalecendo os movimentos populares/ Participando sem medo de ser mulher. Na aliança operária camponesa/ Participando sem medo de ser mulher/ Pois a vitória vai ser nossa com certeza/ Participando sem medo de ser mulher¹²

(Canção de Zé Pinto)

O território quilombola de Porto dos Cavalos envolve terra e água, visto que se trata de um território onde boa parte das famílias depende da pesca e da mariscagem para se manter. Por isso, durante a minha itinerância etnográfica, muitas mulheres e homens me falaram sobre essa melodia retirada do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) que seria uma síntese ou retrato das mulheres, porque são elas quem estão à frente da organização e dinâmica na comunidade.

As mulheres protagonistas na luta pelo território participam das reuniões comunitárias onde são deliberadas todas as ações referentes à Ilha de Maré em sua totalidade. Ora, sabemos que a mariscagem e a pesca são o centro da economia e do sustento das famílias da comunidade. Então elas passam para seus filhos todas as técnicas necessárias à mariscagem.

A atividade de mariscagem é muito antiga nestas comunidades e é exercida essencialmente por mulheres, mas não exclusivamente, visto que o modelo de vida social partilhado na comunidade não impede homens de realizar esse trabalho.

Para demarcar bem esse trabalho artesanal farei uma breve descrição, partindo do que observei quando acompanhei as mulheres nas marés. Ocorre que a mariscagem é realizada quando a maré vaza. Quando isso acontece, os mangues se alargam, ficando bastante visíveis. As mulheres entram literalmente na lama para garimpar manualmente os mariscos e permanecem agachadas durante horas até capturar o máximo possível de frutos do mar.

¹² Cântico retirado do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Pelo que observei, as marisqueiras desenvolveram uma sensibilidade impressionante para intuir onde estão os mariscos debaixo da lama, de maneira que é quase certo puxar um caranguejo, dentre outros, onde elas colocam a mão.

Dito isso, na segunda semana do mês de agosto de 2017, em uma quinta-feira, o tempo estava nublado e ventava muito, mas não choveu. Precisei ir à Ilha de Maré usando outro caminho, fazendo um arroteio por causa do vento forte sobre as embarcações impossibilitadas de navegar, visto que quando o vento atinge uma velocidade média superior a 5 km/h a Marinha do Brasil suspende a travessia em direção às Ilhas.

Então, fui até a Rodoviária de Salvador e às 9 horas embarquei em um ônibus da Viação Jauá com destino à cidade de Candeias, cerca de 45 km de Salvador. Essa viagem durou 50 minutos. Em seguida, embarquei em um micro-ônibus rumo ao Distrito de Passé, no município de Candeias, percurso que durou cerca de 30 minutos. Chegando lá, saltei no Bairro da Roça Grande e peguei uma moto-taxi para percorrer o resto do caminho em estrada de barro, com duração de 10 minutos.

Finalmente, cheguei até a ponte de onde saem os barcos rumo à Ilha de Maré, numa viagem que durou apenas 5 minutos. É importante dizer que não existe transporte público para Porto dos Cavalos. O acesso pode ser feito pelo caminho alternativo via Candeias ou pela Base Naval de Paripe, em embarcações particulares pertencentes aos moradores.

Todavia, se o tempo estiver ruim não viajo, pois, como já disse, não podem estar os ventos acima do estabelecido pela Marinha. Quando fui por Paripe, precisei contratar um barco que me levou até lá, voltando ao final da tarde. Essa viagem dura 50 minutos para ir e 50 minutos para voltar, demora menos, já que por Candeias a viagem dura cerca de 2 horas a depender do trânsito na BR 324, mas a maioria das minhas idas foram mesmo por Passé, de carro de passeio, porque nem sempre havia embarcação por se tratar de uma área de difícil acesso, e o custo via Passé é menor mesmo fazendo uso de 5 transportes ou gastando combustível.

Uma vez na Ilha, a meta nesse dia seria acompanhar as mulheres durante o trabalho de mariscagem. No entanto, uma vez que a viagem foi demorada, quando cheguei lá por volta das 11 horas e vinte minutos, elas já haviam saído para mariscagem. Isso já estava previsto, já que é a maré quem determina o dia e o horário do trabalho das mulheres na Ilha, ou seja, elas não têm patrão porque são donas dos materiais artesanais confeccionados e utilizados tanto na pesca quanto na mariscagem, bem como também são elas que recolhem os pescados e os

colocam para a venda. Assim, elas são provedoras dos meios e modos de produção de suas atividades laborativas.

Depois do cenário da mariscagem, fui até a praça para esperar pelo retorno das mulheres, ao fim da pesca da maré. Chegando lá, encontrei algumas pessoas, e as funcionárias da escola Nega e Tica. Tica me relatou que a escola havia preparado uma homenagem para o Dia dos Pais, mas a maioria dos pais e filhos não foram ao evento.

Todas elas estavam se perguntando o motivo da ausência de pais e filhos. Para uma moradora, a resposta seria porque muitas mães não vivem com os pais de seus filhos; para outra, não teriam avisado aos pais sobre o evento da escola ou que não teriam deixado as crianças irem para não passar vergonha; para um morador, o motivo seria a quinta-feira, quando muitos pais estavam trabalhando.

Depois dessa observação, perguntei a Tica se poderia me acompanhar até a casa de uma das marisqueiras para esperarmos a volta das mulheres da maré. No caminho, Ela me apresentou a sua versão para o “fracasso” da festa dos Pais na escola. Para ela, o motivo era um só: a maré estava grande, isso significava que teriam muitos mariscos. Além disso, ela relatou que avisou a escola, em reunião, que haveria maré grande nesse dia e cogitou a possibilidade de outra data, coisa que não aconteceu. Então, conclusão óbvia: as mulheres foram mariscar acompanhadas de suas crianças. Logo, os pais ligados no assunto da maré não foram à homenagem preparada pela escola porque sabiam que as crianças estariam na maré grande. Segundo Elane, os moradores sabem, apenas olhando o mar, quando a maré é grande e boa para a mariscagem. Foi o que aconteceu naquele dia. Isto denota a desconexão entre a escolar e os saberes locais. A insistência em manter uma data mesmo que inviável do ponto de vista nativo evidencia certa prepotência e desprezo ao conhecimento local que se mostrou mais assertivo. Tal situação demonstra a necessidade de refletir sobre o necessário diálogo intercultural que envolve não só o respeito aos saberes locais como o sentido das relações de poder na escola.

Quando chegamos à casa de Elane, havia uma pequena varanda com mesa e cadeiras na porta da casa. Ela puxou a cadeira, sentou-se e apontou para outra cadeira onde me sentei também.

A moradora começou a me explicar os dois tipos diferentes de maré: a maré grande, que acontece quando o mar seca muito e, por isso, é considerada a melhor entre as marisqueiras porque dá todos os tipos de mariscos, tais como: siri, peguari, rala coco, tapu cavalo e tapu preto, salpiro, sururu, ostra, caranguejo, aratu entre outros; e a maré pequena, na

qual o mar não seca o suficiente para mariscagem e, por isso, não há tantas variedades de mariscos.

Enquanto conversávamos, avistamos as mareenses, isto é, as marisqueiras chegando da maré. Ouvi a palavra “mareense” uma vez quando estava dentro do barco rumo à comunidade. Um pescador utilizou essa palavra para se referir aos quilombolas nascidos na Ilha de Maré. As mareenses vieram do mar em uma canoa, carregando baldes nas mãos e bacias nas cabeças cheias de mariscos. Vimos ali D. Zenilda e sua filha Eliete e outras mulheres e crianças. Elas notaram a minha presença e vieram me abraçar, desconsertadamente porque, conforme disse Zenilda, elas estavam sujas da lama da maré.

Relatei para elas os contratempos da minha viagem, atrasando a minha chegada à Ilha, impossibilitando, portanto, o meu enorme desejo por acompanhá-las na mariscagem. Eliete me tranquilizou ao dizer que poderia acompanhá-las em outros dias, porque, segundo ela, “sempre haverá maré para mariscagem”.

Quando elas chegam da maré o trabalho continua, pois vão direto para suas casas para separar os mariscos e colocá-los para ferver em uma panela grande de alumínio, no fogo feito de carvão, improvisado com blocos de cerâmica, formando um quadrado com o carvão dentro e, em seguida, deixando-os esfriar para, então, fazer a armazenagem em sacos que seriam estocados em um congelador até o momento de partirem para vendê-los.

Esse cenário me proporcionou algumas reflexões acerca da importância e do significado da maré para a vida das mulheres a partir do relato de D. Zenilda, que me disse que na maré ela se sentia tranquila e segura e que os seus nove filhos foram criados através da renda adquirida com a venda dos mariscos, jamais tendo passado necessidade, porque “a maré nunca havia deixado faltar o pão na mesa”. Ela acrescentou ainda que as crianças gostam da maré e aprendem com ela a respeitar a natureza e a tradição dos mais velhos.

Sem conhecer a família de Dona Zenilda, perguntei para ela sobre a participação do pai dos filhos dela no sustento da família. Ela, então, me respondeu: “Mora ali nessa casa em frente à minha. É Manuel do bar. Cada um resolveu tomar o seu rumo”.

Dona Zenilda continuou narrando que Manuel ajudou no que pôde na criação dos filhos, que ele é pescador, mas que agora, na velhice, resolveu montar um bar para não ficar parado no tempo. Desse contexto, então, observo que a participação das mulheres no sustento das famílias se evidencia diariamente, todas as vezes que vão e voltam da maré com baldes e bacias contendo frutos do mar.

Quando vi os mariscos nos baldes e bacias fiquei alegre e demostrei isso para elas. Eliete observou que antigamente havia muito mais mariscos nas marés e que as mulheres já deixavam as panelas com água no fogo antes de sair para maré, pois não demoravam, já voltavam com os baldes cheios de mariscos. Ela continuou dizendo que hoje em dia, por causa da poluição causada pelo porto industrial, as mulheres demoram em média 6 horas para voltar com os mariscos que já não são tantos como antes.

Em outros relatos ouvidos em torno da maré, verifiquei que existem os processos de sociabilidade das crianças expressos na educação familiar de tradição e respeito às gerações mais antigas, na preocupação e preservação do meio ambiente que eles vivem. A maré, assim, faz parte da construção social e histórica da vida de todos os moradores, pois, desde a infância, meninas e meninos são inseridos nos processos de pesca quando são levados pelas mulheres para acompanhar e aprender brincando a pescar e a mariscar.

Bem cedo, as crianças são orientadas pelas mães marisqueiras a respeitar o que determina a natureza. Elas aprendem que os berçários e as coroas nos mangues devem ser preservados para que nunca falem os mariscos e peixes que sustentam a vida na comunidade. Vale destacar que essa tradição de mariscagem é passada para as crianças de forma lúdica, pois, observei e verifiquei que as mulheres levam as crianças para a maré por não ter com quem deixá-las, no horário oposto as aulas escolares, e as crianças ficam ali brincando, por isso aprendem na brincadeira e não como forma de trabalho infantil.

É interessante observar que na Ilha de Maré o respeito pela natureza, enquanto uma tradição sagrada para o povo do quilombo, não é uma novidade trazida pelo progresso, mas sim uma prática vivenciada e preservada de geração em geração, porque esse grupo étnico sabe que o respeito aos mangues garante a sobrevivência da comunidade.

Nesse cenário descrito, compreendi que a atividade laborativa de mariscagem representa também a emancipação das mulheres. A mariscagem é uma prática social não lucrativa na qual o motivo que as levam ao exercício dessa atividade é a manutenção das famílias e os sentimentos das minhas interlocutoras, em linhas gerais, são de satisfação, alegria e completude como mulher, protagonistas das suas próprias histórias, pois elas, mesmo sem maridos, conseguem sustentar a si e a seus filhos.

A mariscagem pode ser entendida como símbolo da participação das mulheres na construção do sentimento de pertença grupal, entre outros fatores destaco o fato de que elas não vão sozinhas para maré, mas sim organizadas em grupos, o que fortalece o pensamento coletivo e promove a socialização entre elas.

Nesse contexto, a desestruturação social imposta a essa etnia pelo sistema vigente no Brasil, a exemplo dessa comunidade tradicional, geralmente resulta que boa parte dos homens desse grupo étnico acaba sucumbindo ao experimentar em si mesmo o dismantelamento do seu grupo. Por vezes, isso se pode observar nos acontecimentos e circunstâncias vivenciadas por ele no contexto familiar, mesmo ao lado de sua companheira. Entretanto, a mulher negra se constrói e se refaz, demonstrando de forma resiliente e resistente a expressividade de sua existência, tornando a sua presença em si mesma importante na participação da construção do sentido de identidade étnica. Ela agrega a seu entorno seus descendentes, construindo o conceito de pertencimento étnico quando ensina às crianças, entre outras coisas, a atividade de mariscagem, a importância da formação do quilombo e a luta pelo reconhecimento territorial.

Além disso, os relatos trazidos por minhas interlocutoras e seus pares trouxeram-me a compreensão de que as mulheres não só ensinam o que sabem para as novas gerações como também educam seus filhos para autonomia, e isso fortalece a identidade étnica local porque permite a escolha de suas identificações pessoais e reflete na autoidentificação do grupo, revelada na transformação do quilombo contemporâneo. A participação das mulheres na formação da identidade étnica faz-nos associar as análises apresentadas por Arruti (2006) e nos permite compreender que o termo “ser mulher quilombola” vai além do que semanticamente poderia explicar, visto que tal termo observado no campo dessa investigação significa uma construção social e histórica que produz significado próprio e torna-se significativo para elas, revelado no protagonismo das suas ações, as quais validam a formação da identidade étnica.

3.4 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Desde que me fiz presente na Comunidade Porto dos Cavalos notei a presença e a participação das mulheres em ações sociais e políticas. Pude, ao longo do trabalho de campo, observar essa comunidade e conversar com alguns dos seus moradores, percorrendo cada parte da localidade e observando a vida cotidiana do grupo, constatando as contribuições das mulheres para a formação da identidade étnica. Então, depois de dois anos na comunidade, entrevistei a líder comunitária. Isso foi intencional, pois gostaria de observar primeiro o conjunto comunitário, os diversos aspectos sociais, culturais e psicológicos da comunidade, buscando uma perspectiva da totalidade, conforme recomendava Malinowski (1978), que

indicasse a participação das mulheres na formação da identidade étnica grupal e nos processos educativos.

Embora muitas vezes tivesse observado a comunidade e conversado com a líder, como aparece ao longo do texto, utilizei essa estratégia como cuidado preventivo para não comprometer a transparência e veracidade dos fatos relatados para que o discurso dela não me sugerisse ou me direcionasse para algum tipo de conclusão antecipada.

Essa decisão de observar a líder foi fundamental, porque, desta forma, eu pude verificar com mais atenção o seu perfil de pessoa idealista, determinada e sempre pronta para lutar pelo que acredita e defende: os valores e os direitos da comunidade.

Na verdade, cada passo e momento observado se mostrava revelador do compromisso de Eliete, representando a comunidade na luta pelos seus direitos e contra tudo que estivesse ou que pudesse vir a prejudicar ou ameaçar a vida das pessoas e dos seres vivos dentro do ecossistema da Ilha Maré.

Além disso, observei também que existe uma líder para cada localidade da Ilha de Maré e que Eliete se apresenta como aquela que reúne os elementos mais representativos de liderança em toda a Ilha, uma vez que ela se tornou a líder escolhida democraticamente para representar também o Conselho Quilombola da Ilha.

Quando eu fui pela primeira vez à casa de Eliete Paraguaçu soube que ela era a filha caçula dos 10 filhos de Dona Zenilda. Quando lá cheguei, ela usava um lindo turbante estampado com folhas amarronzadas na cabeça e trajava um vestido amarelo. Com muita reverência eu fui recebida por Eliete, que me acomodou em sua sala para conversarmos. Nessa conversa, falamos sobre a correria da luta diária, mas logo ela me fez sentar na cozinha, me pedindo para continuarmos a conversa lá, pois que ela precisava, enquanto durasse a nossa conversa, preparar o almoço dos seus dois filhos adolescentes com os quais ela morava atualmente. A cozinha era pequena, cerca de 2m², e estava integrada à sala, dividida apenas por um balcão, o que me fez lembrar o modelo de cozinha americana que também é igual ao da minha casa.

Durante nossa conversa, perguntei para Eliete como era a vida de marisqueira. A mareense respondeu que desde o instante que se entendeu como gente, ela pesca e marisca porque a mãe dela, quando ia para maré, a levava e foi com a mãe que ela aprendeu desde cedo a respeitar a maré e os mangues, o que ela passava para seus dois filhos, para que eles também tivessem o respeito pelas coroas do mar e pelos berçários nos mangues.

Ao se referir ao lugar da mariscagem, Eliete me explicou que existe uma flor no mangue que as marisqueiras costumam denominar de cachimbo porque, segundo a tradição, essa flor deve cair em pé para que nasça o mangue, por isso ela ensinou para seus filhos que não se pode mexer nessa flor nem arrancá-la, porque é preciso respeitar o ciclo da natureza e deixá-la cair sozinha para a preservação dos mangues.

Desse relato observei motivos e sentimentos em minha interlocutora que a leva cuidar e preservar o local onde trabalha. Eliete sabe que a sua atividade laborativa depende da forma de uso adequado para não comprometer as gerações futuras, por isso com o mesmo sentido ela ensina para seus filhos o que aprendeu com a experiência sobre sustentabilidade a longo prazo.

Em relação ao mar, Eliete declarou que se sentia afeição e entusiasmada pelo seu trabalho. Quando falou disso, seu semblante estava sereno e demonstrava felicidade, pois seus olhos pareciam brilhar, transparecendo sentimentos puros. Para mim, foi marcante esse contato com ela porque estava acostumada a vê-la na luta diária, travando debates em busca do respeito e dos direitos da comunidade quando ela participava de reuniões com representantes do Porto Industrial de Aratu para reivindicar a despoluição e preservação do meio ambiente e outras reuniões com representantes da prefeitura municipal de Salvador, que administra a Ilha de Maré, para trazer direitos e benefícios básicos, como saúde, educação, saneamento básico, transporte, entre outros. Tive acesso a alguns vídeos dessas reuniões e, nesses eventos, o semblante dela sempre estava tenso e preocupado.

Eliete não se vê realizando outra função diferente da mariscagem, além, é claro, de ter orgulho em dizer que não tem patrão e que o dinheiro que ganha com a venda dos mariscos é suficiente para sustentar sua família e pagar suas contas de água, energia elétrica e do wi-fi, além de vestimentas e alimentação para a sua família. Observo que o acesso à rede wi-fi reforça a noção de quilombos contemporâneos cada vez mais integrado com o desenvolvimento tecnológico global na Ilha.

Na sequência da conversa, toquei no assunto do evento que aconteceu no dia 17 de março na comunidade, por causa do Fórum Social Mundial 2018, realizado em Salvador, a presença do ilustre sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, na comunidade de Porto dos Cavalos, uma vez que eu tinha também participado do Fórum.

O Fórum Social Mundial (FSM) foi criado em 2001, em Porto Alegre e, em 2018, teve como tema central “Povos, Territórios e Movimentos em Resistência”, e o slogan “Resistir é criar, resistir é transformar”.

Eliete relatou-me que participou do FSM juntamente com outras líderes da Ilha e que elas solicitaram a presença do professor na Ilha para que ele pudesse entender melhor as pautas da comunidade. Tal evento acadêmico e social foi um momento histórico e de bastante alegria para a Ilha, pois Boaventura conversou com pessoas das comunidades e Eliete explicou sobre a história local, suas lutas e sofrimentos para solucionar as questões de territorialização e da defesa da preservação do meio ambiente de onde eles retiram o seu sustento, mas que está sendo prejudicado, principalmente destruído pelas indústrias instaladas no entorno da Ilha de Maré.

Retomando a discussão ambiental e o artigo do professor Boaventura Santos, publicado no dia 16 de abril, intitulado “Dar a Ilha da Maré um outro mundo possível”, escreveu-se sobre a poluição local causada pelo imperativo industrial que prejudica os moradores e faz alusão à luta das mulheres pela vida nos quilombos da Ilha de Maré, reconhecendo que os moradores das comunidades de Maré “podem estar na linha de frente de uma nova concepção da natureza e dos direitos humanos que está a emergir em diferentes partes do mundo” (SANTOS, 2018, p. 1).

Ainda segundo o professor, “a sua luta pela vida digna e uma relação harmoniosa com a natureza é uma luta por todos nós, pela sobrevivência do planeta” (SANTOS, 2018, p 1). Nesse artigo, Santos cogita a hipótese de tornar a Ilha Maré um sujeito de direitos já que pode ser considerada uma entidade viva.

Considerando o artigo 71 da Constituição do Equador, Boaventura se fundamenta na filosofia e concepção da natureza dada pelos povos indígenas que estabelecem "a natureza, ou Pacha Mama, onde se cria e realiza a vida, tem direito a que lhe seja integralmente respeitada a existência, a manutenção e regeneração dos seus ciclos vitais, bem como a sua estrutura, funções e processos evolutivos” (SANTOS, 2018, p 1).

Essa ideia trouxe esperança para todos na Ilha de Maré, posto que os moradores empreendem uma luta pela manutenção da vida na ilha e contra a destruição ambiental, especialmente nesse contexto específico dos quilombolas.

Figura 22 - Sociólogo português participando da Tóxico Tour por Ilha de Maré



Fonte: Conselho Pastoral dos Pescadores, 23/04/2018.¹³

Prosseguindo na conversa com Eliete, perguntei-lhe por que ela se tornou líder na comunidade, ao que ela me respondeu: “Foi na coragem e na raça de ver a necessidade de ter alguém para falar por meu povo (...). Quando surgia um problema com os grandes empresários de fora, por causa do empreendimento industrial do Porto de Aratu, quem o povo chamava? Eliete para resolver o “pepino”.

Eliete explicou ainda que as líderes das comunidades são escolhidas por moradores de cada localidade para se reunirem no Conselho Quilombola e deliberar tudo que acontece referente às suas comunidades, são 8 líderes na Ilha. Segundo ela, as mulheres coordenam os processos decisórios, as mobilizações referentes às lutas do movimento quilombola, inclusive, estão na linha de frente da Campanha do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais pela regularização do território pesqueiro da Ilha de Maré.

Sabe-se que foi a partir da luta e mobilização das líderes comunitárias que se fez da Bahia um dos primeiros Estados do Brasil a pagar o benefício do Seguro Defeso. Esse benefício é pago aos pescadores e marisqueiras cadastrados pelo governo federal através do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) enquanto eles ficam proibidos de pescar durante o período de reprodução de alguns peixes.

Eliete me relatou também que foi graças às lutas das mulheres marisqueiras que conseguiram o benefício por doenças ocupacionais devido ao trabalho das marisqueiras que

¹³ Foto de Boaventura Santos, 2018.

passam horas agachadas, tarefa que lhes ocasionam danos à saúde, especialmente nas articulações e coluna vertebral: “é a luta para continuar viva que nos coloca de pé todos os dias”.

A partir dessa conversa com minha interlocutora compreendi os motivos e sentimentos do seu engajamento e de tantas outras mulheres que as destacam na participação da formação da identidade étnica formada e transformada com o passar dos tempos.

Figura 23 - Eliete Paraguaçu



Fonte: Arquivo Pessoal, 28/04/2018

Por meio da articulação dessas líderes comunitárias, formou-se também a Campanha do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais com objetivo de regularizar a atividade da pesca artesanal. O engajamento dos nativos no movimento tem destacado a Ilha de Maré na luta pela preservação do meio ambiente. São muitos os momentos nos quais o movimento tem se reunido com vereadores de Salvador e representantes das indústrias para cobrar fiscalização dos órgãos públicos sobre o Porto de Aratu, sem sucesso.

Nesses momentos, Eliete relatou que se sente indefesa porque trata-se de um pequeno grupo de mulheres lutando contra os grandes empresários, contudo ela insiste em reafirmar que “apesar disso, a mobilização acontece quando tem de acontecer”.

A líder contou, ainda, que diversas vezes elas organizaram manifestações que resultaram no fechamento da entrada do Porto de Aratu e da BR 324, reivindicando por melhorias na comunidade e a não poluição das águas e do ar provocadas pelas indústrias.

Diante disso, por tudo que vi e ouvi foi possível compreender, ao longo do percurso etnográfico, que a presença de Eliete na comunidade é a síntese do empoderamento das mulheres negras dessa comunidade e representa a nova geração que dá continuidade às lutas pelas especificidades étnicas iniciadas pelos seus antecessores, transformada pelas novas identificações pessoais e coletivas, conforme aponta Hall (2005). Traduzidas, inicialmente, na garantia e manutenção territorial e, na sequência, na busca e valorização dos saberes locais alinhada com a educação, formal e não formal, transmitida dentro do espaço comunitário, que fortalece a identidade étnica.

Por todas as questões de luta que envolvem o quilombo e as mulheres, em especial, muitos moradores sentem-se representados pelo Hino da Campanha do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais pelo território pesqueiro. Esse hino tem uma letra forte que me permitiu entender e captar sentimentos das pessoas e, por isso mesmo, considerei importante transcrevê-lo abaixo como uma síntese dos anseios dos nativos:

1 - Chegou a hora de defender/nosso pedaço de chão a terra é nossa isso por direito / respeite nossa tradição a nossa luta é por terra e água / do litoral ao sertão lutamos juntos por igualdade / com liberdade garantir o pão
Vem companheiro /chega de indecisão / vem engrossa a fileira desfralda a bandeira da libertação vem companheira / esse é o nosso momento venha de todos os lados / e de braços dados entrar no movimento. (Refrão)
2- Vamos juntos engrandecer / nosso jeito de viver com território preservado / nosso pescado é pra valer agora resta se organizar / para impedir a degradação queremos é liberdade, justiça, garra, determinação
3- Da pesca artesanal ecoa um grito no ar por território pesqueiro / para viver e trabalhar de norte a sul ó que coisa linda / ver a classe organizada juntando homens e mulheres / seguindo a marcha em caminhada.
(Hino da campanha por território pesqueiro, ANO)¹⁴

¹⁴ Autoria coletiva: Das Neves (PE), Teba (BA), Manuel Roberto (PA), Gilmar (BA).

Figura 24 -Bandeira do movimento pesqueiro

Fonte: Google imagens Acesso 04/05/2018

Diante da visível predominância da participação das mulheres na Comunidade Porto dos Cavalos, surgiram inquietações que permearam os meus pensamentos durante todo o tempo que estive nessa comunidade: onde estariam os homens desta comunidade? Quais os motivos do destaque feminino com relação ao masculino, seja na educação dos filhos, seja no sustento das famílias, seja nas mobilizações sociopolíticas e organização geral do quilombo?

Considerando o ponto de vista analítico dos dados coletados, compreendi que o motivo que leva ao posicionamento de homens e mulheres nesse grupo é a construção do contexto histórico e social, que colaborou para essa realidade encontrada. Isso se explica pelo fato de que as mulheres estão mais à frente dos processos educativos familiares e do trabalho na ilha. Até onde se sabe, muitas vezes, os homens estão acostumados a verem suas mães e tantas outras mulheres na linha de frente da vida social e na tomada de decisão dentro da família, desde os seus antepassados até hoje. Assim, eles reproduzem na vida cotidiana o que aprenderam com suas mães e, por conseguinte, acabam constituindo as suas próprias famílias, passando adiante esse comportamento social.

Em relação às ações propriamente femininas, elas foram se politizando ouvindo as histórias do próprio quilombo e adquirindo experiência de vida que as levam ao sentimento de indignação com a quase ausência do Estado na efetivação dos seus direitos, não que os homens não se indignem. Nesse mesmo sentido, o engajamento das mulheres na Campanha pela regularização do território pesqueiro é um dos exemplos de ação feminina na defesa de sua atividade laborativa. Vale salientar que a Campanha do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais é nacional e acontece porque, apesar de os pescadores e marisqueiras pertencerem às comunidades tradicionais, não existe uma lei específica igualmente como as leis indígena e quilombolas que reconheça o direito ancestral ao território e à execução dessas atividades.

Fato é que bem cedo as mulheres acordam e vão à luta: cuidam da prole, deixam as crianças na escola ou as levam consigo para a mariscagem, acompanham de perto os andamentos na escola e na comunidade e quando algo não está funcionando, reivindicam junto às autoridades, inclusive atravessando o mar para levar os reclames da comunidade para os responsáveis da Prefeitura de Salvador.

Na época da formação do conselho quilombola, por exemplo, houve participação de muitos homens e mulheres, mas na hora de escolher alguém para representar o grupo de todas as comunidades da Ilha os homens indicaram as mulheres porque preferiam não se comprometer, conforme relato dos moradores. Disso resulta que todo quilombo da Ilha de Maré é liderado por mulheres.

Em linhas gerais, os homens dessa comunidade pensam que as mulheres são melhores representantes em muitos aspectos da vida social. Não se trata de ausência masculina, já que eles ajudam e também participam da vida cotidiana e dos saberes locais, mas são as mulheres as mentoras das ações, competência, inclusive reconhecida por eles.

3.5 MULHERES QUILOMBOLAS E SABERES LOCAIS

Durante a minha presença na comunidade, realizei algumas entrevistas, deixando o meu diário de campo em casa para não intimidar as pessoas e, especialmente, para deixá-las mais à vontade para falarem comigo. Essa estratégia mostrou-se acertada, porque notei que elas demonstraram certa tranquilidade ao conversarem comigo.

Essas entrevistas foram feitas com homens, mulheres e jovens com a utilização de um roteiro que eu memorizei, pois, como disse anteriormente, o objetivo das entrevistas era entender sobre a vida e as expectativas dos moradores da comunidade, especialmente sobre os afazeres das mulheres a fim de responder às questões suscitadas pela minha pesquisa, procurando entender a participação dessas na vida social da comunidade, bem como os processos de subjetivação que pudessem revelar as contribuições femininas para a formação da identidade étnica.

Como estava bem mais próxima da comunidade e eles demonstravam que não se incomodavam com a minha presença, indaguei se alguns moradores poderiam sugerir algumas pessoas mais antigas da comunidade para eu entrevistá-las. Então, me foram apresentadas três pessoas mais velhas: Dona Dona, Dona Odete e Dona Zenilda, cujos depoimentos considerei mais relevantes por serem senhoras mais antigas, tidas,

coletivamente, como guardiãs da memória local, o que poderia representar um forte elo de identificação do grupo como os saberes culturais e étnicos que unem o passado ao presente da comunidade.

Então, em uma manhã ensolarada, encontrei mais uma vez Dona Odete, filha de Dona Piedade, marisqueira, rezadeira, 79 anos, uma senhora esbelta de altura mediana, com olhos pequenos e atentos e dona de um sorriso gracioso. Dona Odete se apresentava sempre sorridente. Além de ser uma pessoa de bom humor, é uma das moradoras mais antigas da Ilha. Ela estava saindo da venda de Dona Isabel, onde tinha ido comprar farinha. Falei para ela sobre a minha pesquisa e sobre a vontade de entrevistá-la, o que aconteceu no início do segundo ano da pesquisa, especificamente no mês de março de 2017.

Sentamo-nos, em um banco de cimento, para conversarmos na sombra de uma mangueira, visto que a temperatura estava bastante quente. Logo, ela me relatou que, além da mariscagem, aprendeu a fazer bonecas de pano, mas com o passar do tempo deixou de confeccioná-las por causa da idade avançada. Quando perguntei sobre sua identidade étnica ela se autodeclarou como descendente de escravizados e me contou a origem da formação do grupo e as lutas empreendidas para manutenção do território.

Dona Odete é conhecida como rezadeira, quando há alguém doente é chamada para fazer a reza. Ela me relatou que levava galhos de folhas nas mãos quando ia até a casa de alguém rezar pela saúde. Iniciava as orações falando bem baixinho, uma espécie de ritual com palavras mágicas, e passava as folhas pelo corpo todo da pessoa, açoitando em direção à porta que deveria está aberta para que a doença pudesse sair. Quando terminava a reza, as folhas deveriam aparecer murchas, pois isso significava a cura do corpo da pessoa, caso contrário a pessoa deveria ser rezada em outros dias novamente. Suas rezas ajudavam a quebrar mal olhado, feitiço, ventre virado (um tipo de dor abdominal) e expulsar espíritos ruins.

Dona Odete contou, ainda, que hoje em dia não realiza mais essas rezas nem participa mais dos festejos na comunidade porque se converteu a uma religião evangélica que não permite isso. Nesse ponto, percebi a presença de certa imposição da visão do etnocentrismo, dessa religião específica, embora todas as religiões sejam de alguma maneira etnocêntricas, que estreita a dimensão da vida humana ao depreciar a cultura dos outros quando impõe às pessoas da comunidade tradicional elementos religiosos, morais, verdades absolutas que contribuem para a negação de valores ou costumes de sua cultura ancestral ou a própria destruição da mesma. Observei, também, que aos domingos, nos quiosques do centro da

comunidade, são dadas aulas de catequese católica e nas igrejas evangélicas são feitos cultos dominicais.

Esses fatos revelam a forte presença das religiões evangélicas na Ilha, onde as pessoas se identificam com essas religiões, motivo, talvez, para que já não haja em Porto dos Cavalos o Terreiro de candomblé. D. Odete, por exemplo, demonstrou se sentir muito à vontade com sua nova religião e, de certa forma, indiferente a preservação da religião tradicional trazida pelos seus antepassados.

No entanto, ela gosta de contar o que aprendeu das histórias de Iemanjá para o grupo, verifiquei que todos na comunidade conhecem as histórias e crenças de D. Odete. Segundo seu relato, Iemanjá, quando estava chateada, puxava quem estivesse nas águas para o fundo do mar e, caso a pessoa sobrevivesse, não se lembraria de nada do que aconteceu. Por isso, quando as águas do mar estão agitadas, ela argumenta que estão inadequadas para navegação e para nado por respeito ao orixá.

Além disso, ela disse que sempre gostou de ensinar versos para as crianças que ouviu de seus pais na infância, como:

- 1) Lá de cima me mandaram um pirinho de cajá,
Mandando me perguntar se eu queria me casar.
 - 2) Já vem a lua saindo por dentro da bandeira
Não é lua não! É uma estrela brasileira.
- (DONA ODETE, 2017)

Figura 25 - Dona Odete



Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

Diante dos relatos de D. Odete, compreendi que, mesmo havendo uma possível conversão religiosa, isto demonstrava que a conversão não implicava em uma completa anulação das crenças anteriores, pelas quais ela mantém ainda respeito, visto que demonstrou ainda ter uma grande admiração pelo orixá Iemanjá e por manter algumas cresças de seus ascendentes.

Dessa entrevista, foi possível entender melhor a importância da presença dessa senhora para o grupo. A princípio, com a continuidade e manutenção da ideia da escola deixada por sua mãe, D. Piedade, como já foi dito anteriormente, e pelos ensinamentos de alguns costumes para as novas gerações, colaborando para a identidade do grupo.

Seguindo com as entrevistas, Dona Zenilda foi outra moradora que entrevistei. No dia da entrevista dela, fazia sol, fui até a sua casa e parei bem no meio do caminho, porque o cachorro que ela criava estava solto e veio na minha direção. Ficou me rondando como se estivesse tentando descobrir algo familiar no meu cheiro. Fiquei imóvel porque ouvi dizer que ele era traiçoeiro e atacava as pessoas quando estava solto. Mas, para o meu alívio, ele me reconheceu e não me mordeu, então prossegui até a casa dela.

Lá chegando, relatei o ocorrido e ela ficou surpresa com o fato de o cachorro ter se soltado da corrente e não ter me mordido. Eu disse para ela que foi sorte e ela retrucou dizendo que os animais conhecem os espíritos bons e ruins e que ele teria sentido algum tipo de energia boa em mim porque nunca me estranhou nem no primeiro dia que me viu lá.

Depois, sem portar gravador, apenas com o meu diário na mão, falei para ela das minhas intenções em saber mais sobre a sua história sem, no entanto, realizar anotações. Assim, nos sentamos debaixo de um pé de laranja, lado a lado com alguns pés de algodões e outras plantas tidas como remédios caseiros, tais como mastruz, cidreira, capim santo, aroeira. Além dessas plantas para chás, ela também cultivava no quintal de casa plantas para tempero dos alimentos, como tomate, pimenta, cebola, hortelã e coentro.

Dona Zenilda, 68 anos, me relatou que seus antepassados nasceram na Ilha e que teve uma infância tranquila até onde sua memória lembrava. Aprendeu com sua avó a arte de mariscar. Quando criança gostava de brincar de roda, chicotinho queimado (alguém esconde um galho de folha e os outros vão procurar), ponga (desenho de quadrados no chão onde alguém pula com um pé só, empurrando uma pedra).

Na mocidade ela gostava das conversas e das histórias de assombração e dança de samba de roda que a vizinhança fazia à noite nas portas de casa, onde ficavam reunidos até tarde da noite. Uma dessas histórias era a de Lobisomem que tinha na comunidade e que

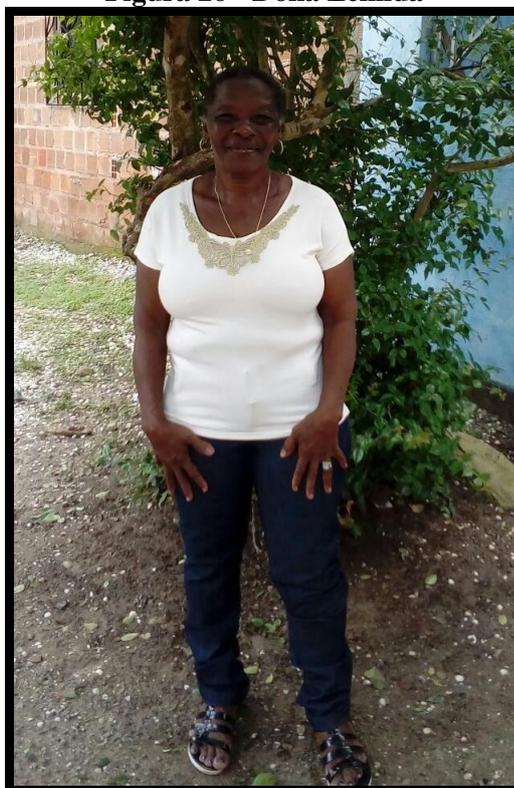
atacava na noite de lua cheia. Ela relatou que ensinou muitas dessas brincadeiras, lendas, superstições e danças para suas filhas e filhos e para seus netos e sua bisneta. Um exemplo muito usado de superstição era, parar soluço, colocar um pedacinho de fita vermelha umedecida com saliva na testa.

Quanto à ancestralidade, Dona Zenilda se autodefine como quilombola e entende que ser quilombola é “ser descendente de um povo sofrido”. Esse relato, revelou que ela tem o entendimento dos maus tratos sofridos pelo grupo ascendente.

Para Dona Zenilda, a sua família é sustentada com os frutos que ela consegue na mariscagem. Assim, nos dias de maré, ela sai às 6 horas da manhã para as coroas, calçada com botas (para não receber mordidas de caranguejos, entre outras espécies do mar), calças de algodão, camiseta, lenço prendendo bem os cabelos e, por cima da cabeça, chapéu de palha para proteger do sol.

Além disso, as marisqueiras se utilizam dessas vestimentas que funcionam como uma espécie de “uniforme”, seguindo para a maré, levando baldes, armadilhas denominadas Covo, para pescar o que elas consideram os maiores e os melhores frutos do mar e uma quantidade diversificada de peixes e mariscos.

Figura 26 - Dona Zenilda



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Dona Zenilda relatou, ainda, que no aspecto religioso ela se sente decepcionada ao ver as religiões de matrizes africanas sem uma sede própria na comunidade para seus praticantes, posto que eles precisam se deslocar para outras comunidades onde ainda existem terreiros de Candomblé. Ela continuou narrando que se sente triste porque a nova geração, na maioria das vezes, tem se identificado com as religiões evangélicas.

O relato de D. Zenilda aponta para um entendimento da manutenção de crenças e práticas ancestrais, próprias desse grupo, e que existem novas identificações de valores por parte das novas gerações, revelados no relato dela sobre as religiões, mas que não anulam elementos tradicionais mantidos por mulheres, em especial.

Outra moradora antiga da comunidade é D. Dona, marisqueira, estatura mediana, magra e muito desconfiada. Dona confecciona tapetes da palha de bananeira e vassouras de palhas de coco. O nome de batismo dela é Judite e, segundo ela, foi o pai quem a colocou esse apelido, mas não explicou o porquê. Então perguntei para alguns moradores e eles relataram que ela tinha esse apelido porque tinha vocação para mandar em todos.

Segundo me preveniram algumas interlocutoras, ela era do tipo que não gostava de muita conversa, muito desconfiada, mas eu não desisti, insisti de forma bastante comedida, é claro. Certo dia, quando a vi passando com um balde de peixe vermelho, eu corri para encontrá-la. Minha primeira tentativa de conversa foi lhe perguntar se poderia confeccionar um tapete de palha de bananeira para mim. Entretanto, eu ouvi dela uma resposta que me deixou aparentemente desconcertada: “Quem vai subir na bananeira para arrancar as palhas? Você?”

Então, eu ri muito, com essas perguntas, porque estava ansiosa e ela acabou achando graça e riu também. Ela disse que quando era jovem subia nos pés de bananeira para arrancar as palhas, mas agora com a idade ela não consegue e fica pedindo aos mais jovens, os quais não têm interesse nem boa vontade para subir e arrancar as palhas. Como ela é orgulhosa, não gostava de ficar pedindo nada para ninguém.

Em seguida, ela disse que não podia conversar porque precisava ir para a labuta, os peixes que acabara de pescar estavam esperando para serem tratados. Mesmo assim, insisti, perguntando se ela poderia mais tarde me conceder um momento de conversa. Acenando positivamente com a cabeça, ela me respondeu e eu a aguardei naquele dia.

Enquanto isso, Tica me viu sentada na calçada e veio me fazer companhia. Eu falei que estava esperando D. Dona. Ela riu e disse que achava que ela não apareceria para conversar comigo, porque era muito invocada. Mas, para surpresa de Elane e alívio meu, D.

Dona voltou, usando um vestido estampado, lenço cobrindo os cabelos e uma argola grande nas orelhas. Então, nos sentamos ao lado do batente da porta da Associação de Moradores para conversarmos.

Quando eu me apresentei como professora e pesquisadora, ela me disse que já sabia que eu estava ali para escrever um livro sobre a história delas. Demonstrando surpresa, eu lhe perguntei como isso teria chegado aos ouvidos dela que, imediatamente, me respondeu: “De boca em boca”.

Perguntei a sua idade, e ela respondeu: “Tenho muitos anos. Faz muito tempo que nasci”. Ela não revelou a idade e me aconselhou a nunca revelar a minha idade para ninguém, porque, segundo ela, existem pessoas maldosas que planejam coisas ruins se tiverem a informação da idade de alguém.

D. Dona disse que adorava o mar, a maré e todos os seus frutos, porque era uma dádiva viver perto do mar. Ela disse que gostava da maré como gostava da própria vida e que todos os dias ela vai para maré mesmo que seja só para contemplar a vista e sentir o vento e a brisa tocando o seu corpo.

Quanto à mariscagem, relatou que isso está no sangue das mulheres da Ilha de Maré e que tudo vai passando de uma pessoa para outra e dessa para os seus filhos. Nesse mesmo dia, ela compartilhou comigo que havia ganhado, recentemente, botas novas para mariscar e que por isso estava feliz. Então perguntei se ela se considerava quilombola, mas D. Dona pareceu não entender a palavra. Conforme as reflexões apontadas por Arruti (2006), o termo quilombola ainda é desconhecido para alguns moradores mais antigos ou para aqueles nativos que estão em territórios de quilombo que ainda não vivenciaram o processo de autoidentificação e não se apropriaram politicamente para luta dessas comunidades.

Reformulei a pergunta e perguntei se ela tinha parentesco com os escravizados. Ela logo respondeu que sim e, acrescentou, que não somente ela, mas todos na Ilha de Maré. Acrescentou, ainda, que a luta dos antepassados continuava com todos os nativos, porque estava no sangue dos nascidos ali, dos mais velhos aos mais jovens, lutar pela terra e por tudo que existe dentro da Ilha, isso não se limitava somente a Porto dos Cavalos, mas a todas as comunidades da Ilha Maré, relatou.

A entrevista com D. Dona reforça a existência de uma identidade étnica, na qual as mulheres participam pela realização das atividades laborativas, tomando para si mesmas a responsabilidade da manutenção e de como deve funcionar a organização comunitária. Um

exemplo disso é o significado do apelido de Dona, dado pelos moradores, porque eles reconhecem nela uma liderança implicitamente manifestada ao longo dos anos.

A exemplo de D. Zenilda, D. Dona participa ativamente de todos os festejos organizados pela coletividade e, no dia da festa do Padroeiro da comunidade, São Jorge, elas estavam lá. Separaram a melhor roupa, as melhores argolas, além de maquiagem e muita alegria traduzida em sorrisos, demonstrando satisfação.

Figura 27 - Andor de São Jorge



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

No domingo, 29 de abril de 2018, em uma manhã entre nuvens, percorri 53 km de carro para chegar às 7:45 na comunidade de Porto dos Cavalos para os festejos do Padroeiro São Jorge, organizados pelas mulheres. Apesar do dia do santo ser 23 de abril, nesse ano, a comunidade decidiu, em reunião, comemorar no final de semana por causa da missa.

Quando lá cheguei, já havia duas mulheres ornamentando o santo. Notei que havia muita devoção no cuidado delas para com a imagem. Uma delas se destacou mais porque estava muito bem maquiada, usava um longo vestido verde estampado com rosas e uma rosa no lado dos cabelos combinando com o vestido, bastante alta e cabelos longos cacheados, olhos grandes e pretos. O nome social dela é Luana porque, segundo relatou, se identifica como mulher apesar de ter nascido homem, demonstrava um zelo e devoção admirável pelos ritos dos festejos. Sobrinha de D. Zenilda e prima de Eliete e Tica, Luana se ofereceu para segurar o andor de São Jorge com três homens porque ela é alta como eles, iniciando a procissão de fé rumo à comunidade de Martelo.

Em relação a Luana, pude observar e analisar por meios das falas dos moradores que ela é aceita pelo conjunto da comunidade como se declara. Eles demonstraram isso espontaneamente quando ela se inseria em grupos de conversas e em momentos festivos, já

que não notei nenhum tipo de tratamento preconceituoso. A presença de Luana e sua autoidentificação está de acordo com as reflexões de Scott (1990) quando faz menções ao gênero não como uma determinação biológica, mas como uma construção social.

Os preparos seguiram para um quiosque improvisado, onde aconteceria a Missa. Ali, Luana forrou a mesa, preparando-a para servir como altar para celebração religiosa. Bem ao lado, duas mulheres carregavam arroz doce e mingau de mungunzá para distribuir gratuitamente para todos.

Enquanto isso, frequentei a casa de algumas pessoas e notei que todos lá estavam muito ocupados e engajados nos preparativos da festa. Por isso, aproveitei para estar com Eliete na casa dela, onde, logo na chegada, apareceu uma senhora amiga dela pedindo brincos e batom emprestado para se enfeitar para a Missa.

Depois, apareceu uma outra amiga pedindo uma sandália emprestada, porque a dela havia se quebrado no caminho. Eliete mandou que elas fossem até o quarto dela pegar o que desejavam. Ouvimos, nesse momento, os fogos de artifício que anunciavam a chegada da embarcação dos Padres e sua comitiva para realização da missa. Os padres, um brasileiro e outro estrangeiro, eram da Paróquia Nossa Senhora do “O”, localizada no bairro de Paripe, em Salvador.

Na sequência, às 11 horas, Berê, filha de Dedão, me levou à casa de Tica, que me ofereceu o almoço antes da missa, porque, segundo ela, depois da missa nós tínhamos que estar fortes para acompanhar a caminhada até a igreja de São José, na comunidade de Martelo. A comida estava muito saborosa: ela colocou no prato galinha de quintal, arroz branco e caruru. Enquanto comíamos, Dedão chegou com 2 sacos de siri catados para Tica preparar o almoço da comunidade que aconteceria na volta da procissão, mas Tica alegou que não daria tempo prepararia tira-gosto logo mais à noite, com o que Dedão concordou.

Dedão, filha de D. Zenilda, era conhecida como a “mulher do mato” pela sua bondade. Em verdade, ela gostava de entrar no mato para pegar frutas para distribuir entre os vizinhos. Quando ela saía para a colheita dos frutos, trazia caju, acerola, umbu, tamarindo, coco seco, manga e tudo que encontrava e que servisse de alimento.

Então, saímos nós três e fomos para a missa. Lá, havia pessoas de fora da comunidade, vindas do continente, de Candeias e de localidades como Praia Grande, Bananeiras, Ponta Grossa, Maracanã e Martelo. No meu diário de campo transcrevi a celebração da missa, o momento dos festejos e os comes e bebes:

(...). Os festejos em comemoração a São Jorge tiveram início às 14 horas da tarde do dia 28 com a saída da embarcação levando a imagem de São Jorge e outras embarcações de fiéis, uma tradição de décadas. Pelo mar, as pessoas foram cantando e rezando até algumas localidades como caboto (Candeias), Bananeiras, Maracanã, Mucunga (Candeias) (...) Retornaram do mar às 19 horas e fizeram um pequeno samba de roda com música em caixa de som, com bebidas e comidas em devoção ao Santo, e por ali ficaram, homens, mulheres e crianças nas portas de casa e no centro conversando e festejando o Santo até tarde da noite. Cantaram e falavam: Viva São Jorge! (Diário de Campo, 28/04/2018, p. 55).

Figura 28 - Procissão do mar



Fonte: Arquivo Pessoal, 28/04/2018

Abaixo, alguns registros do meu diário de campo relatando a procissão:

(...) A missa terminou e logo em seguida um dos padres, o brasileiro, permaneceu no mesmo lugar para celebração do batizado da bisneta de D. Dona, enquanto o outro padre estrangeiro comandou a procissão com a imagem de São Jorge junto à multidão de fiéis e a banda de música até a capela de São José, em Martelo. A pé, percorremos cerca de 1 km com duração de 20 minutos até chegarmos à capela de São José. Entramos na capela e voltamos com o santo pelo mesmo caminho. (Diário de Campo, 29/04/2018, p 56).

(...) quando chegamos da caminhada, as mulheres foram para a sede da Associação de Moradores para começar a distribuir os pratos com comidas. Cada moradora se responsabilizou por dar uma panela de algum tipo de peixe, marisco, feijão, ou farofa e bebidas. Então formou-se uma fila para pegar os pratos pela janela da associação. Eliete solicitou que entrasse na fila primeiro os visitantes e, por último, os moradores. E assim foi feito. Foi um dia maravilhoso de muita alegria e satisfação para mim pela participação e interação com as pessoas nos festejos. Foi uma experiência singular, apesar do cansaço, ao observar que eles de forma bem articulada, intensamente celebram as rezas, comem e festejam (Diário de Campo, 29/04/2018, p 56).

Retirei a seguinte citação do folheto da Liturgia da Palavra, na missa do padroeiro, porque ela retrata bem o que vi nesse dia festivo de solidariedade e socialização comunitária: “Filhinho, não amemos só com palavras e de boca, mas com ações e de verdade! Aí está o critério para saber que somos da verdade e para sossegar diante dele o nosso coração” (JO, 3, 18-19).

Observei e compreendi dos meus interlocutores que a emancipação das mulheres e sua atuação marcante na vida da comunidade foi uma construção social, forjada ao longo da história de ocupação do território pelo modo de vida, de socialização e organização do trabalho até a atualidade. Além disso, elas mantêm alguns saberes de tradições que são transmitidos dentro do espaço comunitário como Festejos dos Padroeiros, da comunidade e dos pescadores (São Pedro), com samba de roda, rezas, lendas e cantigas.

Do ponto de vista analítico, as situações de reuniões em grupo podem ser consideradas como a criação de espaços para socialização, integração do coletivo, momentos de descontração da luta diária em que a solidariedade do grupo evidencia-se. Podemos inferir que as festas dos Padroeiros da comunidade e dos Pescadores comemoradas na localidade são momentos de encontro e socialização, pois “a existência de tais festejos religiosos apresenta-se como manifestação mais facilmente notável, por seu caráter festivo e público, de redes de relações sociais e de solidariedade criadas por laços de vizinhança, parentesco, comunhão religiosa” (ROSA, 2016, p 12).

Figura 29 - Missa de São Jorge

Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Figura 30 - Procissão

Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Na sequência, outro festejo muito esperado pela comunidade foi o dia do padroeiro dos pescadores São Pedro. No dia primeiro de julho de um domingo chuvoso, às 7 horas e 11 minutos, cheguei a Base Naval de São Tomé de Paripe porque Eliete havia combinado com o

Padre australiano que estava indo celebrar a missa ao Santo para eu embarcar juntamente com a comitiva dele rumo à comunidade, via mar.

O padre era magro e alto e, embora aparentasse uma idade avançada, trazia uma serenidade no olhar. Ele morava no Brasil fazia mais de cinco anos, demonstrava pleno domínio da língua portuguesa, mas, durante a travessia, mais observava do que falava. Entretanto, ele me relatou que quando chegou ao Brasil tornou-se o pároco da Igreja Santo Antônio das Malvinas, no Bairro de Coutos, sendo transferido, depois de três anos, para a Igreja do “O”, no bairro de Paripe, cuja paróquia abrange também as comunidades da Ilha de Maré.

O padre segurava uma placa metálica nas mãos e nela estava escrito: “Capela de São Jorge”. Perguntei do que se tratava e ele respondeu, com muita satisfação, que sua igreja acabava de comprar um terreno na Ilha para a construção da capela e aquela placa era para marcar o terreno. Naquele momento, preferi ficar calada, mas refleti comigo mesma sobre aquela “compra de terreno na ilha” porque sabia que, em tese, terrenos na Ilha pertencem à União, e que o processo de regularização fundiária da terra ainda está em curso, conforme Laudo Antropológico (2009) no Incra, aguardando resposta definitiva da autoridade pública para a demarcação definitiva da posse do quilombo. Assim, terrenos não poderiam estar disponíveis para a venda.

Além dessa conversa com o padre australiano, notei também que havia no barco algumas pessoas que estavam ali pela primeira vez. Percebi nelas mais encantamento e curiosidade, procurando satisfação e contemplação ao observar as belas paisagens que o percurso marítimo proporcionava. Assim como estas pessoas, eu também aproveitava para fazer alguns registros fotográficos.

Ao chegarmos em terra firme, o altar estava pronto para a celebração da missa e mais uma vez Luana estava organizando os ritos com um visual delicado em harmonia com o seu rosto.

Avistei D. Dona muito arrumada aguardando a missa, sentada debaixo da mangueira e fui ao encontro dela, que demonstrava felicidade por participar mais uma vez dos festejos e observar a todos que passavam atentamente. Conversamos e rimos juntas e, em seguida, tentei fazer o registro da imagem dela. Ela disse para eu esperar um momento, mas se levantou e saiu e, mais uma vez, não pude fotografá-la. Entendi que a atitude dela é fruto de suas concepções sobre a captura de imagem fotográfica, que é compartilhada em várias comunidades tradicionais, a ideia de que a foto “prende a alma da pessoa”. Respeitei a

posição e por mais que ela tivesse estima por minha pessoa, estaria indo na contramão da identidade cultural construída por ela na sua leitura de mundo.

Depois disso, fui à casa de Tica e perguntei por D. Zenilda porque a porta da casa dela estava fechada. D. Zenilda estava passeando em Morro do São Paulo na casa de uma amiga. Perguntei por Eliete e ela relatou que a mesma estava adoentada. Então fui à casa de Eliete fazer uma visita. Ao chegar lá, Eliete estava deitada no sofá tossindo muito e usava roupas de frio. Ela relatou que o corpo estava bastante dolorido. Havia na casa duas pessoas com ela, um professor da UFBA e uma pesquisadora do Núcleo de pesquisa Maricultura Familiar Solidária (Marisol) da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), que atuam na vigilância ambiental da Ilha.

Quando voltei ao centro da comunidade, a missa já estava no final e todos estavam muito ansiosos para o momento mais esperado do festejo ao Santo: “a corrida de canoas das mulheres”. Essa corrida foi idealizada pelo padre australiano há três anos, porque para ele seria importante que as comunidades de pescadores realizasse a atividade como forma de diversão e principalmente manifestação cultural.

Todos estavam ansiosos pelo início da competição, porém a maré estava seca e foi necessário esperar a maré encher para, finalmente, iniciar às 11: 30h, mais ou menos, a corrida de canoa das mulheres. Logo, elas pegaram seus remos e suas canoas rumo à ponte de Passé, onde seria dada a largada. Esse ano foram três canoas formadas por três mulheres em cada uma delas, com exceção da equipe “É só fechação”, formada por apenas duas mulheres.

Entre as participantes estava Luana na Equipe denominada “É só fechação”, juntamente com as outras duas Equipes, a “Estrela do Mar” e “Unidas Venceremos”. Venceria a competição quem chegasse primeiro à ponte da Ilha. A Equipe vencedora foi Estrela do Mar, seguida por Unidas Venceremos e É só Fechação, respectivamente.

Além disso, as mulheres que participaram da competição desafiaram os homens a preparar as suas equipes para competir também. Eles aceitaram o desafio e organizaram as equipes: Equipe Tubarão, Equipe Deus é amor e Equipe Sem limite. A vencedora foi a equipe Tubarão que se juntou à equipe Estrela do Mar para receber os prêmios.

Terminadas as competições, juntei-me a eles para comermos e bebermos em pequenos grupos, conversando de forma descontraída e empolgante. Da minha observação resultou uma importante consideração: a convivência social da comunidade, que durante todo o dia demonstrou vivenciar os fatos com muita satisfação.

Figura 31 - Corrida de Canoas das Mulheres



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Figura 32 - Corrida de Canoas das Mulheres



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Ao fim da tarde, tendo chegado a hora de retornarmos para o continente, o tempo continuava chuvoso e, embora não fosse recomendado navegar com o tempo assim, precisávamos fazer o caminho de volta para casa.

Nossa volta, no barco, contrastava com o silêncio da manhã, pois, agora, as pessoas estavam alegres e tranquilas com o que acabavam de vivenciar. Elas sorriam e conversavam

muito sobre os acontecimentos festivos na comunidade. De repente, uma das passageiras puxou um samba que ouvimos durante os festejos na comunidade.

A música que catavam fortemente tinha uma letra arrebatadora e envolvente, pois, além de traduzir o que vivenciamos e sentimos nesse dia, acabou por contagiar a todos que passaram a cantar e até mesmo a dançar em alto mar. Notei que essa canção parecia mesmo estimular a sensibilidade dessas pessoas pelos momentos vivenciados na comunidade, por isso procurei relatar a letra dessa música que, certamente, reflete muito a dimensão cultural da comunidade Porto dos Cavalos:

A Batucada dos Nossos Tantãs

Samba, a gente não perde o prazer de cantar
 E fazem de tudo pra silenciar
 A batucada dos nossos tantãs
 No seu ecoar, o samba se refez
 Seu canto se faz reluzir
 Podemos sorrir outra vez
 Samba, eterno delírio do compositor
 Que nasce da alma, sem pele, sem cor
 Com simplicidade, não sendo vulgar
 Fazendo da nossa alegria, seu habitat natural
 O samba floresce do fundo do nosso quintal
 Este samba é pra você
 Que vive a falar, a criticar
 Querendo esnoabar, querendo acabar
 Com a nossa cultura popular
 É bonito de se ver
 O samba correr, pro lado de lá
 Fronteira não há, pra nos impedir
 Você não samba, mas tem que aplaudir¹⁵

Diante de tudo que foi exposto nesse capítulo, as atividades políticas que as mulheres protagonizam tem como alicerce a ideia de que a educação é um ato político, posto que elas não só contribuem repassando o que aprenderam com os antepassados, mas também promovem ações que reivindicam e consolidam a presença da escola como espaço possível para ampliação dos saberes e conquistas de outros espaços de poder na perspectiva de ampliar o leque de possibilidades de formação educacional das crianças.

As entrevistas com as mulheres mais antigas da comunidade possibilitaram a compreensão de que elas fazem em seu dia a dia o que aprenderam da importância do trabalho como forma possível para sobreviver e revelou que existe a consciência do pertencimento ao

¹⁵ Fundo de Quintal, 1993.

grupo no momento que as três senhoras entrevistadas relatam esse pertencimento e socializam os saberes locais.

Assim, as atividades socioculturais realizadas pelas mulheres, demonstram que a presença da mulher contribui para a formação da identidade e das manifestações culturais vividas pelo grupo. Nesse mesmo sentido, elas constroem no fazer diário o significado de viver em grupo e isso acaba caracterizando as especificidades dessa comunidade, colaborando para a existência de uma identidade cultural.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa realizada na comunidade Porto dos Cavalos, na Ilha de Maré, investigou a participação das mulheres na valorização dos saberes locais, na formação educacional e no fortalecimento da identidade étnica. Esse tema foi e continua sendo bastante desafiador, especialmente quando se fala da formação da história brasileira permeada por desigualdade de raça, de gênero e de classe social.

A adoção da abordagem do ponto de vista antropológico enriqueceu o estudo ao trazer de forma detalhada os relatos e observações sobre as mulheres e sobre a dinâmica das relações sociais construídas pelo coletivo. A metodologia da etnografia de pesquisa permitiu compilar dados quantitativos e qualitativos traduzidos em descrição etnográfica, além de revelar, indelevelmente, o empoderamento das mulheres na vida social e política comunitária.

A construção das descrições em campo foi desafiadora, especialmente, na elaboração da análise dos dados, pois precisei me distanciar do campo para compreender aquilo que se “naturalizou” na convivência com os nativos, conforme reflexões apontadas por Pimentel (2000).

Ao construir o quadro teórico dessa pesquisa, mobilizei conceitos como raça, território, identidade e gênero, mas foi durante a itinerância etnográfica que pude compreender a importância desses conceitos, que ganharam relevância na medida em que os discursos dos sujeitos com quem dialoguei se ascendiam nas suas práticas comunitárias, ganhando destaque especial na pessoa da líder comunitária, Eliete Paraguaçu.

Alicerçada nas reflexões apontadas por Scott (1989), a análise do gênero nessa pesquisa trouxe o entendimento de que a vida em grupo coloca as mulheres em evidência nas relações significativas de poder estabelecidas entre os seus membros, nas quais o poder argumentativo político das mulheres se destaca. Mais que isso, as mulheres se construíram no

contexto de luta constante pela sobrevivência, pela experiência vivida, pela sustentação das famílias por meio da mariscagem, aprendida com seus antecessores, portanto, a participação dos gêneros está arraigada a marcadores sociais, como a desigualdade entre as classes e a luta territorial, presentes nessa comunidade.

As mulheres utilizam da razão para reivindicar as demandas em prol do coletivo, não são só corpos sem mentes, conforme reflexões apontadas por Hooks (1995) elas participam da formação da identidade étnica porque possuem a consciência da sua construção como mulher no contexto social e histórica. Isso foi compreendido no protagonismo exercido por elas no processo de identificação e nas reivindicações pelo reconhecimento do direito ao território do quilombo e pelo território pesqueiro.

No percurso etnográfico percebi, nos discursos, que o espaço geográfico e a relação entre os humanos e a natureza são bastante significativos para eles, uma vez, que os nativos entendem que dependem do meio ambiente para sobreviver e não o contrário. Nesse mesmo sentido, a visão de mundo do grupo é expressa, por exemplo, na relação com o mar porque é do mar que se tem a geração dos meios de sustentação familiar. Desse fato resulta muitas reivindicações representadas nas vozes femininas pela não poluição ambiental do quilombo. Daí a compreensão do significado da territorialização e a contribuição das mulheres que colaboram para identificação étnica na luta pela demarcação das terras.

Por isso mesmo, notei que a ligação da comunidade com as águas é muito forte, tanto que praticamente ouvi e vi de quase todas as manifestações de enorme vitalidade: de um lado a expressividade e alegria quando, por exemplo, participam de uma disputa comemorativa, mesmo que essa seja uma simples corrida de canoa ou um campeonato de pesca; de outro lado, também testemunhei a indignação e mobilização das mulheres quando, por exemplo, faltavam materiais essenciais para o funcionamento da escola da comunidade ou quando empresas petrolíferas poluíam o mar ou as áreas de pesca dos mareenses, já que o mar é considerado por eles essencial para sua própria sobrevivência. Assim, muitas vezes as reivindicações representadas pelas mulheres são certas e inevitáveis.

As mobilizações sociais e políticas pelos direitos coletivos são lideradas por mulheres. Conquistas como o Seguro Social do Defeso, auxílio por doenças ocupacionais pela atividade de mariscagem foram lideradas pelas mulheres em Ilha de Maré. Além disso, elas estão na linha de frente da Campanha do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais pela regularização do território pesqueiro e tem ganhado visibilidade social, que já se expandiu por todos os Estados da Federação Brasileira.

Nesse contexto, destaco a minha aproximação da líder que permitiu entender o processo de politização dessas mulheres por meio das suas vivências com o conjunto das dimensões problemáticas que envolvem o quilombo, mobilizando-as na tomada de atitudes em prol do grupo, como descrito a partir dos relatos da líder Eliete Paraguaçu, confirmado através da observação do labor dela.

Além disso, o conjunto dos dados apontam para a importância da presença das mulheres na construção do sentimento de pertencimento ao grupo, revelado no processo de autoidentificação no contexto da construção do Laudo Antropológico, nas entrevistas com as mulheres mais antigas da comunidade, nas práticas socioculturais e políticas, nos diálogos com os homens, que reconhecem e delegam a elas a representatividade nas lutas por direitos sociais e político.

O desenrolar da pesquisa revelou que o coletivo comunitário de Porto dos Cavalos tem uma consciência de autoidentificação étnica que foi construída a partir da mobilização das mulheres para organizar a Associação de Moradores e posteriormente pelas reivindicações sociais e política de seus direitos, a princípio com o direito à escola formal e pela certificação do território, onde a presença delas também se destaca.

A participação das mulheres é fundamental para a atual formação da identidade do grupo e o seu protagonismo representado, especificamente, na força de trabalho que sustenta as famílias, como apontou Landes (1967) em suas reflexões, é uma característica dessa comunidade.

As manifestações culturais observadas revelaram que a identidade do grupo sofre influências africana, indígena e europeia, expressas nas festas religiosas católicas dos padroeiros e no torneio de pesca. Nesse sentido, as mulheres participam da organização dos eventos unindo o sagrado e o profano. Isso foi observado pela maneira com a qual elas participam na dança, trabalho, diálogos e rituais festivos.

Por fim, espero que essa dissertação possa contribuir, por um lado, para o alargamento de novas produções no Brasil sobre as práticas culturais que formam a identidade dessa etnia e, por outro, na valorização e ampliação dos debates referentes às mulheres dos quilombos, numa perspectiva do reconhecimento da importância delas para a manutenção desse grupo étnico.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Resenha LANDES, Ruth. 2002. **A Cidade das Mulheres**. Rio de Janeiro, UNIRIO: Editora da UFRJ. 352 pp.

ALVES, Castro. Navio Negreiro. Disponível em: <http://www.portalraizes.com/navionegreirocastroalves/>. Acesso em 2 de abr. 2017.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos: sematologia face a novas identidades**. In SMDDH; CCH. (org). Frexal: Terra de Preto: quilombo reconhecimento como Reserva Extrativista. São Luís, p 11-19, 1996.

_____, Alfredo Wagner Berno de. **Os Quilombos e as novas Etnias**. In O' DWYER, Eliane C. (org). Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, P 43-81, 2002.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Tradução José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ATAÍDE, Dulce B. de; MORAIS, Edmilson de Sena. **A (Re) construção da identidade Étnica Afrodescendente a partir de uma proposta alternativa de Educação pluricultural**. Revista da FAEEBA/ Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BA, v. 12, n. 19, p. 81–98 jan. 2003.

Disponível em: <http://www.uneb.br/revistadafaeaba/files/2011/05/numero19.pdf>. Acesso: 05 mai. 2016.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

AZERÊDO, Sandra. **Teorizando sobre Gênero e Relações Raciais**. Estudos feministas. Santa Catarina, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: A experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BONETTI, Alinne de Lima. **Não basta ser mulher, tem de ter coragem** - Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife- PE. 2007, pg 40. Tese de Doutorado [Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – área de concentração Estudos de Gênero]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

BRASIL. Lei nº 11.645 de 10, de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 03 jan. 2016.

BRASIL. Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola. Resolução nº 08/2012 CNE/ CEB. Disponível em: <http://www.portaldaignaldade.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>. Acesso em 20 de abril 2016:

BRASIL. Estatuto da Igualdade racial. Lei 12.288 de 20 de julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso: 20 jan. 2016.

BRASIL, Constituição da República Federativa do. 1988. Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp. Acesso: 20 mar. 2017.

BRASIL. Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso: 16 out. 2017.
CASTILHO, Suely Dulce de. **Quilombos contemporâneos: Educação, família e cultura**. Cuiabá: EduFMT, 2011, p.85.

CRENSHAW, Kimberlé. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. Revista Estudos Feministas, nº1, 2002, p. 11.

_____, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Zahar- Rio de Janeiro, 1993.

ESCUADERO, S.V. **Urbanização (In)sustentável em Ilha de Maré: Estudo de Caso da vila de Santana**. 2011 Disponível em: [http://www.costeiros.ufba.br/Semin%C3%A1rio/Eixo%202/ESCUADERO,S.V_Urbaniza%C3%A7%C3%A3o%20\(In\)Sustent%C3%A1vel%20em%20Ilha%20de%20Mar%C3%A9_Estud%20de%20caso%20de%20vila%20de%20Santana.pdf](http://www.costeiros.ufba.br/Semin%C3%A1rio/Eixo%202/ESCUADERO,S.V_Urbaniza%C3%A7%C3%A3o%20(In)Sustent%C3%A1vel%20em%20Ilha%20de%20Mar%C3%A9_Estud%20de%20caso%20de%20vila%20de%20Santana.pdf) > Acesso: 04 jan. 2016:

FONSECA, Cláudia. São Paulo: **Quando cada caso não é um caso**. 1998, p. 58-61. Revista ANPed.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 27 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro. Zahar. 1989.

GIRARDI, Giovana. **Manguezais perdem 20% de sua área em 15 anos**. Jornal Estadão, São Paulo, 2017 Disponível em: <http://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,manguezais-perdem-20-de-sua-area-em-15-anos,70001755366>. Acesso: 30 abr. 2017.

GRINSPUN, Mírian P.S. Zippin. **A orientação educacional: conflitos de paradigmas e alternativas para escola**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 45.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Org. Liv Sovik. Trad. Adelaine La G. Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 200.

HOOKS, B. **Intelectuais negras.** Estudos Feministas, n. 2, p. 464-478, 1995.

_____, B. **Feminism is for Everybody.** Disponível em: https://excoradfeminisms.files.wordpress.com/2010/03/bell_hooksfeminism_is_for_everybody.pdf > Acesso: 14 out 2017.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Cidades. Salvador. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292740&search=bahia|salvador>> Acesso: 30 mar. 2016.

LANDES, R. **A Cidade das mulheres.** Tradução Maria Lúcia do Eirado Silva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. P. 80-81.

LAVILLE, Christian. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas /** Christian Laville e Jean Dionne; trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, Ilka Boaventura. **Quilombos no Brasil: questões Conceituais e Normativas,** NUER/UFSC, 2000, p 1-38.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História.** Ano 1952

MALINOWSKI, Bronislaw. **Um diário no sentido estrito do termo.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1997 [1967].

_____, Bronislaw. **Os argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia.** São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1922].

MESSEDER, Marcos Luciano Lopes. **Dinâmica cultural e construção identitária: Reflexões em torno de uma etnografia contemporânea.** Metodologia de pesquisa em ciências sócias e humana. A cor das letras – UEFS, nº 14, 2013.

MESSEDER, Marcos; MARTINS, Marco. **Arriais de Rio de Contas: uma comunidade de cor.** In: Cantos e Toques, Etnografia do Espaço Negro, p. 37. Cadernos CRH, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1991.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África.** São Paulo. Revista USP, 1996.

_____, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 152.

MOURA, Gloria. **Ilhas negras num mar mestiço.** In: Carta falas, reflexões, memórias. RIBEIRO, Darcy. Brasília 4, n.13, 1994.

NETO, Nivaldo Aureliano Léo. **Mulheres que Ousam Lutar: A Construção da Identidade Como Mulher Quilombola**. Disponível em: www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/download/164/75> Acesso: 20 mar. 2017.

NUNES, Georgina Helena Lima. Educação formal e informal: o diálogo pedagógico necessário em comunidades remanescentes de quilombolas. In: **Dimensões da inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola**. Coleção Educação para Todos. Brasília: MEC/SECAD/2006, p. 343 - 360.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente**. Fortaleza: LCR, 2003.

OLIVEIRA, Queila de Brito. **Relatório Antropológico da Ilha de Maré, Salvador**. INCRA 2009.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher Negra: Afetividade e Solidão**. Salvador: EDUFBA, 2013, p 23.

PALMARES. **Comunidades Quilombolas**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=88&estado=BA#> Acesso em: 22 mar. 2017.

PENA, Rodolfo F. Alves. **O que é território?** Brasil Escola. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-territorio.htm>> Acesso em: 06 abr. 2018.

PIMENTEL, Álamo. Considerações sobre a autoridade e o rigor nas etnografias da educação. In: **Um rigor outro sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências antropológicas**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 127-173. ISBN 978-85-232-0927-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 05 jun. 2017.

PINHO, Wanderley. **História de um engenho do Recôncavo: Matoim, Novo, Caboto Freguesia**. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente**. Fortaleza: LCR, 2003.

Rosa de Jesus, Maria Eunice. **O rezar e o festejar na comunidade do Mulungu: dinâmicas de sociabilidade educativa – Salvador, 2016**. 252f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC, 2016.

REIS, João José; GOMES Flavio dos Santos (org.). **Liberdade por um fio: História dos Quilombos do Brasil – São Paulo: Companhia das Letras, 1996**.

SALVADOR. Lei 7.400 de 2008. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador. Disponível em: <http://www.sim.salvador.ba.gov.br/indicadores/> Acesso em: 18 nov. 2017.

SALVADOR. Prefeitura Municipal do Salvador. Atlas Ambiental Infante-Juvenil de Salvador / Prefeitura Municipal do Salvador, 1ª edição. Salvador: Secretaria da Educação e Cultura, Secretaria do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, Superintendência do Meio Ambiente, 2006, 52p.

SANTOS, E; PINHO, J A. G; MORAES, L R S.; FISCHER, T. (org.). **O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes** – CIAGS/UFBA; SEMA. Salvador, 2010.

SAMPAIO, Adriana Cardoso. **Mulheres Griôs: um estudo etnográfico sobre identidades étnicas e de gênero no Quilombo Urbano Barro Preto em Jequié-BA**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – PPGREC, 2017.

SANTOS, Maria José dos. **Trajetórias educacionais de mulheres quilombolas no Quilombo das Onze Negras do Cabo de Santo Agostinho-PE**. Dissertação de Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade. PUC-SP, 2012.

SANTOS, BOAVENTURA. **Da a Ilha da Maré outro mundo possível**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/brasil/boaventura-da-ilha-da-mare-a-outro-mundo-possivel/> Acesso em 23 de abril de 2018.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, Valdélino Santos. **Rio das Rãs à Luz da Noção de Quilombo**. In Revista Afro-Ásia, Salvador: CEAO/EDUFBA 23, 1999.

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar**. In NUNES, Edson de Oliveira (Org.) A aventura sociológica – Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, pp. 36-46.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda., 1991.

WEBER, Marx. **Relações comunitárias étnicas**. In: Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia compreensiva. Brasília: Universidade de Brasília, vol I, p.267-276, 1994.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: Como ensinar**; trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Arte Médica, 1998.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: As organizações populares e significado da pobreza**. 2 ed. - São Paulo: Brasiliense, 2000.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada: Mulheres do Quilombo: Identidade Cultural, Gênero e Educação na Comunidade Porto dos Cavalos – Ilha de Maré/bahia, de responsabilidade da pesquisadora Girleide da Silva Xavier, docente da Universidade do Estado da Bahia, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Luciano Lopes Messeder.

Esse estudo justifica-se pela evidente necessidade de discussão do tema e combate ao racismo e a discriminação de gênero. O objetivo é conhecer e compreender o papel das mulheres na formação das identidades culturais quilombolas e suas implicações nos processos educacionais comunitários e escolares. A realização desta pesquisa trará benefícios, pois se pretende revelar e registrar os saberes dessas mulheres quilombolas, possibilitando o reconhecimento do protagonismo feminino nas comunidades em estudo.

Caso aceite será adotado o procedimento de observação da vida cotidiana dentro da comunidade, bem como registro de depoimentos sobre fatos sócio culturais que mostrem manifestações culturais e situação de labor dentro da comunidade onde a presença da mulher seja evidenciada. Devido à coleta de informações por relatos o Sr. (a) pode se sentir desconfortável, triste ou deprimido ao lembrar da história de vida de seu povo trazido da África, mas que tentaremos amenizar através de redirecionamentos no diálogo, caso ocorra incômodos.

Para eliminar qualquer situação desconfortável o Sr. (a) pode recusar-se em qualquer momento de participar. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto o Sr. (a) não será identificado.

Caso queira (a) Sr. (a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) Sr. (a) apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e o Sr. (a) caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia.

Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira o Sr (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) Sr. (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua

participação, agora ou a qualquer momento. Estamos à disposição para maiores esclarecimentos e caso haja alguma pergunta ou preocupação acerca dos seus direitos como participante da pesquisa, poderá nos contatar através dos seguintes endereços eletrônicos: girleidex@yahoo.com.br e marmesseder21@gmail.com

Atenciosamente,

Prof. Dr. Marcos Luciano Lopes Messeder (Orientador)

Girleide da Silva Xavier (Pesquisadora e Discente do curso de Mestrado em Educação
- UNEB)

Participante da pesquisa

APÊNDICE B - Roteiro da entrevista

- 1) Nome?
- 2) Qual sua idade?
- 3) Qual sua profissão?
- 4) Qual sua religião?
- 5) Fale um pouco sobre seus pais e antepassados.
- 6) Quais as brincadeiras de antigamente?
- 7) Quais as cantigas e versos?
- 8) Existe alguma lenda ou mistério contado pelos moradores mais antigas?
- 9) Quais as superstições passadas pelos ancestrais?
- 10) O senhor(a) se identifica como descendente de escravizados?
- 11) Qual o significado de pertencer a esse grupo étnico?
- 12) Como você gostaria que fosse a escola nessa comunidade?
- 13) De que forma a comunidade poderia contribuir com a formação dos nossos educandos?